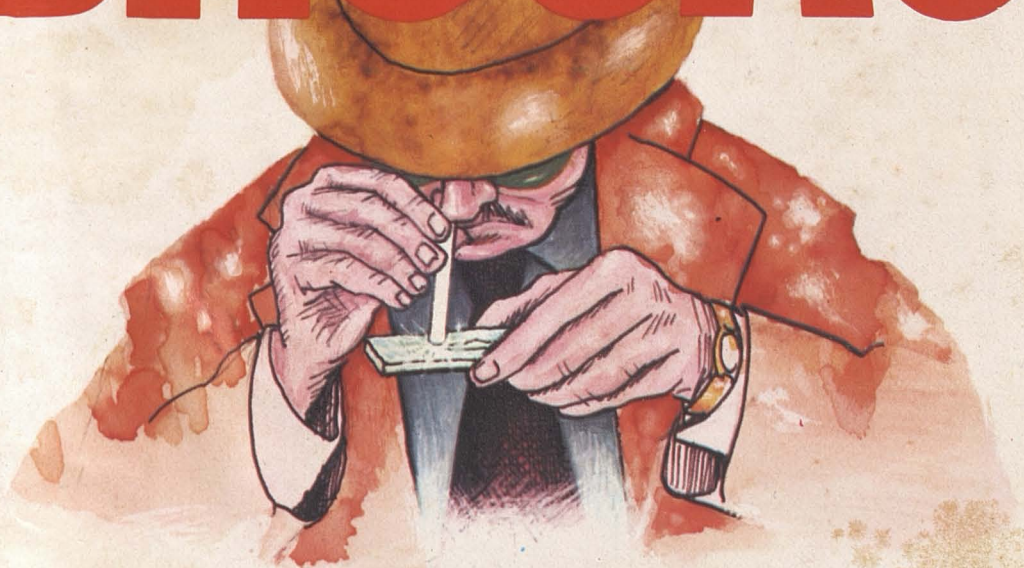


cadernos do
**terceiro
mundo**

MOÇAMBIQUE
A luta contra a seca

Mensal • Junho/Julho 1984 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 1.300 • Ano VII • Nº 67

DROGAS



**Um dos mais graves
desafios do nosso tempo**

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN/CAFE" • R.P.A.

Dois flagelos

Porquê uma reportagem especial do problema da droga nos "cadernos do terceiro mundo"? O leitor encontrará várias respostas na matéria assinada por Beatriz Bissio. Mas podemos mencionar algumas, como o facto de milhões de camponeses na África, América Latina e Ásia terem, secularmente, a sua subsistência ligada ao cultivo das plantas do vício.

A droga é uma questão essencialmente política, seja nas formas do seu combate ou no aproveitamento dos fabulosos lucros do seu tráfico. O modo de produção e comercialização de haxixe, cocaína ou heroína, retrata de certa forma o sistema de relações económicas entre países exportadores de matérias-primas e países industrializados. Por outro lado, as incidências sociais dos narcóticos são visíveis — embora numa amplitude e gravidade muito diversas —, em praticamente todas as nações do mundo. Enfim, qualquer que seja o prisma de abordagem do tema da droga ele diz-nos necessariamente respeito. É nesse sentido, para se tomar qualquer providência, tem, primeiro, de se conhecer a origem e a extensão do problema.

Nesta edição tratamos de outro flagelo também com graves implicações políticas, sociais e económicas: a seca. Na reportagem do nosso correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito, está descrito o que significa uma estiagem de quatro anos e são referidos os esforços do governo moçambicano para minimizar os enormes danos causados.

Uma última chamada de atenção para a entrevista exclusiva que o presidente eleito do Panamá, Nicolás Barletta, concedeu a Paulo Cannabrava Filho.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA – CABO VERDE
GUINE-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção

Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guomarr Belo Marques

Revisão

Estevam Reis

Paginação

Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Cristina Campos

Maria João Macedo

Composição e impressão

Gráfica Europam

Representantes

Angola

Luis Henriques, C. P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Administração

Marinete Silva

Secretário de Redacção

José C. Gondim

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lidia Freitas

Euinice H. Senna

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Inácio D. Santos

Macário Costa

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 – CEP 05033

Telex: (011) – 23059

Horacio Verbtsky

Uruguay, 560/59/55

Buenos Aires, Argentina

Fernando Reyes Mata

Casilla 16637 – Correo 9

Providencia – Santiago, Chile

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua Gal. Bruce, 799

Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 – grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP. 20.241 – Rio de Janeiro – RJ

Registro na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291

C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual nº 81.341.400

Registro no INPI nº 013.539

Registro no SCDP/SR/DPF

nº 2.195 – P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL

EQUADOR DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.

calle Califórnia, 98A – Coyoacán

México, 21 DF – teléfono: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal 20 572

México, 20. DF

BOLÍVIA – CHILE – COLÓMBIA

EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição andina)

Publicada por DESCO: centro de Estudios

y Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru – Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS – CANADÁ

EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA

INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal 20.572 b – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:

Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 – Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto –
The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.
West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Su-

ramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Educacionales, Cór-

dova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-

DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador – El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS

UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-

mitage Ave., Chicago, Illinois – New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chic-

ago, Illinois – Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 –

Third World Books, 100 Worcester St., Bos-

ton, Mass 02118 – Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 – Papyrus

Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 – Tom Mooney

Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-

co, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA – Red and Black,
4736 University Way, Seattle – Groundwork

Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de

Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-

tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. GUINE-BISSAU: Depart-

amento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA:

Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-

dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidade Autô-

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irão), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-

vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

4 Cartas

7 Panorama Tricontinental

15 Editorial: As Olimpíadas e a guerra fria

19 Matéria de Capa: Drogas, um dos maiores desafios do nosso tempo, Beatriz Bissio

20 Um poder transnacional

42 Drogas naturais e sintéticas

46 OMS: "O cigarro e o álcool também são drogas"

48 Dr. Gabriel Nahas: "É possível erradicar a droga"

África

51 Zimbabwe: O próximo alvo do "apartheid", Carlos Castilho

América Latina

56 Panamá: Os planos do novo presidente, Paulo Cannabrava Filho

61 Equador: Erros da esquerda levam a direita ao poder, Maluza Stein

65 Nicarágua: Conferência Internacional de Solidariedade em Lisboa, Ana Maria Urbina

Ásia

67 Timor-Leste: O fracasso das "ofensivas finais" indonésias, Alberto Costa Alves

70 Bispos indonésios e portugueses tomam posição

Cultura

73 Primeiro Festival de Cinema de língua portuguesa, Manuel A. Freire

75 Notas

Comunicação

76 Notas

77 Livros do 3º Mundo

Desporto

79 A política nas Olimpíadas, Rodolfo de Bonis

Especial/Moçambique, Etevaldo Hipólito

82 A batalha contra a seca

85 Um hospital coberto de palha

87 Os estragos do Demoina

89 Inhambane, dez mortos por dia

93 Organizar para sobreviver

96 Humor: Mariano



Traficantes de cocaína



Nicolás Ardito Barletta



A seca em Moçambique

"cadernos" nas Filipinas

Alguns dias atrás, caiu nas minhas mãos um exemplar antigo da sua revista (*Third World*, nº 4, Fev-Mar. 1980), e foi muito reconfortante encontrar nele artigos bem escritos e com posições independentes. Foi igualmente uma satisfação saber que essa revista é feita por um grupo de jornalistas profissionais, progressistas e militantes, dedicados à luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo por caminhos que não aqueles impostos pelos exploradores, os países imperialistas.

Eu pertenço a uma organização — o Centro de Estudos Nacionalistas — dedicada à luta pela liberdade e a democracia no nosso país. Essa organização congrega basicamente estudantes da Universidade de Filipinas, e trabalha sobretudo através dos Programas educacionais — concebidos e administrados pelos estudantes — que incluem seminários sobre as Filipinas, sobre a realidade do Terceiro Mundo, a realização de exposições e mantém uma biblioteca. Mas também estendemos o nosso trabalho a colegas de outras universidades e do país em geral. Como podem observar, temos muito que fazer para neutralizar e contrabalançar os efeitos de um sistema educacional neocolonial muito bem estruturado, como é o nosso aqui, nas Filipinas.

Considero que a revista que publicam poderia nos ajudar muito no nosso trabalho educativo. Ampliaria o nosso horizonte e, simultaneamente, seria uma boa fonte de informações e análises, especialmente para aqueles estudantes que frequentam a nossa biblioteca.

(...) Os nossos desejos de maior força para essa equipa de jornalistas terceiro-mundistas. Juntos, os países do Terceiro Mundo poderiam superar o sistema de exploração que nos tem imposto o nosso comum e decadente inimigo, representado pelo sistema capitalista.

Rico Fos, Center for Nationalist Studies, Responsável pelo sector educacional, Vinzon's Hall Rooftop, University of the Philippines, Dilimam, Quezon City.

Atraso na distribuição

Segundo a minha opinião, os serviços de distribuição da Tricontinental necessitam de ser reestruturados, pois não se compreende que uma revista que há muito habituou os seus leitores (e este que vos escreve é um dos mais fiéis) com um excelente nível jornalístico sempre comprometido com a luta heróica dos povos do Terceiro Mundo, demore tanto tempo a chegar à República Popular de Moçambique. Às vezes, os *cadernos* chegam a ter cinco e seis números de atraso em relação à sua publicação em Portugal! Com os meus pedidos de desculpa por dura crítica que aqui escrevo, apresento ao sr. director o meu enérgico protesto por esta situação.

Gilberto Mapassulu, Maputo, Moçambique.

n.d.r. — O nosso leitor escusa de se desculpar pelo seu protesto. Críticas deste tipo serão sempre bem-vindas. No entanto, os nossos serviços de distribuição são minimamente responsáveis pelo atraso da chegada de "cadernos" às mãos dos leitores moçambicanos. Logo que a edição sai das máquinas ela é encaminhada para a empresa transportadora que, podemos-lo comprovar, a coloca sem grandes demoras em Maputo, por via aérea. Os grandes atrasos não devem assim nos ser creditados. Sugerimos aos nossos leitores moçambicanos que consultem o Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD), responsável pela distribuição de "cadernos" na República Popular de Moçambique.

Especial Angola

(...) Queria agradecer o vosso magnífico trabalho da edição especial de Janeiro de 84 sobre "Angola — Vinte anos de guerra, oito anos de independência — Angola agredida". Foi um trabalho no qual vocês puseram a olho nu o quanto vive este nosso glorioso povo. Pela publicação de tal edição vão os meus agradecimentos e felicitações.

Tony Santos, Lubango-Huila, Angola.

Nicarágua, exemplo de união

Felicito a equipa dos *cadernos* pela matéria de capa sobre a Nicarágua (nº 64), que nos mostrou um exemplo de união e solidariedade e que a sua luta através de décadas, não está sendo em vão. (...) Um país que até pouco tempo era dominado por uma minoria fisiológica, um imperialismo improdutivo, é hoje um exemplo para todos os povos que procuram a sua libertação. (...) E é por isso que a cada dia os Estados Unidos apertam o cerco em torno da Nicarágua.

Helder Gomes, Rio de Janeiro, Brasil.

Poesia comprometida

Na condição de leitor assíduo e grande admirador dos *cadernos*, (...) gostaria de solicitar aos editores da revista que proporcionassem a nós, leitores ou assinantes, um espaço específico à publicação de poesias comprometidas com as aspirações do proletariado do mundo todo.

Aginaldo Lima, Salvador, BA, Brasil.

n.d.r. — O problema de publicar as poesias enviadas pelos leitores é fundamentalmente de espaço. Por enquanto, raramente isto foi possível, mas comprometemo-nos a estudar o assunto.

Angola: em busca da paz

(...) Depois dos quase nove anos de independência deste país, a República Popular de Angola, devo dizer que para além de problemas económicos duros de resolver, questões sobretudo de guerra, que é imposta pela República da África do Sul e seus lacaios — a UNITA —, é bem visível a boa vontade do Partido em construir o socialismo e resolver os problemas desse povo, que durante 500 anos conheceu o colonialismo, a opressão e a miséria, cujos efeitos ainda são vividos, e urge muitos sacrifícios para a superar e fazer dessa pátria de Agostinho Neto, uma pátria de homens livres onde seja possível viver em paz. (...) Ser livre implica libertar-se e li-

bertar os outros de todos os domínios de dependência, de exploração e repressão injusta. Em suma, ser livre é revolucionar a Humanidade e criar a Paz, a Justiça e pôr fim a todas as guerras. (...) Ajudar a África a libertar-se totalmente da guerra, do obscurantismo, do analfabetismo e da situação de subdesenvolvimento em que está mergulhada, é obra de todos os homens que combatem por um mundo melhor, pela Paz e pelo Bem-Estar de toda a Humanidade (...).

Horácio M. Torrado, Bentiaba, província do Namibe, Angola.

RECTIFICAÇÃO

Na edição de Abril dos cadernos do terceiro mundo por um equívoco atribuímos a Albert Evert Ernste a autoria da reportagem "Irian, a guerra esquecida". Por esta razão pedimos desculpas aos leitores e ao nosso colaborador. A REDACÇÃO

Intercâmbio

- **Héctor Fermín Mena**
Calle 2 de Abril, nº 636 — C. P. 1619
Garín — Argentina
- **Maria de Lourdes Alencar**
R. João Pinto, 126 — Uiraúra — PB
CEP: 58.915 — Brasil
- **Rudyard Canesin Leão**
Rua Henrique Sertório, 428
Tatuapé — São Paulo — SP
CEP: 03.066 — Brasil
- **Carlos Manoel C. Lima**
Av. Roberto Silveira, 166/ap. 201
Niterói — RJ — CEP: 24.230 — Brasil
- **Luziânia Rodrigues Serafim**
Av. César Leitão, nº 8 — Bairro
Jardim Oásis — Cajazeiras — PB
CEP: 58.900 — Brasil
- **Cleber Eustáquio Corrêa**
Rua Contenda, 295 — Valqueire
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 21.330
Brasil
- **Sueli Gutierrez Angles**
Rua Constantino Moura Batista, 380
B. Mauá — São Caetano do Sul — SP
CEP: 09.500 — Brasil

- **Rosani Zamberlan**
Rua Pedregulho, 520 — Maurício
Cardoso — Horizontina — RS
CEP: 98.920 — Brasil
- **Roberto de Oliveira Silva**
Rua Alfeu Luis Gasparini, 161
São Paulo — SP — CEP: 02.281
Brasil
- **Felicia José António**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — Angola
- **Avelino da Costa Lobo**
C. P. 18.452 — Luanda — Angola
- **Moisés Francisco João**
Caixa Postal 246 — Luanda — Viana
Angola
- **António Manico (Tonico)**
Bº K. K. — Caixa Postal 16695
Luanda — Angola
- **Armando C. João Amós Tunzine**
Caixa Postal 2785 — Maputo
Moçambique
- **Mário Rui Pires**
Largo João Seca, 5-A — Maianga
Luanda — Angola

Cartas do mês

Soares e Botha — I

Muita gente se pergunta se Mário Soares está deliberadamente interessado em levar as relações de Portugal com Angola até uma situação de ruptura. Enquanto se mantém a escandalosa impunidade das actividades dos grupos contra-revolucionários angolanos e moçambicanos em território nacional, o primeiro-ministro (e secretário-geral de um partido que se classifica de socialista...) recebe com pompa protocolar e, mais grave ainda, com carácter oficial, o chefe de fila do mais odiado regime do mundo, o Botha. E que farsaica explicação encontrou o chefe de um governo hiper-susceptível com as pretensas ingerências nos assuntos internos portugueses das capitais das suas ex-colónias e dos países socialistas. Os 700 mil portugueses que vivem na África do Sul! Como se ficasse em perigo a estabilidade dos nossos compatriotas radicados no país do *apartheid* no caso do governo de Lisboa respeitar a atitude anti-racista e a solidariedade com África gerada com o 25 de Abril! Mesmo a reacionaríssima Mrs. Thatcher cujo país tem gigantescos interesses na África do Sul e uma colónia que talvez seja superior à portuguesa, não arriscou receber o chefe do *apartheid* com carácter oficial.

A interpretação do acto de Soares é outra. Pacovianamente, o primeiro-ministro sente-se soprado por "novos ventos da História", julga-se predestinado na sua concepção de "real político" e, simpático e reverente ao seu "especial amigo" Ronald Reagan, decidiu abrir com chave de ouro as portas da Europa ocidental ao seu novo amigo Botha. Que tristeza...

José R. Simões de Oliveira, Lisboa.

Soares e Botha — II

Como leitora assídua de *cadernos*, não poderia deixar de aqui registar a minha indignação pela maneira como foi recebido no nosso país a execrável figura de Pieter Botha. É inadmissível que o representante de um governo que desconhece os mais elementares direitos do Homem tenha o acolhimento oficial que lhe prestou o sr. Mário Soares. A justificação que o nosso primeiro-ministro deu para tão deplorável atitude — que nos envergonha a todos nós, portugueses — não resiste à menor análise. Na verdade, cabe aos órgãos de imprensa independentes — como *cadernos* — levantar o véu que esconde a complexa rede de interesses que está a ligar proeminentes figuras da vida política portuguesa a representantes do *apartheid*. Espero para ver.

Cláudia P. Chagas, Beja, Portugal.

- BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livreria 17 de Setembro
- DONDO
Livreria 2 de Março
- GANDA
Livreria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livreria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livreria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livreria Anibal de Melo
- LOBITO
Livreria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livreria Lutuíma
- NEGAGE
Livreria Saidy Mingas
- SOYO
Livreria Lundogi
- UIGE
Livreria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Europa ocidental recebe Pieter Botha

□ Ao receberem o primeiro-ministro sul-africano Pieter W. Botha, oito governos europeus ocidentais permitiram ao regime do "apartheid" quebrar o isolamento diplomático a que estava relegado desde há quarenta anos.

As justificações políticas para os convites dessas capitais europeias, foram os recentes acordos de não beligerância estabelecidos por Angola e Moçambique com a África do Sul que, segundo opinião dos governos europeus ocidentais, seriam reveladoras de uma modificação da prática agressiva do governo de Pretória e também numa alegada intenção de reforma da legislação segregacionista sul-africana de que P. W. Botha seria o arauto.

A não-beligerância sul-africana não foi até agora comprovada no terreno, nomeadamente no sul da República Popular de Angola onde o exército do general Magnus Mallan ainda não retirou totalmente, desrespeitando as negociações de Lusaka com o governo de Luanda. Por outro lado, nenhum indício de suspensão do apoio logístico de Pretória à UNITA

foi verificado até hoje. Quanto à pretensa reforma da política racista foi o próprio Botha que a negou ao declarar em Lisboa que a sua viagem não tinha o propósito de satisfazer os apelos internacionais para uma reforma do "apartheid".

Todos os oito países que foram escalas da digressão de 15 dias do primeiro-ministro sul-africano, — Portugal, único onde P. W. Botha foi recebido oficialmente, Suíça, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Bélgica, Áustria, França e Itália — têm estreitas relações económicas e grandes investimentos na África do Sul. Centenas de empresas inglesas, alemãs federais, belgas ou francesas estão sediadas na África do Sul com projectos para ampliarem os seus níveis de negócios, que são imprescindíveis para a actual situação de crise da economia sul-africana (*ver nota sobre este assunto nesta secção*). A importância desses interesses económicos ocidentais na África do Sul podem ser exemplificados com o caso da Suíça: os bancos helvéticos recolhem mais de metade das 700 toneladas de ouro que os sul-africanos ex-

portam anualmente. No respeitante à questão da Namíbia, Pieter W. Botha, apresentou em Londres e Bona uma proposta que no mínimo se deverá classificar de original. Assim, o primeiro-ministro sul-africano propôs a um ou mais países do desmantelado "Grupo de Contacto" a venda do território ocupado ilegalmente pelo seu país desde o fim da Primeira Guerra Mundial pela soma de 513 milhões de dólares, que seria o equivalente aos "empréstimos concedidos" por Pretória à Namíbia. Não são conhecidas até agora as respostas dos países europeus a este estranho leilão cogitado pelo chefe do governo sul-africano.

Nas recepções e banquetes com que Pieter Botha foi apresentado, os chefes dos governos europeus teceram críticas ao "apartheid" em variados tons, de maior ou menor incidência. Partidos políticos de esquerda, organizações sindicais e movimentos anti-racistas efectuaram manifestações e diversas formas de protesto contra a presença nos seus países do chefe máximo do "apartheid". Para ludibriar essas expressões de contestação e por razões de segurança, as agendas de trabalho e as deslocações de Pieter Botha foram, na maior parte dos casos, mantidas em segredo. (*Carlos Pinto Santos*)

Economia sul-africana em situação crítica

A economia sul-africana vive actualmente uma crise sem precedentes.

A recessão é acompanhada de uma grave seca e uma sensível redução do preço do ouro nos mercados monetários internacionais. Esta situação é ainda agravada pela carência de mão-de-obra barata.

A partir de 1982, reduziu-se no país a actividade de negócios e o volume das exportações baixou 10%. Como o reconheceu recentemente o ministro sul-africano das Finanças, Onen Horwood, a economia do seu

país encontra-se numa das etapas mais difíceis desde os tempos da grande depressão.

Dados estatísticos dão conta de uma baixa de 15% da produção agrícola no ano transacto. O gerente-adjunto do "South African Reserve Bank", Chris Stals, revelou que isso se traduziu numa redução das exportações e na importação forçada de bens no valor de 1,5 mil milhões de rands.

Pela primeira vez, a África do Sul foi obrigada a importar milho e a tendência é de crescimento da sua importação. O

África do Sul: O "Livro Branco" da agressão

Reafirmar uma política eminentemente agressiva e de intimidação é o objectivo de Pretória ao preparar um intitulado "Livro Branco", no qual estabelece princípios para a sua política militar no corrente ano. O exército sul-africano criou uma "auspiciosa estratégia de intimidação", afirma-se no referido documento que estipula a força como tônica dominante das relações sul-africanas com os países vizinhos. Para tal, o orçamento militar aumentou cerca de 25% em relação ao ano transacto e será fundamentalmente utilizado no desenvolvimento do potencial ofensivo do exército. Pretória não parece, assim, muito preocupada com o embargo sobre fornecimentos de armas à África do Sul, estipulado pela ONU, revelando-se muito confiante de que por algum meio as armas lhe serão fornecidas.

"Continuar a pressão" sobre

os movimentos de libertação nacional, SWAPO e ANC, através de ameaças aos que os ajudam ou até mesmo manifestam solidariedade para com estes, é um outro aspecto do "Livro Branco".

A publicação não deixa dúvidas de que os planos militares dos sul-africanos serão, como até aqui, dirigidos para dois objectivos fundamentais: primeiro, estabelecer um total domínio militar por parte da África do Sul sobre toda a África Austral e, segundo, destacar, uma vez mais, o papel importante desempenhado pela África do Sul para com os Estados Unidos e a NATO, como aliado fiel, disposto à prestação de todo e qualquer serviço na defesa dos interesses do ocidente, tanto na África Austral, como em todo o continente, aguardando, evidentemente, a reciprocidade de tal princípio.

jornal britânico *Financial Times* não exclui a possibilidade de a África do Sul comprar ao estrangeiro três milhões de toneladas de cereais para satisfazer o consumo interno, pelo que serão necessários cerca de 720 milhões de rands.

O nível de inflação no país, da ordem dos 10%, agrava a situação e é muito superior ao nível análogo dos parceiros comerciais da África do Sul.

Os exorbitantes gastos militares constituem também um fardo pesado para a economia. Pretória, para sustentar o dispositivo militar agressivo contra os Estados da região e tentar perpetuar a ocupação da Namíbia, aumenta de ano para ano o orçamento militar.

No ano financeiro em curso as verbas militares ultrapassaram os três mil milhões de rands.

África do Sul: prossegue expulsão de negros

George Morrison, vice-ministro da Cooperação e Desenvolvimento da África do Sul declarou no parlamento que Pretória pretende "quebrar a resistência" dos negros na zona de Cross Roads, uma localidade dos arredores da cidade do Cabo, através da liquidação total da povoação. As cabanas de "párias", segundo a terminologia do *apartheid*, foram várias vezes destruídas por destacamentos especiais, tendo os seus habitantes negros sido forçados a viver em bantustões. No entanto, Cross Roads foi sendo reconstruída. Desta vez, o regime racista decidiu "resolver a questão" de uma vez por todas, deixando a cidade totalmente reservada a brancos, obrigando 250 mil negros da cidade e arredores a viver em *ghettos* localizados em terras destituídas de vegetações e totalmente estéreis.

Namíbia: A Swapo ganha força

□ Apesar do fracasso das negociações em Lusaka, no começo de Maio, a frente de libertação nacional da Namíbia, a SWAPO, saiu fortalecida da reunião e não existem mais dúvidas de que o movimento terá uma posição hegemónica no futuro governo independente da ex-colónia alemã.

A SWAPO foi a Lusaka preparada para negociar um cessar-fogo na guerra de 18 anos contra a ocupação sul-africana, como passo prévio para a independência da Namíbia, segundo a Resolução 435 das Nações Unidas. Já os sul-africanos, chefiados pelo administrador da Namíbia, Willie van Niekerk, procuraram transformar a reunião numa discussão entre grupos políticos internos, e não entre a SWAPO e a potência colonial.

Sam Nujoma dirigia uma delegação de quase 60 pessoas entre as quais, além da direcção do movimento reconhecido pela ONU como o único representante do povo namíbio, estavam também delegados do grupo étnico damara (o terceiro maior da Namíbia), membros de partidos como a SWANU e representantes da comunidade branca do território como Hans Rohr, do movimento Cristãos Democratas da Namíbia (NCD). A composição da delegação da SWAPO eliminou desde logo as alegações sul-africanas de que Sam Nujoma representava apenas o grupo étnico dos ovambo (o maior da Namíbia) e que, portanto, um acordo sobre o futuro da região só com ele iria excluir outros sectores sociais.

Os sul-africanos enviaram para a capital da Zâmbia uma delegação formada por mem-

bro da Conferência Multipartidária (MPC), um organismo criado por inspiração de Pretória na tentativa de servir como alternativa interna à SWAPO. A MPC tinha inicialmente 11 membros, mas acabou por perder o pouco de representatividade que possuía quando nas vésperas da reunião de Lusaka o Conselho Damara e o secretário-geral da SWANU abandonaram o organismo para integrar a delegação da SWAPO. As defecções sofridas pela MPC abalarão de tal forma o seu papel político que Sam Nujoma acabou por concordar em discutir com os membros do resto do grupo enviado por Pretória, com a condição de que eles se apresentassem formalmente como delegados sul-africanos. Até aquela data, a SWAPO nunca aceitara sentar-se a uma mesa de negociações com membros dos chamados partidos internos da Namíbia.

Inferiorizados e desmoralizados, os delegados da MPC acabaram por recorrer à tese da vinculação da retirada das tropas cubanas em Angola com a independência da Namíbia, uma forma óbvia de tentar levar a conferência de Lusaka ao fracasso. A SWAPO e a maioria absoluta dos países africanos rejeitam esta vinculação, sugerida há mais de um ano pelos Estados Unidos e conhecida nos meios diplomáticos como "linkage". As manobras obstructionistas da MPC isolaram ainda mais o governo de Pretória já que até os próprios membros da comunidade branca da Namíbia, especialmente os 25 mil alemães que ainda lá habitam, começaram a aproximar-se do movimento liderado por Sam Nujoma.

O fortalecimento da SWAPO levou o governo de P. W. Botha a mudar de posição, admitindo agora que aceitará a participação do partido de Sam Nujoma no governo independente da Namíbia, desde que integrado numa frente com outros partidos. É uma mudança importante porque Pretória nunca antes admitiu a participação da SWAPO num governo autónomo na ex-colónia alemã. Depois de Lusaka, Pretória passou também a colocar num segundo plano a questão do "linkage", reconhecendo que a exigência norte-americana é impraticável nas actuais circunstâncias.

O que os sul-africanos procuram agora em negociações informais, é "salvar a face" através da tentativa de encontrar uma fórmula que não seja a da 435 da ONU, que limita em sete meses o prazo entre a convocação de eleições gerais e universais, e a concessão da autonomia plena. A África do Sul considera que a rejeição do plano das Nações Unidas é uma questão de honra, tentando evitar uma derrota diplomática total do governo de P. W. Botha.

Ao iniciar uma viagem por sete países europeus no final de Maio, P. W. Botha procurou, entre outras coisas, que os governos da Inglaterra, Portugal, Alemanha Federal, Itália, França, Suíça e Bélgica abandonassem a posição em favor de uma solução para o caso da Namíbia baseado na Resolução 435. Por seu lado, a SWAPO está a jogar habilmente com o factor tempo. A MPC deverá desgastar-se cada vez mais na medida em que os seus membros verificarem que estão do lado perdedor. Uma coisa no entanto Sam Nujoma já anunciou que não cederá: eleições livres e directas, e um prazo para a independência completa. A SWAPO também não aceitará o "linkage". (Carlos Castilho)

África do Sul: Nova estratégia do ANC

Declarando que a "ofensiva diplomática em torno da paz do regime sul-africano não esmagará o Congresso Nacional Africano (ANC)", um alto dirigente do movimento anunciou na Zâmbia novas acções militares na África do Sul.

"A África do Sul está a tentar separar o ANC do povo. Mas o ANC tem fortes raízes, pois existe desde antes que se concretizasse a independência da região. Pretória sustenta que o problema é gerado do exterior, mas nós conseguimos treinar gente dentro da África do Sul. Não são os pequenos números de militantes fora do país que carregam o peso da luta sobre os seus ombros. É a massa do povo. Como sempre, temos que contar com as nossas próprias forças e o nosso poderio dentro da África do Sul", concluiu.

Moçambique: Itália constrói rede de telecomunicações

A ITALCOM, uma empresa italiana ligada ao grupo IRI-STET, que reúne ainda as firmas GTE e TELETTRA, criará uma nova rede de telecomunicações em Moçambique. A nova rede, que custará 50 milhões de dólares, cobrirá uma área do país equivalente a todo o território italiano.

É a primeira vez que uma empresa italiana estabelece no exterior uma estrutura de telecomunicações de tão alta responsabilidade, que será dotada das tecnologias mais avançadas, especialmente o sistema PROTEL, baseado nas centrais numéricas UT 10/3 da ITALTEL e GTD-5C da GTE. A ITALCOM proporcionará centrais telefónicas para 40 mil linhas, sistemas de transmissões, redes urbanas e sistemas para fornecimento de energia.

Os árabes voltam-se para si

Na reunião anual realizada recentemente em Londres, representantes dos 174 membros da União de Bancos Árabes decidiram transferir os seus grandes investimentos no Ocidente para os países árabes com vista a alcançar a auto-suficiência do sector financeiro desses países. O presidente da entidade e director-geral do Banco Beirute-Riad, Anouar El Khalil, disse que a nova política implicará na redução dos lucros e, por isso, os investimentos nos países ocidentais não serão cortados inteiramente. O presidente revelou ainda que os bancos árabes investiram no ano passado 32 mil milhões de libras (cerca de 44,6 mil milhões de dólares) em todo o mundo, o que elevou para 213 mil milhões de libras (cerca de 297 mil milhões de dólares) o total dos financiamentos.

الخطوط الجوية العراقية



Iraqi Airways

VOOS DIRECTOS

Terças-Feiras

LISBOA-RIO DE JANEIRO

Quartas-Feiras

LISBOA-AMMAN-BAGHDAD

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Avenida da República, 48 - 3º Esq.

1000 LISBOA

Telefones 77 44 16 / 77 56 18

Telex 43588 LISTIA P

Dívida Externa: ricos não abrem mão, América Latina tenta união

□ A nota conjunta de protesto dos presidentes da Argentina, México, Brasil e Colômbia contra a elevação dos juros internacionais, dada a conhecer dia 19 de Maio passado, foi recebida no Terceiro Mundo com demonstrações de alívio e alegria. Finalmente, poder-se-ia pensar, os países latino-americanos entenderam, ou começaram a entender, que nada ganhariam se continuassem a negociar separadamente com os bancos e governos dos países ricos. Pelo contrário, só teriam a perder.

No entanto, numa contra-ofensiva que era de esperar, os banqueiros e o governo norte-americano reafirmaram — logo depois da divulgação do protesto latino-americano — a sua posição contrária à introdução de qualquer modificação ou reforma nos mecanismos e formas de negociações com os países endividados do Terceiro Mun-

do. Eles querem continuar a negociar caso por caso e, para forçar o divisionismo, prometem melhores condições para os países maiores e mais endividados, como é o caso do México e do Brasil. Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha, foi ainda mais longe ao propor que as nações com problemas de estrangulamento externo *entreguem os seus bens e empresas* aos credores para liquidação dos passivos. Traduzindo, ela quer que se desnacionalize tudo, o pouco que ainda não foi saqueado.

A última palavra, entretanto, terá que ser dos países da América Latina. Em definitivo, são eles que optarão ou por uma resistência mais firme e coordenada na negociação, trazendo-a para o campo político, ou entregarem-se novamente aos ditames dos ricos. Estes, por sua vez, não estão unidos, havendo, inclusive, sérias e pro-

fundas divergências entre os bancos europeus e norte-americanos. Um crescente número de políticos e economistas latino-americanos defende o aproveitamento pelos seus países dessas divergências.

Como expressou Carlos Andrés Pérez, ex-presidente da Venezuela — *"o problema não é dos países que devem aos EUA, mas sim deles, porque, caso se declare na América Latina uma cessação em série dos pagamentos, vem a quebra em série dos bancos norte-americanos"*.

Dos 310,2 mil milhões de dólares que atingiu o montante da dívida externa de toda a América Latina em 1983, cabem ao Brasil 110 mil milhões; México 95 mil milhões; Argentina, 43 mil milhões e Venezuela 34 mil milhões. Vêm a seguir na escala do endividamento o Chile com 22 mil milhões; Peru 10,6; Colômbia 10,3; Equador 7,5; Uruguai 4,2; Bolívia 3,5; Nicarágua 3,4; Panamá 3,1; Costa Rica 3; República Dominicana 2,5; Honduras 1,7; Paraguai 1,3; El Salvador e Guatemala ambos com 1,2; Guiana 900 milhões e Haiti com 800 milhões. (*Maluza Stein*)

Contra a seca e a desertificação

Um desenvolvido projecto de combate à seca e desertificação englobando medidas de urgência e um programa de acção para quatro anos, será levado a cabo pelo CLISS, Comité Inter Estatal de Luta Contra a Seca no Sahel, soube-se, recentemente em Ouagadougou, Alto Volta. Segundo Brah Mahamane, secretário executivo do referido comité, o projecto conta com o apoio do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do UNSO, Gabinete das Nações Unidas para a região Sudano-

Saheliano e disporá de um total de 2,3 mil milhões de dólares, dos quais 1,2 mil milhões dirigidos para medidas de urgência.

De recordar que a ONU pediu recentemente aos países industrializados que ajudem os cinco países mais afectados pela seca, entre os quais se encontram o Senegal e Moçambique.

Turquia: intelectuais defendem liberdade

Cerca de 1.260 intelectuais assinaram uma petição publica-

da no jornal turco *Junhuriyet* onde exortam as autoridades do regime militar a amnistiar todos os presos políticos, a acabar com as torturas e maus tratos nas prisões, a levantar o estado de emergência, a acabar com a censura e outras restrições à liberdade de expressão e de imprensa, e a garantir a todos os cidadãos o direito de participar na vida política do país.

Segundo a imprensa turca, os chefes militares do regime ditatorial pretendem julgar os signatários da petição acusando-os de incluírem "elementos ilegais" no documento.

Argentina: seis mil crianças afectadas pelo desaparecimento de seus pais

□ Mais de seis mil crianças sem notícias dos seus pais desaparecidos durante o regime militar (1976/83) constituem uma sequela pouco conhecida da repressão exercida pelo governo militar na Argentina. Em inúmeros casos, as crianças foram testemunhas do sequestro de seus pais e devido ao medo reinante, tiveram de ocultar muitas vezes a situação aos seus colegas e amiguinhos por ordem dos seus familiares.

Os principais sintomas que apresentam estas crianças são: inibição, distúrbios de raciocínio, problemas de aprendizagem e de conduta, agressividade excessiva, dependência emocional e insistentes perguntas e questionamentos referentes à situação em que vivem. Para o seu tratamento, além da assistência particular que algumas destas crianças recebem, criou-se o Movimento Solidário de Saúde Mental, instituído por familiares de detidos e desaparecidos por razões políticas. Este organismo médico, presidido

por Eduardo Pavlovsky, atende uns 30 casos de crianças que "padecem dos efeitos de uma situação social que ainda perdura", segundo declararam os seus membros. O Movimento Solidário de Saúde Mental sustenta que esses casos não devem ser tratados segundo uma óptica particular, mas sim social. É a sociedade que tem que dar uma resposta a uma série de questões pendentes, afirmam.

"Além disso — assinala um dos membros da equipa — é posta em questão a forma como a sociedade reivindica os seus pais desaparecidos. Foi dito a algumas dessas crianças que o sequestro ou o desaparecimento dos seus pais se devia ao facto de que eles 'pensavam de modo diferente' — considerou o terapeuta — e elas podem deduzir que o pensamento é perigoso".

"Reconhecendo a mesma problemática, em outras crianças, podem brincar, elaborar a



Avó e neto: faltam os pais

situação e compartilhar a dor", observou a psiquiatra Rosa Maciel, membro do grupo de assistência. Os jogos desenvolvem-se em geral em torno do tema dos sequestros, torturas e das diversas imagens que as crianças têm a respeito do que pode ter acontecido a seus pais. "O quadro de incerteza ainda subsiste — explicou Rosa — e isso agrava os transtornos que suportam essas pequenas vítimas da repressão".

Paraguai: recurso em favor de uma presa política

Porta-vozes da Comissão Paraguuaia de Solidariedade Humana informaram que o Vaticano tem em estudo, desde fins de Abril último, um documento no qual se expressam receios pela vida de Margarita Baez, que descrevem como uma prisioneira de consciência sob o regime do general Alfredo Stroessner. Presa em princípios de 1982, Margarita Baez foi submetida durante 80 dias, a partir de 16 de Fevereiro desse ano, a torturas físicas e psicológicas que incluíram também in-

jeções de drogas, diz a denúncia.

A entrega deste documento ao Vaticano seguiu-se a uma carta dirigida ao papa João Paulo II pela citada comissão.

A Comissão Paraguuaia de Solidariedade afirmou que a Amnistia Internacional divulgou num documento partes de uma carta dirigida por Margarita Baez ao juiz Anselmo Aveiro, na qual a detida diz padecer de alucinações, distúrbios motores, taquicardia, problemas de pressão arterial e outros males provocados pelas torturas a que é sujeita.

Cabo Verde:

As obras de ampliação do porto da capital caboverdeana, a Cidade da Praia, vão arrancar a muito curto prazo. O contrato de adjudicação da empreitada foi assinado em finais do passado mês de Maio, tendo ganho o concurso internacional uma firma portuguesa. O projecto, orçado em 3 milhões e 676 mil dólares e totalmente financiado pelo Banco Árabe de Desenvolvimento Africano (BADEA), inclui a construção de um cais de atracação, edifícios administrativos, oficina, armazém e estrada de acesso.

O massacre de El Chupadero

□ Eram uns 200 homens com o uniforme do Exército da Guatemala. Na segunda-feira, 30 de Abril, eles invadiram o acampamento de El Chupadero, a três quilómetros da fronteira sul do México, no município de Trinitaria, estado de Chiapas, e mataram 6 refugiados guatemaltecos, entre eles uma mulher grávida e o menino Jesus Miguel Pascual, de 11 anos. O sacrifício mais cruel foi o de Jesus: os seus assassinos, torturaram-no, castraram e deram-lhe um tiro de misericórdia na cabeça.

As violências contra o menino foram comprovadas por autoridades mexicanas e representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Depoimentos de refugiados e investigações da polícia apontaram os *kaibiles* (soldados de tropas antiguerrilha do Exército da Guatemala) como responsáveis pelo massacre.

O caso teve ampla repercussão. Em discursos no Congresso e declarações a jornais, parlamentares e representantes da igreja católica assinalaram não ser a primeira vez que militares da Guatemala invadem campos de refugiados no México à procura de guerrilheiros guatemaltecos. Porta-vozes de partidos de direita, como o Partido de Acção Nacional (PAN), e de esquerda, como o Popular Socialista (PPS), condenaram o crime e exigiram — diferenciando-se apenas no tom mais ou menos enérgico das declarações — uma resposta firme do governo do presidente Miguel de la Madrid, que apresentou um protesto diplomático junto do regime do general Oscar Mejía Víctores.

No dia 3 de Maio, o embaixador da Guatemala no Méxi-

co, Julio Cesar Méndez Montenegro, reiterou a nota do comando das forças armadas do seu país sobre o episódio e negou que o ataque tivesse sido feito por militares. "Foram guerrilheiros vestidos com o uniforme do exército para provocar um conflito entre os dois países", afirmou o embaixador, que foi presidente da Guatemala entre 1966 e 70, a cujo governo se atribui a morte de 30 mil civis.

Treze dias depois, o governo mexicano, em novo protesto, contestou a resposta do regime da Guatemala. "As investigações", informou o comunicado oficial mexicano, "confirmaram que os culpados vieram do território guatemalteco aonde regressaram. Não há provas de que os autores do crime sejam membros de grupos subversivos, como sustentou o governo da Guatemala".

Os Estados Unidos tiveram uma reacção lacónica: *no comments*. Essa ausência de comentários do governo norte-americano foi considerada por analistas políticos como uma

intenção do governo de Ronald Reagan em reactivar a ajuda militar à Guatemala, suspensa pelo ex-presidente James Carter em 1977 devido às violações dos direitos humanos cometidas durante o mandato do general Kjell Eugenio Laugerud García. O subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Langhorne Motley, defendeu a necessidade de os Estados Unidos prestarem assistência económica aos militares guatemaltecos, "que enfrentam uma séria ameaça insurreccional".

No meio das repercussões do massacre de El Chupadero, membros da Comissão de direitos humanos da Guatemala denunciaram na Cidade do México que foram realizadas nos últimos meses 1.330 execuções extra-judiciais e 1.600 desaparecimentos no seu país, além de bombardeamentos e ataques contra a população, em especial na região sudeste. "O alarmante aumento das violações aos direitos humanos na Guatemala, por parte das forças de segurança do Estado", advertiu a nota da Comissão, "intensificará o fluxo de refugiados para os países vizinhos". Segundo as autoridades mexicanas, há 92



Acampamento de refugiados guatemaltecos no México

acampamentos com cerca de 46 mil guatemaltecos no sul do país. Só em Chupadero, havia três mil refugiados.

Após o massacre de 30 de Abril, o governo mexicano iniciou a transferência dos refugiados para o estado de Campeche, no sudeste do país. As primeiras famílias seguiram de Palenque, em Chiapas, para a localidade de Pensilvânia, no município de Chamboton. O governador de Campeche, Eugenio Echeverría Castellot, disse que o local é apropriado para receber os refugiados pela sua distância da fronteira, grande extensão e facilidade de acesso e de obtenção de água em poços artesianos.

O governador esclareceu que a instalação não implicará custos para o Estado porque os gastos serão cobertos por organismos internacionais de ajuda a refugiados e há a possibilidade de empregar os guatemaltecos nas plantações de arroz, mi-

lho e feijão, quando escassear a mão-de-obra mexicana.

A política do México para o problema dos refugiados foi elogiada pelo Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Paul Harting, em entrevista ao jornal *El Día*. Ele agradeceu o apoio do México ao ACNUR e disse que essa cooperação permitiu à organização "amenizar o sofrimento dos guatemaltecos nos acampamentos no sul do país com distribuição de alimentos, remédios, cobertores e ajuda material".

Doze dias após o episódio de Chupadero, o governo mexicano concedeu asilo político a quatro homens e uma mulher da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador que tentaram assaltar na véspera uma casa comercial em San Salvador. Ao serem cercados pela polícia, fizeram 73 reféns e conseguiram a transferência para a embaixada do México. (*Octavio Tostes*)

Dólares para as crianças pobres do Mundo

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) destinará este ano 350 milhões de dólares a programas de assistência social em todo o mundo. A distribuição da verba foi decidida em reunião do comité executivo da UNICEF durante dez dias, em Roma, com delegações de 41 países. Mais de 50 milhões serão reservados à China, que tem cerca de 450 milhões de habitantes com menos de 15 anos de idade. A delegada jugoslava, Nevenka Novakovic, salientou que o facto de 40 mil crianças morrerem por dia de fome ou por doença é "uma dramática advertência à comunidade mundial sobre a necessidade de se mudarem as relações económicas internacionais para superar a crise económica no mundo e acelerar o progresso dos países em desenvolvimento".

CIÊNCIA actual

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Distribuidora:

ELECTROLIBER

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente e ilhas (via aérea)	550\$00 690\$00
Espanha, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe	
Europa	US\$ 7.50
Outros países	US\$ 9.50

Pagamento adiantado

CIÊNCIA ACTUAL

R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA

As Olimpíadas e a guerra fria

O boicote da União Soviética e aliados aos Jogos Olímpicos de Los Angeles é consequência directa do clima de guerra fria que domina há mais de três anos as relações entre as duas superpotências. Esta data está vinculada à subida ao poder do republicano Ronald Reagan e, portanto, ao controlo da Casa Branca pela extrema-direita.

Mas os antecedentes desse caso lamentável podem ser encontrados em 1980, quando, em represália pela intervenção soviética no Afeganistão, o presidente James Carter decidiu sabotar as Olimpíadas realizadas naquele ano em Moscovo. Tão violenta reacção e as pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre as nações situadas na sua esfera de influência, fizeram com que 62 países não comparecessem em Moscovo. Os jogos da capital soviética foram, assim, privados dessa universalidade que era, justamente, a palavra-de-ordem defendida em fins do século passado pelo francês Pierre de Coubertin para retomar a tocha da confederação grega.

As nações que, sucessivamente, aderiram aos Jogos Olímpicos até abrangerem todo o planeta, tinham-se comprometido a respeitar e cultivar os ideais dos Jogos, inclusive os estatutos olímpicos que propunham a competição multidesportiva, de carácter não profissional, orientada no sentido de "construir um mundo melhor e mais pacífico", e, obviamente, à margem das contingências políticas. Esse ideal foi quebrado pelo boicote norte-americano de 1980, originando assim um nefasto precedente.

O presidente Carter não representava a

extrema-direita norte-americana e sim, sectores centristas, e o seu gesto reflectiu a radicalização dentro do *establishment* dos Estados Unidos pelo terreno perdido pela superpotência a nível internacional. A atitude do ex-presidente foi interpretada como a reacção a uma série de factos que — desde a derrota na guerra do Vietname até à explosão da revolução islâmica no Irão e aos acontecimentos no Afeganistão — implicavam um constante retrocesso da hegemonia que Washington chegou a deter a seguir à II Guerra Mundial.

Essa reacção foi levada ao extremo pelo presidente Reagan e transformada no eixo da sua política externa, obsessivamente centralizada no confronto Leste-Oeste.

O precedente da deserção norte-americana dos jogos de Moscovo terá influenciado, sem dúvida, semelhante decisão soviética em relação a Los Angeles. Mas este factor não consta dos argumentos utilizados na justificação do Kremlin e há, na verdade, outros elementos que parecem ter tido mais peso na adopção dessa atitude.

O retorno à guerra fria por iniciativa do actual governo norte-americano agravou as relações entre as duas superpotências a um tal ponto, que qualquer contacto implica em atrito, em controvérsia e num terreno de luta no qual se tende a arrastar os restantes países.

A substituição da coexistência pacífica que, até certo ponto, dominou as décadas de 60 e 70, pela guerra fria, implica uma opção que privilegia o poderio militar, mas cuja dinâmica projecta-se

sobre outras áreas.

A escalada armamentista do presidente Reagan não podia deixar de provocar o armamentismo dos seus rivais, assim como as suas ameaças de guerras espaciais e as suas diatribes contra o sistema socialista — que identifica como o “império do mal” — estimularam réplicas indignadas e violentas dos soviéticos.

Seria de esperar que a escalada armamentista e a aspiração norte-americana de conseguir uma superioridade estratégica completa sobre a União Soviética fizessem fracassar as negociações de Genebra, ligadas ao desarmamento ou ao controlo de mísseis.

Mas a contradição estendeu-se inexoravelmente a outros campos, como o comercial e o da transferência tecnológica, para depois dar um novo e mais grave golpe ao ideal olímpico.

Já que as delegações dos países socialistas compareceriam a Los Angeles, esta seria a ocasião para que as organizações anticomunistas norte-americanas, assim como círculos provenientes da emigração daqueles países, aproveitassem essa excepcional caixa de ressonância para uma campanha de denúncias e provocações.

A polémica que se seguiu ao anúncio da retirada soviética permitiu o conhecimento, a nível internacional, de uma impressionante lista de actividades programadas na mencionada campanha. Diante de tais preparativos para a “recepção” dos atletas socialistas, a alegação soviética de que faltariam condições de segurança — no sentido psicológico e no que se refere a uma competição dessa natureza — aparece revestida de credibilidade.

A resposta da Casa Branca mencionava que as instituições e a legislação dos Estados Unidos não permitiriam ao governo impedir manifestações de grupos anticomunistas, o que, em princípio, também seria verdadeiro. Mas nesse caso não se tratava de uma atitude imparcial da administração Reagan, mas de uma promoção activa da campanha.

Até que ponto e com que recursos o mesmo governo que mina os portos da Nicarágua e atenta de tal maneira contra as próprias bases do direito internacional, alimentava essa campanha é algo impossível de precisar e mais ainda de provar. Mas do ponto de vista dos soviéticos, eles não poderiam presumir outra coisa senão que, ao se apresentarem na casa do seu adversário, submetidos às suas regras, e com ampla divulgação por parte dos meios de comunicação do sistema transnacional das manifestações anticomunistas, estariam a prestar-se, impotentes, a uma manobra planeada de desprestígio contra o regime socialista.

Outro factor teria pesado também na decisão, segundo analistas da Europa ocidental. Eles sustentam que, do jeito que estavam as coisas, se as delegações socialistas tivessem ido a Los Angeles, a sua mera presença teria dado razão a Reagan nas suas críticas às forças e governos europeus. Os aliados do Velho Continente pressionam Reagan a abrandar a sua política intransigente e a dispor-se a negociar com a URSS. A estes interlocutores da comunidade militar do Atlântico Norte, o inquilino republicano da Casa Branca respondeu que a sua dureza com Moscovo e o seu armamentismo unilateral dariam seus frutos. Assim, por exemplo, a retirada soviética das negociações de Genebra seria, na realidade, um “bluff” e, finalmente, aqueles voltariam a negociar e a fazer concessões de acordo com os desejos da NATO.

É preciso dizer que, em geral, os dirigentes políticos europeus pensam exactamente o contrário: que Reagan fechou a porta e levou as negociações a um beco sem saída. Se, neste contexto, os soviéticos participassem nos jogos de Los Angeles, contribuiriam para dar uma certa impressão de normalidade que reforçaria a interpretação de Reagan e dos “falcões”. Dessa forma, teriam prejudicado os aliados atlânticos favoráveis à coexistência e ao diálogo, aos quais a URSS não pode tirar autoridade sem comprometer os seus próprios interesses.

É natural que essas considerações tenham influído

na decisão soviética. Em todo caso, elas não estariam em contradição com as motivações anteriores, mas complementarizavam-nas. Sejam quais forem as motivações directas ou indirectas, o incidente das Olimpíadas revela a gravidade que alcançou a asfíxiante atmosfera da guerra fria.

Como se poderia deter esta escalada delirante que põe em perigo a existência de toda a Humanidade pelo verossímil risco de um holocausto nuclear? Não existem muitos motivos para optimismo, infelizmente. Tudo indica que os soviéticos sentem que são desafiados e ameaçados e não poderiam, assim, fazer concessões sem que fossem interpretadas como uma vitória incondicional do adversário norte-americano, e como um risco à segurança da área socialista. Não poderiam, portanto, dar um passo no sentido da conciliação, enquanto não recebam uma prévia demonstração da receptividade norte-americana.

E o que se pode esperar da parte de Washington? Nada até às eleições, dizem os analistas em assuntos norte-americanos. Mas alguns acrescentam que, passadas as eleições — e deduz-se que Reagan as vencerá se não der um grande escorregão ou se não ficar à mostra a fragilidade da recuperação da recessão económica — o presidente encaminhar-se-á para uma política mais "pragmática" em relação a Moscovo.

Um político ultradireitista como Reagan, promotor de uma campanha eleitoral claramente anticomunista, cujo governo não se afastou dessa linha e que com ela seria reeleito, dificilmente se disporá a percorrer os caminhos do desanuviamento como sob o governo John Kennedy. Diante da falta de resultados da sua dureza em relação à URSS, é provável que no seu segundo mandato Reagan esboce uma política mais realista. Mas também é provável que aconteça o oposto. Os antecedentes levam a presumir que o presidente não fará correcções substanciais na sua política externa.

Então, o que fazer? No plano político, não há unidade europeia nem um sólido bloco para

enfrentar Reagan com alguma eficácia. São inúmeras, portanto, as razões para pessimismo a curto prazo. A presença de sinais de repúdio crescente ao belicismo, vigorosamente expresso no crescimento do movimento pacifista nos Estados Unidos e na Europa, permite, no entanto, alimentar alguma expectativa de mudança. É evidente que a persistência da guerra fria está destinada a estimular o seu contrário, isto é, a militância pela paz e pelo desarmamento. Os acontecimentos em torno das Olimpíadas sugerem que nos objectivos de todos os sectores que se incorporam na luta contra o armamentismo e pelo desanuviamento, deveria constar a instituição de uma sede permanente para os Jogos. Provavelmente Atenas — como muitos já propuseram — seria o local que facilitaria um consenso, já que a cidade grega de Olímpia foi o berço histórico destes jogos.

A batalha por uma sede permanente é imperativa por duas razões. Os próximos jogos, em 1988, estão marcados para Seul, cenário típico do confronto Leste-Oeste, e é muito provável que, a assim acontecer, surjam tentações, de instrumentar uma campanha anti-soviética na capital da Coreia do Sul parecida com a actual e que produziria semelhantes reacções dos soviéticos. Pouco ou nada ficaria de pé das Olimpíadas depois de um novo fracasso. O acordo sobre uma sede permanente poderia assim preservar este encontro da juventude desportiva de todo o mundo.

Em segundo lugar, o estabelecimento de um local permanente e neutro seria uma contribuição para a paz, já que eliminaria um dos âmbitos de confronto das superpotências. A celebração normal dos Jogos Olímpicos num cenário alheio às tensões Leste-Oeste seria uma contribuição modesta ao ideal pacifista e não bastaria para modificar o actual ambiente internacional. Mas seria um avanço positivo. Daí esta proposta de que os círculos e forças favoráveis à paz e ao desanuviamento coincidam no pedido de transferir os Jogos Olímpicos para uma sede que os subtraia ao confronto bipolar. ●

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

DESIGN LUIS CARROLO

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º - Dt.º
1000 LISBOA • Portugal
telef. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

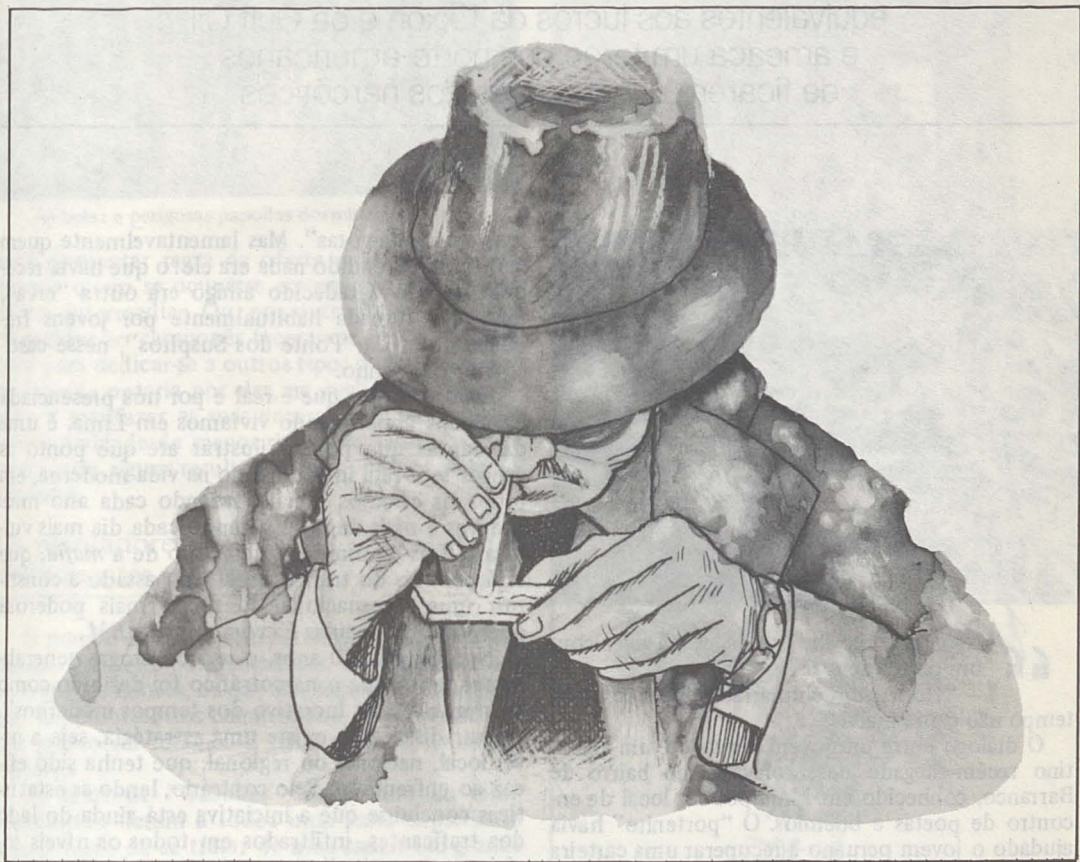
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

DROGAS

Um dos maiores desafios do nosso tempo



Como se explica o aumento constante do consumo de drogas nas sociedades industrializadas e a sua crescente incidência em alguns países do Terceiro Mundo? Existem formas de combater o vício? Quais são os interesses económicos e até mesmo políticos que estão por detrás do tráfico de narcóticos? Que atitude devem assumir os países do Terceiro Mundo produtores de coca, de haxixe, da papoila dormideira? Que peso têm as denúncias de

que a cooperação norte-americana com as polícias ou outros órgãos encarregados da repressão ao contrabando de drogas é uma nova versão da infiltração de agentes dos serviços secretos?

O nosso objectivo com esta matéria de capa é apresentar alguns aspectos do problema das drogas que em geral não são abordados na cobertura jornalística habitual. Muitas das respostas às perguntas colocadas ficam no entanto, por conta do leitor.

Um poder transnacional

Uma complexa corrente que une o camponês andino ao fumador de ópio da Índia, passando pela mafia siciliana e a União Corsa, movimenta 30 mil milhões de dólares anuais equivalentes aos lucros da Exxon e da Gulf Oil e ameaça um terço dos norte-americanos de ficarem dependentes dos narcóticos

Beatriz Bissio *



“ Não sei como lhe agradecer... Talvez com um pouco de erva”.

— “Hum... um chimarrão depois de tanto tempo não cairia mal”.

O diálogo entre um jovem peruano e um argentino recém-chegado desenrolava-se no bairro de Barranco, conhecido em Lima por ser local de encontro de poetas e boémios. O “portenho” havia ajudado o jovem peruano a recuperar uma carteira com dinheiro que haviam tentado roubar-lhe. Mas, para sua surpresa, em vez de receber a erva-mate que esperava em quantidade generosa, o jovem entregou-lhe uma porção que caberia num dedal. “Engraçado — comentou — estes peruanos não entendem nada de chimarrão, pensam que o toma-

mos em conta-gotas”. Mas lamentavelmente quem não havia entendido nada era ele: o que havia recebido do seu agradecido amigo era outra “erva”, maconha, fumada habitualmente por jovens frequentadores da “Ponte dos Suspiros”, nesse castiço bairro limenho.

Esta anedota, que é real e por nós presenciada há alguns anos quando vivíamos em Lima, é uma das tantas que podem ilustrar até que ponto as drogas se foram introduzindo na vida moderna, em todos os círculos sociais, fazendo cada ano mais adeptos e mais danos e gerando cada dia mais vultosas cifras de dinheiro, ao ponto de a *mafia*, que está por trás do tráfico ilegal ter passado a constituir uma transnacional tanto ou mais poderosa quanto as conhecidas *Exxon*, *Xerox*, *IBM*..

Nos últimos 20 anos, o uso de drogas generalizou-se tanto que o narcotráfico foi definido como “o negócio mais lucrativo dos tempos modernos”. Apesar disso, não existe uma estratégia, seja a nível local, nacional ou regional, que tenha sido eficaz ao enfrentá-lo. Pelo contrário, lendo as estatísticas conclui-se que a iniciativa está ainda do lado dos traficantes, infiltrados em todos os níveis sociais e nas mais diversas estruturas de poder nos países-chave para sua “actividade”, dispondo de equipamentos militares e donos de uma infraestrutura que provocaria inveja a muitos Estados do empobrecido Terceiro Mundo.

Mas os traficantes são intermediários entre duas pontas: o produtor e o consumidor das drogas. E se o seu negócio é tão lucrativo, isso deve-se também, em grande medida, ao facto de não ter havido políticas adequadas para acabar com o problema da produção e do consumo dos narcóticos. Se não existisse um mercado consumidor, segundo a

* Os materiais para a elaboração deste trabalho foram pesquisados pelo Centro de Documentação de *cadernos do terceiro mundo*, principalmente por Eunice Senna. Estudamos o nosso agradecimento a Donalson Magalhães Garchegne e a Otávio Tostes.



As belas e perigosas papoilas dormeiras do ópio

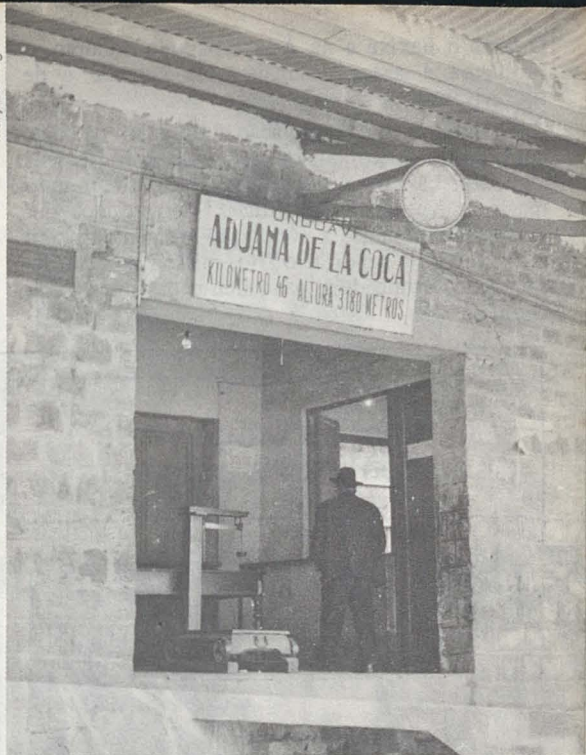
mais elementar regra da oferta e da procura, não haveria quem se ocupasse em produzir ou inclusive em intermediar. Ou, por outro lado, se fossem oferecidos ao camponês incentivos, apoio e condições para dedicar-se a outros tipos de cultivos, possivelmente optaria por eles, na medida em que passaria a satisfazer as suas necessidades básicas com uma actividade de menor risco. Isso já foi demonstrado com alguns resultados positivos a nível experimental.

Os plantadores: delinquentes ou vítimas?

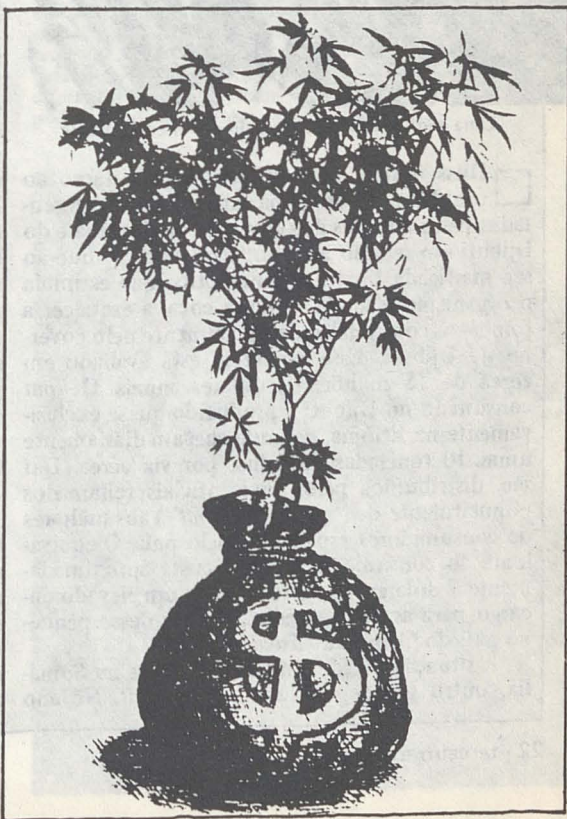
O mundo da droga tem actividades bem diferenciadas. Existem os plantadores, os financiadores, os transportadores, os que se encarregam da refinação em laboratórios clandestinos, os revendedores por grosso ou retalho. E naturalmente, os consumidores.

Os anos de "trabalho" clandestino ou semi-clandestino deram a todos uma vasta experiência e pelo facto de se tratar de uma cadeia tão grande de operações é praticamente impossível vigiar e controlar. Muito menos suprimir, essa emaranhada rede que se estende por todos os recantos do planeta.

O primeiro elo da cadeia são os plantadores. São eles que, em geral, têm menos noção da sua participação num submundo onde a lei é ditada pela ambição de lucro e não impera outro ideal senão o do enriquecimento rápido, nem outra moral que não seja a da obediência às regras do jogo do mais forte. Para o camponês que na América do Sul planta a coca, na África o *khat*, no Médio



Alfândega onde o governo boliviano recolhe a produção legal de coca, perto de Los Yungas



Oriente o haxixe e na Ásia a papoila do ópio, o problema é antes de mais nada cultural e de sobrevivência.

Grande parte da população andina tem na coca, desde antes da conquista espanhola, um dos seus alimentos básicos. A coca faz parte do seu mundo mágico e é utilizada em rituais. Mastigar coca ajudou durante séculos a população indígena do Peru e da Bolívia a suportar o frio, mitigar a fome, resistir ao trabalho duro nas ladeiras das montanhas andinas.¹

O "khat", a droga verde do continente africano



Marion Kaplan/Camera Press

Uma pequena folha de grande poder estimulante

□ Duas ópticas bem diferentes em relação ao problema da droga na África estão representadas pelas atitudes dos governos da Somália e do Djibuti em relação ao *khat*. Essa folha — que ao ser mastigada liberta um narcótico que estimula o organismo e ajuda, como a coca, a esquecer a fome — é comercializada oficialmente pelo governo de Djibuti. Esse comércio está avaliado em cerca de 15 milhões de dólares anuais. O *khat* consumido no Djibuti é produzido quase exclusivamente na Etiópia, de onde chegam diariamente umas 10 toneladas da folha, por via aérea. Daí são distribuídos pelos táxis oficiais (chamados popularmente de "sultões do *khat*") aos milhares de consumidores espalhados pelo país. O equivalente ao consumo de um dia custa aproximadamente 7 dólares, o que representa um elevado encargo para as pauperizadas famílias desse pequeno país do Corno da África.

A situação é radicalmente diferente na Somália, outro grande consumidor de *khat*. No ano

Na Turquia, a colheita da papoila do ópio passou a fazer parte da cultura dos lavradores da região de Afyon. Na "época de ouro" da produção turca, mais de meio milhão de pessoas vivia do cultivo do ópio. Junho é o mês da colheita, mas só num dia desse mês os frutos amadurecem no ponto exacto para permitir extrair deles o ópio que

¹ Calcula-se que quase cinco milhões de índios peruanos se alimentam e vivem da produção de coca, cuja folha tem alto valor nutritivo além de medicinal, segundo foi provado cientificamente.

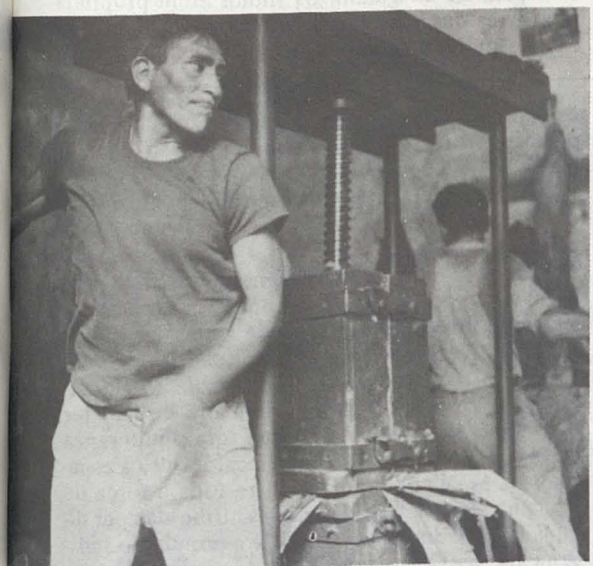
passado, o presidente Siad Barre ilegalizou a droga, alegando que os seus efeitos estavam minando a família, elevando os índices de fracassos matrimoniais e aumentando a criminalidade. Foram proibidos o cultivo, a comercialização e o uso do *khat*, com pesadas sanções penais para os infractores.

Pesquisas médicas da década de 50 demonstram que o uso excessivo ou sistemático da droga — que tem sido comparada com a benzedrina e a cocaína — pode produzir impotência, imbecilidade e, em alguns casos, a morte.

Essa medida do governo de Mogadíscio afecta directamente os camponeses do Quênia, principais fornecedores do *khat* aos consumidores somalis. A região produtora de *khat* neste país é conhecida como o *Triângulo verde*, em alusão ao *Triângulo dourado* produtor de ópio no sudeste asiático. Outro grande produtor africano da folha é a Etiópia, onde o *khat* é o segundo produto agrícola mais importante nas exportações.

No caso do Quênia, as plantações são ilegais, porém o governo até agora fez "vista grossa", uma vez que do seu cultivo dependem milhares de famílias camponesas. (Estima-se que só o mercado somali representa uma procura de 500 toneladas anuais.) A falta de uma supervisão ou assistência adequada fez com que muitos desses camponeses — alguns dos quais também plantam café e chá — utilizassem os mesmos insecticidas que são utilizados naqueles casos, para combater uma praga que apareceu nas folhas da droga. Resultado: em poucos dias os hospitais estavam superlotados de pacientes com queimaduras na boca. (A folha do *khat* é mastigada ao estilo da folha da coca, tanto por homens como por mulheres.)

Além do uso do *khat*, no continente africano há alguns casos de viciados em ópio na Mauritânia e na Tunísia, de abuso de narcóticos sintéticos na Nigéria e Níger e poucos casos de viciados em opiáceos (particularmente morfina) no Quênia, Níger e África do Sul. Porém, o problema das drogas está longe de ter as dimensões que já alcançou noutros continentes.



O cineasta alemão Michael Gregor fez estas fotografias de um centro de produção clandestino de cocaína em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, pouco antes do "golpe dos coca-dólares" do general García Meza: As pessoas não sabiam que estavam a ser fotografadas. Este material documental inédito foi publicado pelos cadernos do terceiro mundo pouco depois do golpe de Estado de 1980. Nele vêem-se com pormenor as diferentes etapas do trabalho dos traficantes e a poderosa infra-estrutura com que eles contam



dará origem à morfina e à heroína. Nesse dia, as crianças são fechadas nas casas, com janelas e portas trancadas, pois a respiração do ar contaminado poder-lhes-á ser fatal. Homens e mulheres, com os rostos cobertos com lenços protectores, trabalham nos campos vinte e quatro horas seguidas. O que não for colhido nesse dia já não servirá mais. Mas como cada quilo da papoila rende uns 15 dólares aos camponeses, nesse dia lucram para viver o ano inteiro.

Quando, por pressões dos Estados Unidos, a Turquia proibiu os cultivos e impôs a pena de morte a quem violasse a lei, uma nova versão da guerra do ópio esteve a ponto de explodir e vários governos sucumbiram.

A Índia é actualmente o maior produtor mundial de ópio como cultura legal, embora as autoridades saibam que aproximadamente 100 toneladas por ano são produzidas para o mercado ilegal, em grande parte absorvido pela procura interna do país. O estigma cultural em relação à heroína não

permite o avanço do consumo da droga na sociedade indiana apesar do reconhecido incremento da produção do ópio. Contudo, a Índia possui de 30 a 40 mil fumadores de ópio legalmente registados, para os quais esse hábito é parte de uma cultura secular, assim como o trabalhador agrícola de Punjab coloca diariamente ópio no seu chá matinal e os intelectuais de Bombaim tomam-no com leite frio como bebida típica nas festas.

Em Serra Nevada, na Colômbia, o problema é mais económico do que cultural. Os índios guajiros resistiram durante séculos com orgulho à aculturação a que os espanhóis quiseram submetê-los. Mas agora estão a sucumbir ao poder do dinheiro da droga. Assim, na árida península de Guajira, a paisagem povoou-se de jovens fumadores de maconha e viciados de diferentes partes do mundo. Porquê essa mudança de atitude? Porque quando os espanhóis chegaram, os índios eram proprietários livres das suas terras, um povo saudável, em expansão. Na Colômbia de hoje, os índios guaji-

A coca: droga ou alimento estimulante?

A coca foi utilizada pelos incas do Peru como alimento, para oferendas religiosas e para rituais. Mastigar a folha da coca é, entre os índios do planalto andino, um costume secular. A descoberta de coca em túmulos do período pré-cerâmico prova a sua presença na vida dessas comunidades há pelo menos três mil anos.

No ano de 1539, o bispo de Cuzco, dom Vicente Valverde, numa carta dirigida à Coroa espanhola, contava que os índios podiam trabalhar em duras condições, sem sentir fadiga, sustentados pelo efeito vigorizante das folhas da coca.

No seu ensaio "A coca no Peru", publicado na revista *Socialismo y Participación* (Abril/83), Baldomero Cáceres, sociólogo peruano, cita a obra do Inca Garcilaso de la Vega, *Comentarios Reales* (1607), uma das descrições mais importantes sobre o Peru colonial. O Inca Garcilaso transcreve observações do padre Blas Valera, "que residiu no Peru muitos anos e saiu dele trinta anos antes do que eu". Nelas se reconhecem as virtudes que, para os índios, tinha o uso da coca e os benefícios que isso acarretava para os espanhóis: "(...) de quanta utilidade e força seja a coca para os trabalhadores se deduz do facto que

os índios que a comem mostram-se muito mais dispostos e fortes, felizes com ela e trabalham o dia todo, sem comer..."

Foram justamente os colonizadores espanhóis os responsáveis pela expansão das plantações de coca. Até à época de colónia, a planta era reservada para o uso em cerimónias religiosas e para o consumo dos responsáveis em levar a pé as notícias de uma ponta a outra do Império inca, os *chasquis*. Nesse sentido, as autoridades indígenas tinham o seu consumo bem controlado. No entanto, a descoberta da possibilidade de não ter que alimentar os índios e a sua total indiferença quanto ao seu destino como raça, levou os espanhóis a espalharem a coca entre toda a força de trabalho. Essa é uma das razões atribuídas por alguns historiadores ao facto de a população indígena ter passado de aproximadamente cinco milhões, em 1500, a apenas dois milhões um século e meio depois (1650). Os índios trabalhavam sem comer, "movidos a coca" e acabavam morrendo por inanição e sucumbindo às enfermidades trazidas pelos europeus.

O estudo do professor Cáceres não se esgota no resgate do papel cultural que a coca possa ter cumprido na antiga civilização inca. Ele traz esses elementos históricos para colocar uma questão bem actual: o problema dos plantadores de coca, hoje. Assim, escreve no citado ensaio que a erradicação das plantações, apresentada como solução para o problema da cocaína nos Estados Unidos e na Europa, "fecha aos países andinos produtores, Bolívia e Peru, assim como aos plantadores de maconha na Colômbia, a possibilidade de um

ros, marginalizados, não têm outra fonte de rendimento senão o cultivo ilegal da maconha. “Antes do ‘pasto bendito’, os guajiros subsistiam nos limites da fome”, explica o economista Victor Pacheco Laborde, para quem a “maconha foi a salvação da região”.

As últimas pesquisas mostram que existem na Serra Nevada colombiana plantações capazes de gerar 100 mil toneladas de maconha.

No Peru, no último mês de Maio, quase 12 mil camponeses famintos invadiram a cidade de Cuzco reclamando a legalização dos seus cultivos de coca e melhores preços oficiais para os seus produtos. Com suas mulheres e filhos, bloquearam as principais ruas da localidade exigindo que o ministro da Agricultura fosse dialogar com eles. As organizações sindicais locais apoiaram os produtores de coca com paralisações de trabalho de 24 horas. E 115 prefeitos de pequenas aldeias de Cuzco afirmaram estar dispostos a iniciar greves de fome para apoiar os “cocaleiros”.

futuro baseado num projecto nacional que leve em conta a existência real da nossa principal riqueza agrícola”.

O sociólogo faz também uma resenha do valor antropológico da planta, assinalando que ela (a folha) é um alimento insubstituível, com muitas funções: “(...) está ligada à vida do trabalho na mineração e na agricultura, como alimento-estimulante (...), o seu uso ritual assegura a identidade cultural andina, constitui uma fonte de segurança psicológica e um recurso da medicina popular (...)”.

Por essas razões, Cáceres pergunta: “Agrava ou alivia os efeitos da desnutrição? Na nossa cultura, é droga ou alimento-estimulante?”

Uma das suas conclusões é que a decisão da Convenção Única de Estupefacientes¹ ao decidir pela erradicação das plantações de coca, “só culminou numa injusta discriminação da planta tradicional peruana e que, por isso, foi excluída dos planos de desenvolvimento agroindustriais”. “Graças a essa situação” —continua— “as plantações de coca têm aumentado à margem da lei. Em lugar dos 17 mil hectares reconhecidos, existiriam entre 50 e 160 mil, segundo estimativas moderadas e outras menos. Os esforços repressivos são comprovadamente ineficientes. Assim como os custosos projectos de substituição dos cultivos. Estes últimos (...) representam uma política imposta a partir dos Estados Unidos, que fecha outras alternativas menos custosas e mais eficazes, se a legislação internacional fosse submetida a uma revisão a pedido dos países andinos”.

O autor do ensaio propõe “estudar com as



Os plantadores não podem ser esquecidos

organizações camponesas dos plantadores de coca, a criação de um centro polivalente de pesquisas sobre a planta, que não só ampliasse a informação sobre ela mas assumisse a responsabilidade de difundir as novas informações a respeito da sua história, natureza e propriedades, propiciando a mudança de atitude que ajudasse a dissolver o actual preconceito em relação a ela”.

Cáceres acha necessária também a realização de uma campanha para esclarecer a opinião pública sobre “os efeitos diferenciados da folha, da pasta básica de coca e da cocaína”. Finalmente, sugere a realização de um encontro de carácter científico, com a presença de especialistas internacionais, destinado a sectores representativos, académicos e políticos, “cujo nível de informação no nosso meio é verdadeiramente lamentável”.

Assinale-se que está avaliado em 4,5 mil milhões de dólares o montante movimentado, cada ano, no Peru, pelos traficantes de drogas.

¹ Em 1962 realizou-se em Genebra (Suíça) a Convenção Única de Estupefacientes, com o patrocínio das Nações Unidas. Aí foi resolvido que, num prazo de 25 anos, deviam ser erradicados os cultivos de coca da sub-região andina, limitando-os aos estritamente necessários para fins científicos e industriais aprovados pela legislação. Essa resolução é a que os Estados Unidos citam actualmente nas suas pressões sobre os governos da região para acabar com as plantações.

Bolívia: a triste experiência dos traficantes no poder

□ A Bolívia entrou nos anais do poder da droga com um recorde inédito: o golpe dos *coca-dólares* que a 17 de Julho de 1980 levou ao poder a própria mafia local do tráfico de cocaína, ou seja, o general Luis García Meza (presidente) e o coronel Luis Arce Gómez (ministro do Interior); este, sobrinho de um dos mais poderosos chefões bolivianos, Roberto Suárez Gómez, conhecido como "o rei da coca". O escândalo internacional não impediu que essa quadrilha, vinculada aos piores assassinos do tráfico ilícito, ficasse no poder por mais de dois anos. O jornalista argentino Gregorio Selser, nosso colaborador, escreveu longamente sobre as ligações de García Meza e Arce Gómez com a droga e foi, inclusive, o responsável por algumas das denúncias mais graves contra eles. Selser chegou a falar de um "modo de produção narco-militar boliviano", estimando que eles seriam responsáveis pela introdução, nos Estados Unidos, de 200 mil quilos de cocaína, no valor de mil milhões de dólares.

É tal o volume de dinheiro movimentado anualmente pelos narcotraficantes bolivianos que Roberto Suárez Gómez teve a ousadia de oferecer-se para pagar a dívida externa boliviana (calculada em 4 mil milhões de dólares, naquela altura), em troca de benefícios por parte do governo do presidente Siles Zuazo.

De facto, o presidente Zuazo tem no poder da droga o seu mais sério desafio, "um Estado dentro do Estado", como ele mesmo descrevera em algumas ocasiões, sem esconder que o exército boliviano não está nem de longe tão bem apetrechado como as guardas pretorianas que defendem as áreas dominadas pelos traficantes. Uma dessas regiões é a do Chapare, onde é a droga que impõe as leis. O problema adquiriu conotações tão sérias que o presidente Siles Zuazo acabou por aceitar o projecto que os especialistas anti-droga dos Estados Unidos têm para essa região. Em Março passado, o presidente Siles Zuazo e o embaixador norte-americano, Edwin Corr, concordaram em substituir as plantações de coca na região no plano que ficou conhecido como "Projecto Chapare", que, segundo foi divulgado, deverá ter "grandes repercussões sociais nos próximos cinco anos". Para a implementação do projecto, estão previstos a extensão da infra-estrutu-



A substituição das plantações: um desafio social

ra de saúde pública, a construção de estradas locais e o desenvolvimento de projectos agrícolas alternativos. Trata-se de um dos maiores e mais ambiciosos projectos de substituição das plantações de coca já tentados na América Latina.

Um dos problemas que a Bolívia tem para enfrentar o narcotráfico é a falta de recursos, seja para levar por diante as operações policiais e militares necessárias para a caça aos delinquentes, seja para financiar as volumosas despesas de projectos tendentes a substituir as plantações de coca por outras. Esses recursos foram avaliados, no começo da década de 80, em 200 milhões de dólares.



García Meza

Os camponeses exigiam que fossem reconhecidas legalmente como zonas de plantações de coca os vales de La Convención e Lares (cenário das guerrilhas dos anos 60) e que se triplicasse o preço pago pela Empresa Nacional da Coca (ENACO) estatal. O governo só reconhece como legais — e compra a sua produção — as plantações de alguns vales. No resto da região, reprime severamente os plantadores.

Por seu lado, na Bolívia, os camponeses produtores de coca realizaram um congresso em Cochabamba, em 1983, e rejeitaram categoricamente as reivindicações dos Estados Unidos de erradicar as plantações. Isso “não vai resolver o problema do fabrico e tráfico da cocaína”, alegaram, mas em compensação, irá afectar a sua alimentação e a sua vida.

Diferente é o caso de alguns grupos indígenas mexicanos. Em Abril passado, nove bispos católicos denunciaram “a existência de uma mafia nacional e estrangeira, que opera o narcotráfico e obriga os camponeses a plantarem drogas sob ameaças de morte”. Liderados pelo arcebispo monsenhor Bartolomé Carrasco Briceño, eles denunciaram também a cumplicidade das autoridades locais, que ajudam a fornecer aos indígenas de Oaxaca e Chiapas, sementes, créditos, fertilizantes e outros meios para o cultivo da *cannabis* e da papoila. “Cada dia são destinadas maiores áreas, sob ameaças, a esses cultivos em detrimento da produção de alimentos”, denunciaram os bispos.

O valor da dívida externa mexicana

O tráfico de drogas está dominado, segundo as áreas geográficas, por diferentes “monopólios”. No caso da coca e da maconha sul-americanas, essas drogas estão quase que exclusivamente nas mãos de colombianos. Segundo dados recentes, as exportações de drogas a partir da Colômbia superaram no ano passado as exportações tradicionais de café. Enquanto que este rendeu de 1,5 a 2 mil milhões de dólares, a cocaína, a maconha e os *quaaludes* (droga sintética vendida em pastilhas, *metacualone*, de pouca aceitação no mercado latino-americano) ultrapassaram os 3 mil milhões de dólares.

Calcula-se que de 40 a 70 mil famílias colombianas estão envolvidas no tráfico de drogas, e que da Colômbia provêm 80% da cocaína (cerca de 50 a 60 toneladas anuais) e 70% da maconha que entra nos Estados Unidos. Uma das rotas mais usadas é Bogotá-Miami, e quando a droga é introduzida nos Estados Unidos por via aérea, os traficantes preferem o voo da Braniff, que chegou a ser conhecido como “o voo do pó branco”. Os três mil milhões de dólares que os traficantes colombianos recebem, quando a droga é vendida directamente nas ruas de Nova Iorque — o maior centro consu-

midor dos Estados Unidos — transformam-se em 80 mil milhões de dólares, isto é, quase o valor da dívida externa mexicana, a segunda mais alta do Terceiro Mundo, depois da brasileira.

Essas actividades ilícitas foram as responsáveis pelo crescimento do sector financeiro colombiano em cerca de 5,5% entre 1980 e 1981, enquanto que o sector manufactureiro só se expandiu em 1,1%. Isso porque as instituições financeiras (muitas delas controladas pelos próprios traficantes) são as encarregadas de investir o dinheiro da droga em outras actividades, para “limpá-lo”.



O presidente Betancur no funeral de Lara Bonilla

Não é à toa que a Colômbia passou a ser conhecida como “o paraíso dos traficantes”. Calcula-se que 15 a 20% dos membros do parlamento são eleitos com dinheiro ilícito proveniente do narcotráfico. É fácil entender que a presença de um ministro da Justiça, como Rodrigo Lara Bonilla, tenha incomodado e ofuscado os traficantes da “conexão colombiana”, que acabaram por o assassinar quando o presidente Belisario Betancur estudava a possibilidade de nomeá-lo embaixador no exterior, após reiteradas ameaças de morte que havia recebido.

Apesar do domínio incontestável dos colombianos, os órgãos encarregados de reprimir o tráfico de drogas descobriram, nos últimos anos, elementos que os levam a supor que, no caso da coca que sai através do Brasil, o controlo está nas mãos de elementos da mafia siciliana, a *camorra* napolitana e *andronghetta* da Calábria.

Um dos indícios é o volume crescente de cocaína apreendido na Itália (17 quilos em 1979 e 224 em 1983) e a evidência que grande parte dela (mais de 30 kg) vinha do Brasil. Suspeita-se que a rota faz uma conexão em Portugal, aproveitando os dois voos diários entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Tomaso Buscetta, actualmente preso na Polícia Federal em Brasília, seria o chefe dos traficantes de narcóticos no Brasil e está ligado à mafia italiana.



Um viciado em ópio do Laos: um ritual muito antigo

O monopólio da mafia

A mafia — que se auto-define como a *onorata società* — controla dezenas de milhares de negócios. Entre eles, uma parte da importação de cocaína da América Latina, que distribui na Europa e reexporta para os Estados Unidos. Mas a mafia também divide com a União Corsa, da França, o controlo sobre o mercado negro da heroína proveniente do Oriente.² Dados recentes indicam que 65 a 70% da heroína que entra na região noroeste dos Estados Unidos provém da Sicília, com um lucro para a mafia de 750 milhões de dólares por ano. Em Maio deste ano, pela primeira vez desde há

²Em 1983, pela primeira vez, as apreensões de cocaína na França superaram as de heroína.

muito, 74 traficantes sicilianos, dos quais 59 com conexões nos Estados Unidos, foram condenados a 462 anos de prisão.

A Sicília passou de simples estação intermediária à sede de laboratórios clandestinos. Barcos provenientes do Médio Oriente descarregam morfina nas costas pouco policiadas de Trapani ou Sciacca e nos laboratórios clandestinos de Palermo (capital da Sicília) são processados até 45 quilos de heroína por semana.

Uma “inovação” da mafia foi usar a América Latina como intermediária na rota da heroína para os Estados Unidos, aproveitando para isso os seus próprios “esquemas” do contrabando de cocaína e o facto de que, apesar de tudo, a vigilância antidroga é menor neste continente que na Europa.

Para o professor Pino Arlacchi, especialista no crime organizado e docente da Universidade de Palermo, “os imensos lucros do tráfico de drogas tornaram a mafia italiana, de uma subcultura criminosa secular, uma estirpe de industriais”.

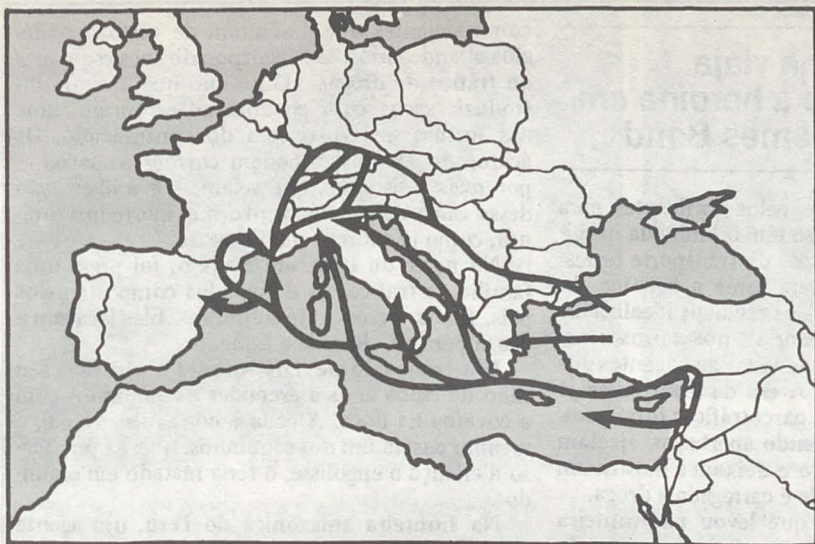
Emanuele de Francesco, o sucessor do assassinado general Dalla Chiesa, que acumula os cargos de prefeito de Palermo, chefe do Serviço de Informações Interno da Itália e representante do governo central na Sicília para combater a mafia, afirma que a mais recente lei anti-mafia aprovada na Itália é “a legislação mais rigorosa contra o crime organizado em vigor em qualquer país ocidental, mais rígida ainda que a legislação anticrime dos Estados Unidos”. Mas apesar de contar com todos esses instrumentos legais, para ele, “a batalha contra a mafia durará de 15 a 20 anos”.

No caso das “mercadorias” provenientes do Médio Oriente e Extremo Oriente, até chegar à Europa, o caminho percorrido foi longo e difícil. Em geral, não esteve nas mãos de um único grupo monopolizador do tráfico ilegal, mas passou por uma rede complexa e às vezes por meios de transporte variados, combinando as vias terrestre, marítima e aérea.

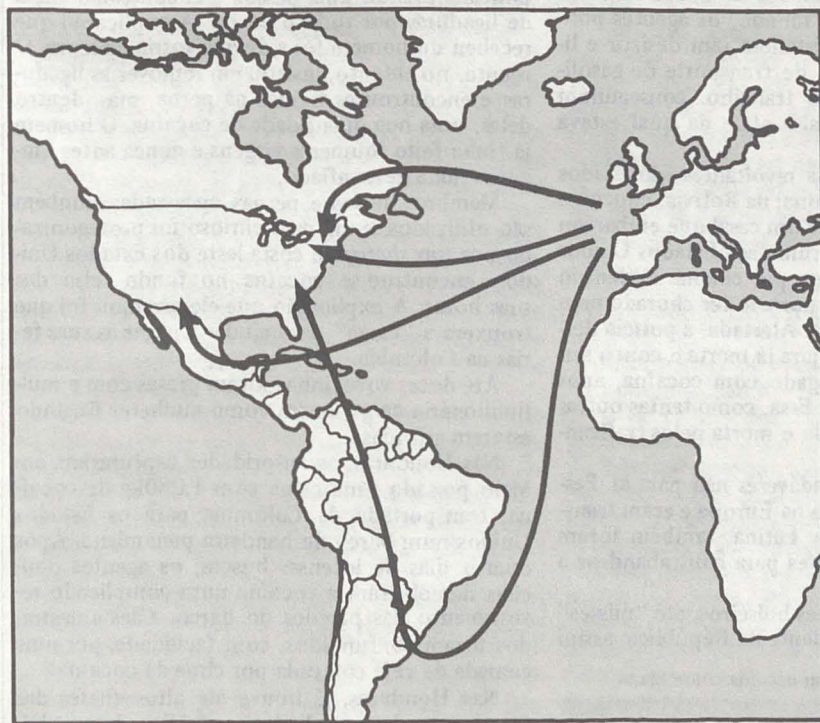
A droga viaja a camelo

Alguns conhecedores da idiosincrasia da região, dizem que no Médio Oriente não se poderia concentrar todo o tráfico numa única “mafia”. O carácter individualista dos povos não o permitiria. Sem uma organização, nem autoridades de tipo “o chefe”, há indícios de que os traficantes unem-se para adquirir mercadorias “por grosso”. Mas há também ajustes de contas que respondem a iniciativas individuais.

Embora a Turquia tenha perdido a sua importância como produtor de ópio, continua a ser um país de “trânsito” para a droga que chega por via terrestre do Líbano ou outros países da área. Da Turquia, a droga pode ser encaminhada por via ma-



O haxixe e o ópio da Turquia e do Líbano são transportados para a Europa por via terrestre ou marítima, neste caso muitas vezes com escalas na ilha de Chipre, para os destinos finais na Itália, França (Marselha), Alemanha Federal e Espanha. Por terra, as rotas tradicionais atravessam a Bulgária e Jugoslávia, com destino à Alemanha



Uma "inovação" da máfia foi utilizar as suas rotas de cocaína para introduzir a heroína nos Estados Unidos através da América Latina. Durante a década de 70, foram muito usados para esse fim os portos e aeroportos de Buenos Aires e Montevideo. Porém, a repressão mudou a situação e hoje as rotas mais utilizadas são as que passam pelo Brasil ou Colômbia, assim como pela Jamaica e o México

rítima para a França, especialmente para Marselha, ou por via terrestre para a Alemanha Federal, atravessando a Bulgária ou às vezes por uma rota mais longa, através da Jugoslávia e a da Itália.

Quando a "conexão francesa" perdeu muito da sua importância por causa dos duros golpes recebidos da repressão, os traficantes incentivaram as suas operações na Alemanha Federal. Este país é

actualmente um grande depósito para armazenamento de ópio e morfina, e começa a ser utilizado como centro de distribuição.

Além de ser transportada escondida em camiões de carga legal (T. I. R.), autorizados para cruzar várias fronteiras, a heroína também chega ao seu destino através de alguns dos centenas de milhares de imigrantes turcos, que se prestam a levar pequenas

A cocaína viaja em cadáveres e a heroína em malas tipo James Bond

□ As formas utilizadas pelos traficantes para transportar a droga só têm o limite da imaginação e da audácia. No caso do transporte terrestre — como o usado para levar a heroína do Oriente para a Europa — os recursos idealizados para esconder a “mercadoria” nos carros e caminhões fariam inveja muitas vezes aos agentes dos filmes de James Bond. A era da eletrônica já chegou ao submundo do narcotráfico: foram descobertos botões que, quando apertados, ejetam o porta-bagagens do carro e deixam à mostra um compartimento falso onde é carregada a droga.

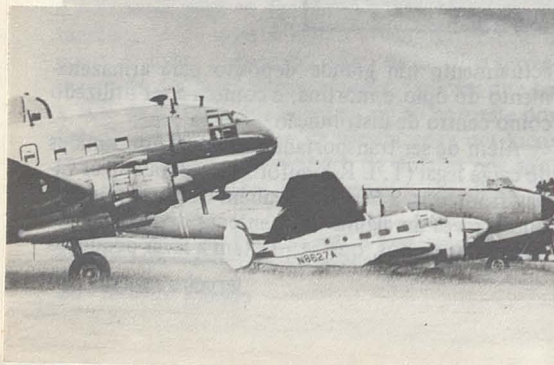
Após uma denúncia que levou na fronteira indo-paquistanesa à apreensão da maior carga de heroína já registrada no mundo, os agentes policiais da alfândega paquistanesa iam desistir e libertar o pesado camião de transporte de gasolina, quando, após muito trabalho, conseguiram descobrir uma parede falsa atrás da qual estava escondida a heroína.

Mas os métodos mais revoltantes são usados pelos traficantes de cocaína: na Bolívia, chocou a opinião pública o caso de um casal que embarcou no aeroporto de La Paz rumo aos Estados Unidos com um bebê que acabou por chamar a atenção da hospedeira de bordo por não ter chorado nem se mexido em todo o voo. Alertada, a polícia descobriu que a criança viajara já morta e com o seu tórax esvaziado e carregado com cocaína, após uma operação cirúrgica. Essa, como tantas outras crianças, fora sequestrada e morta pelos traficantes.

O caso do uso dos cadáveres não pára aí. Pessoas que tinham morrido na Europa e eram trasladadas para a América Latina, também foram utilizadas pelos traficantes para contrabandear a droga.

Diplomatas, estudantes bolseiros, até “misses” e uma mala de um presidente da República, assim

Aviões apreendidos com cocaína colombiana



como viajantes que desfrutaram de certos privilégios alfandegários, são incorporados nos esquemas do tráfico de drogas. Há pessoas que aceitam introduzir sacos com cocaína no estômago, uma das formas mais perigosas do contrabando. Os ácidos do estômago podem corroer os sacos — por mais resistentes que sejam — e a libertação dessa carga de cocaína provoca a morte instantânea, como já ocorreu muitas vezes.

No norte do Peru, em Trujillo, foi presa uma família de traficantes de cocaína composta pelos pais, filhos, netos e até sobrinhos. Eles levavam a droga para a Colômbia e Equador.

Um traficante de Los Angeles obrigava o seu filho de cinco anos a esconder os saquinhos com a cocaína na boca. A cada venda avulsa do pai, o menino cuspiam um dos saquinhos, que, se por acaso a criança o engolissem, o teria matado em segundos.

Na fronteira amazônica do Peru, um agente policial revistou uma pessoa e encontrou-a cheia de ligaduras por todo o corpo. A explicação que recebeu do homem foi a de que sofria de lepra. O agente, no entanto, insistiu em remover as ligaduras e encontrou as feridas na perna, mas, dentro delas, uma boa quantidade de cocaína. O homem já tinha feito inúmeras viagens e nunca antes ninguém tinha desconfiado.

Membros falsos e pernas engessadas também são utilizados, e um caso curioso foi protagonizado por um *sheriff* da costa leste dos Estados Unidos: encontrou-se cocaína no fundo falso das suas botas. A explicação que ele arranjou foi que trouxera a “carga” para ajudar a pagar as suas férias na Colômbia.

Até doces vozezinhas foram presas com a multimilionária carga, assim como mulheres fingindo estarem grávidas.

Nas Honduras, as autoridades capturaram, em Maio passado uma carga com 1.080kg de cocaína, transportada da Colômbia para os Estados Unidos num barco de bandeira panamiana. Após quatro dias de intensas buscas, os agentes policiais descobriram a cocaína num complicado revestimento das paredes do barco. Cães amestrados foram confundidos, com facilidade, por uma camada de café colocada por cima da cocaína.

Nas Honduras, já houve até altos chefes das forças armadas envolvidos no tráfico de narcóticos, que resultou na destituição de alguns deles, em 1978.

No Líbano, soldados libaneses levavam cargas de haxixe para Israel nos galões utilizados pelo exército judeu para abastecer de gasolina as suas tropas, em Sidon. Os galões, em vez de regressarem vazios, traziam de volta a droga.



As patrulhas antidroga da fronteira mexicano-americana: controlo severo, porém nem sempre eficaz

quantidades da droga para pagar as despesas de viagem e obter algum lucro.

Marselha foi um dos principais centros de distribuição da droga do Ocidente. Muitas vezes, a carga chegava contrabandeada pelos próprios tripulantes dos navios que ancoravam nas suas costas, embora também tenha sido utilizado o velho recurso de descarregar no mar em caixas impermeáveis que depois eram recolhidas por barcos que safam da costa francesa. É possível que o papel da União Corsa que operava em Marselha esteja agora nas mãos da máfia siciliana. Segundo as autoridades italianas, Catânia, a segunda cidade da Sicília, substituiu a tradicional *french connection*. A Espanha também se transformou num trampolim mediterrâneo para a droga destinada ao mercado norte-americano, calculando-se que Barcelona é um dos pontos de entrada do contrabando.

No caso do haxixe e do ópio que sai do território libanês, outra rota o leva para a África. A carga atravessa a fronteira com a Jordânia, em geral em camião, e a partir deste país é levada para Israel através do deserto do Sinai, em camelos. Daí é conduzida para o Egipto, centro distribuidor para a Etiópia, Sudão e Líbia.

A droga pode chegar a ser apreendida, mas os beduínos — inigualáveis conhecedores do deserto — quase sempre fogem.

Esta rota através da Jordânia era a mais utilizada antes da invasão do Líbano por Israel. Isso porque o Líbano passou vários anos com a sua fronteira real estabelecida pelas forças da ONU estacionadas ao longo do rio Litani e com a parte sul controlada pelas milícias do major Saad Haddad, aliado de Israel. Isso implicava, na prática, que não houvesse comunicação acessível por terra entre o sul do Líbano e a Galileia, norte de Israel. A situação mudou com a invasão israelita: as forças de ocupação chegaram a Beirute e depois de algum

tempo recuaram para o sul do rio Awali. Isso significou, de facto, o restabelecimento da conexão terrestre entre o Líbano e Israel.

Segundo declarações publicadas na imprensa ocidental, “mais de 15 toneladas de haxixe inundaram Israel em 16 meses, transportadas em automóveis civis: o equivalente a 4 milhões de dólares”. As fontes que deram essa informação eram porta-vozes israelitas da polícia fronteiriça. Em geral, os traficantes eram homens das milícias do major Haddad e por isso os guardas fronteiriços de Israel faziam “vista grossa» ao tráfico de narcóticos.

A crescente importância da Índia

Informações do mês de Abril deste ano revelaram que, no caso do Extremo Oriente, “Bombaim e Nova Deli transformaram-se rapidamente nos principais centros de organização, envio e tráfico da heroína proveniente da região do Passo Khyber para a Europa e os Estados Unidos”. A Índia entrou na rota das drogas pesadas pelas crescentes dificuldades que os traficantes encontram para exportá-la directamente a partir do Paquistão. Em Março de 1983, foi amplamente divulgada em todo o mundo a apreensão da maior carga de heroína que se tem notícia: 421 quilos, na fronteira do Paquistão. A droga tinha sido preparada em território afegão, por um grupo tribal paquistanês e o seu destino era Bombaim, na Índia.

Calcula-se que em território paquistanês se produzam de 32 a 170 toneladas anuais de ópio, próximo à fronteira nordeste, mas o consumo interno é insignificante. A droga do Paquistão vai por terra rumo à Índia. Daí sai por via aérea a partir de Bombaim ou Nova Deli para os Estados Unidos, com conexões menos “queimadas” que a já tradicional, a partir de Carachi.

Como o consumo local está a aumentar, uma parte da droga fica na região. "Encontramos a heroína disponível abertamente em Nova Deli, Bombaim, Colombo e Carachi", queixa-se o director da missão do *Drug Enforcement Administration* (DEA, o organismo oficial norte-americano para o combate à droga), em Nova Deli, John H. King. Segundo os seus cálculos, pelo menos uma tonelada de heroína será levada este ano das fábricas em Khyber através da Índia, rumo aos Estados Unidos. "A Índia será a próxima fronteira na produção de heroína", afirma King.

Os esforços realizados pelo governo de Nova Deli para combater os traficantes permitiram descobrir pequenas refinarias em Varanasi e Lucknow,

as primeiras localizadas no país.

No Afeganistão, a produção de ópio está reprimida e não se conhecem cifras recentes, mas o país chegou a produzir umas 100 toneladas anuais, sobretudo na região das tribos *pathan*, que usufruíam para isso, na época da monarquia, do benefício da isenção de impostos.

Motivos políticos também mudaram a situação da produção e comercialização do ópio na chamada *Meia-lua dourada* (Irão, Afeganistão e Paquistão), que foi superada em importância pela Índia. No caso da produção e comercialização do *Triângulo dourado* (Laos, Birmânia e Tailândia), o seu auge foi durante a guerra do Vietname. O tráfico foi sensivelmente abalado pela saída das tropas

A guerra do ópio

□ A primeira derrota imposta à China pelas potências ocidentais foi a chamada Guerra do Ópio de 1839-42. São significativas as origens desse conflito, pois constituem um exemplo clássico do "imperialismo do livre comércio" em acção. Seus antecedentes remontam ao comércio da *British East India Company* com a Índia e a China. O total das importações de mercadorias chinesas feitas por essa companhia britânica passou de cerca de 4,5 milhões de libras esterlinas em 1761-70 para mais de 19 milhões em 1821-30. Mais de 90% desse total correspondiam a chá; seda e porcelana contribuíam com os restantes 10%. O problema da firma era como pagar essas importações, dada a relutância inglesa em exportar metais preciosos e dado o desinteresse da China pelos produtos do Ocidente.

As estatísticas das importações chinesas provenientes da Inglaterra e da Índia no período 1761-1833 mostram com clareza a evolução do problema. No decorrer do século XVIII, a *East India Company* pagou pelas importações de chá chinês — tão popular na Inglaterra — com três classes de produtos: prata inglesa, mercadorias inglesas e mercadorias indianas. A partir de 1800, a Inglaterra cessou de exportar prata; a exportação de mercadorias inglesas continuou mais ou menos sem alteração, mas a exportação de mercadorias indianas quase quadruplicou entre a década de 1791-99 e a década de 1821-30. O motivo desse grande aumento foi o ópio indiano que os marinheiros europeus haviam introduzido em portos chineses pela primeira vez no século XVII. Para defender esse crescente tráfico de drogas, altamente lucrativo, os porta-vozes da companhia argumentavam que, se não exportassem o ópio in-

diano para a China, teriam de substituí-lo pela prata inglesa. As estatísticas, porém, desmentem tal justificação: a balança comercial entre a Inglaterra e China no período 1792-95 mostra que, excluído o ópio, as importações, pela China, de mercadorias inglesas e indianas (principalmente de algodão da Índia) eram suficientes para cobrir o custo das importações, pela Inglaterra, de mercadorias chinesas.

Não só eram falsos os argumentos da companhia em defesa do tráfico de drogas, como também eram sub-reptícios os métodos de embarque da companhia, cujos navios transportavam caixas de ópio que, nos documentos de bordo, constavam como caixas de "salitre". E, enquanto isso acontecia, a administração da firma declarava em 1817 que, "se fosse possível evitar o uso da droga a não ser para fins medicinais, nós o faríamos de bom grado em benefício da humanidade". Em tais circunstâncias, o número médio anual de caixas exportadas (cada uma das quais continha de 66,75 a 74,5 quilos de ópio) aumentou de 2.043 no período 1795-1800 para 24.355 na década de 1831-40.

O tráfico de drogas não só trazia enormes lucros directos para a *East India Company*, como também aumentava os lucros indirectos estimulando o poder de compra, pela Índia, de produtos de algodão da Inglaterra. Daí o pânico que tomou conta dos industriais de Manchester quando o governo chinês começou a tomar medidas enérgicas contra a importação de ópio, e o entusiasmo com que eles apoiaram a Guerra do Ópio que se seguiu a tais medidas.

Pequim havia assinado decretos em 1729 e 1799 proibindo a importação de ópio, mas os embarques clandestinos (inclusive declarados como "salitre", como mencionamos acima) aumentaram rapidamente no decorrer do século XIX. As consequências para a sociedade chinesa

norte-americanas da região, as principais consumidoras.

No Laos, desde que o partido revolucionário *Neo Lao Haksat* passou a ser hegemónico no poder, em 1975, das 100 toneladas produzidas (que eram na sua maior parte consumidas no próprio país), a cifra caiu drasticamente ao ponto de que o problema actual já não é mais o consumo, nem a produção local, mas a utilização do território laociano para o tráfico do ópio, que é levado da Birmânia com destino a outros países da área.

A Birmânia não só produz ópio (os últimos dados disponíveis indicam uma produção de cerca de 100 toneladas por ano), mas numa área de aproximadamente 2 mil quilómetros quadrados na re-

foram devastadoras: aumento do número de viciados com os resultantes problemas de saúde, pobreza entre as famílias afectadas, o desfalque das finanças imperiais e a corrupção de funcionários coniventes com os contrabandistas.

Em 1839, o imperador chinês enviou a Cantão um homem de comprovada integridade e firmeza, Lin Tse-hsu, com ordens para cumprir a proibição de importações de ópio. Lin apreendeu 20 mil caixas de ópio e destruiu-as numa cerimónia pública.

A guerra eclodiu em Novembro de 1839. No decorrer das hostilidades, ficou patente a total inferioridade das forças chinesas. Dado o contínuo progresso da tecnologia militar europeia, as condições eram muito mais desiguais do que na luta entre os conquistadores espanhóis e os aztecas. Exemplo disso foi o plano chinês de amarrar foguetes às costas de macacos que deveriam, em seguida, ser arremessados para bordo dos navios de guerra ingleses. Teoricamente, as chamas se espalhariam em todas as direcções e, com um pouco de sorte, poderiam atingir os paióis de pólvora e fazer explodir os navios. Dezenove macacos chegaram a ser levados ao quartel-general chinês, mas um oficial confessou: "O facto é que ninguém ousava chegar suficientemente perto dos navios estrangeiros para os atirar para bordo, de modo que o plano não chegou a ser posto em prática". Assim, com apenas alguns navios e alguns milhares de homens, os ingleses puderam invadir, tranquilamente, porto após porto. Em 1842, o governo de Pequim capitulou e aceitou o Tratado de Nanquim, o primeiro de uma série de tratados injustos que iriam minar aos poucos a soberania chinesa.

Nos termos do Tratado de Nanquim, a China cedeu à Inglaterra a ilha de Hong Kong e abriu cinco portos ao comércio exterior — Cantão, Fu Tcheu, Ningpo, Amoy e Changai. Nesses portos,

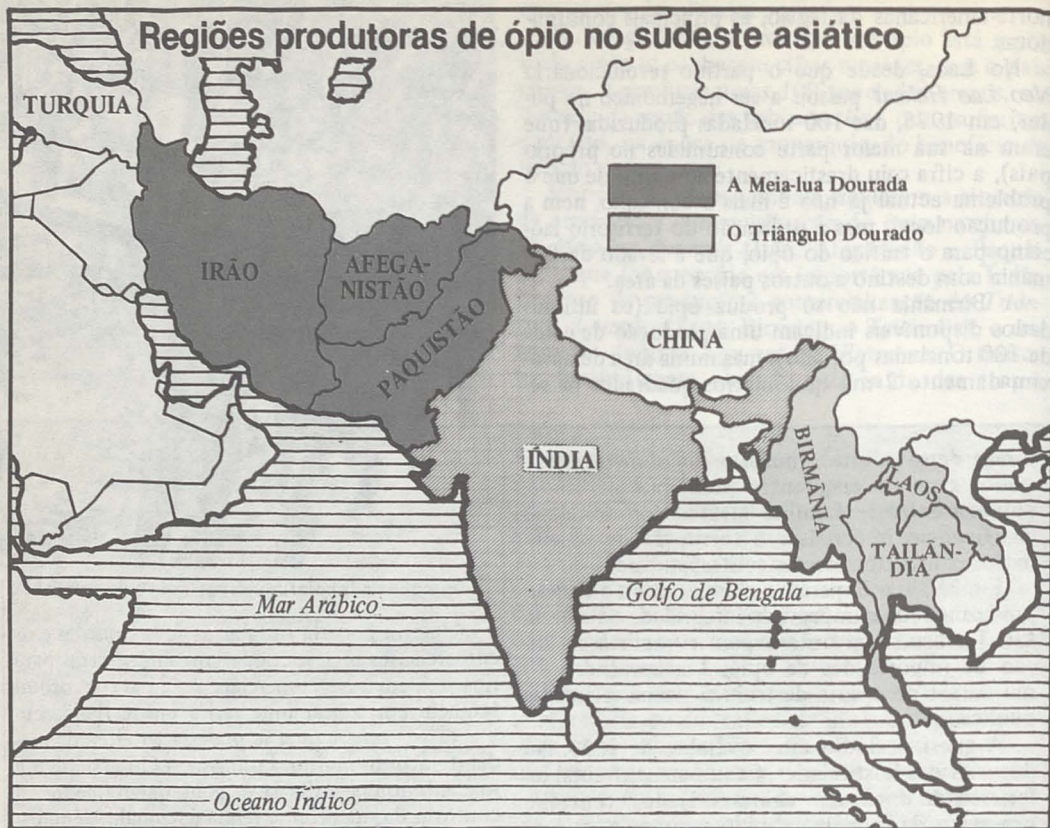


Tropas que ainda hoje fazem a guerra ao ópio no Oriente

a Inglaterra poderia instalar os seus consules e os comerciantes ingleses poderiam alugar terras para fins residenciais e comerciais. A China concordou também em cobrar uma tarifa única, fixada em 5% *ad valorem*, a qual só poderia ser alterada mediante acordo mútuo. Com isso, a China perdeu a sua autonomia tarifária e, consequentemente, o controlo da sua própria renda nacional. Além disso, um tratado suplementar, assinado no ano seguinte, dava à Inglaterra o direito de extradição em casos de crimes, e incluía uma cláusula de "país mais favorecido" que concedia à Inglaterra qualquer privilégio adicional que a China viesse a estender a outras potências no futuro.

O Tratado de Nanquim não pôs fim aos atritos entre chineses e europeus. Estes últimos sentiam-se desapontados pelo facto de não ter o tratado produzido uma expansão comercial tão grande quanto esperavam. O remédio, pensavam eles, era obter novas concessões. Por seu turno, os chineses achavam que os tratados tinham concedido um número demasiado de privilégios e, assim, procuravam constantemente deixar de cumprir as suas cláusulas. E, finalmente, os mercadores e aventureiros ingleses que agora acorriam aos portos abertos pelos tratados provocavam, com a rudeza e turbulência do seu comportamento, sentimentos de xenofobia entre o povo chinês.

* Este texto é uma tradução literal de um trecho do capítulo "China enters the Third World" (China entra no Terceiro Mundo) do livro "Global Rift" (The Third World comes of age) de L. S. Stravianos, N. Y., 1981.



gião fronteiriça com a Tailândia e o Laos refina uma boa parte da sua produção, exportando heroína. Em determinada altura, foi “o coração do comércio ilegal de drogas no sudeste asiático”. Segundo um relatório oficial norte-americano, o comércio e a refinação estão em mãos de chineses refugiados na Birmânia durante os anos da revolução, em geral ex-membros das forças de Chiang Kai-Shek, que combateram contra Mao Zedong.

Contrariamente ao que as associações com “a guerra do ópio” podem levar a pensar, os próprios responsáveis do combate à droga nos Estados Unidos admitem que “não existem provas reais de que a China se tenha incorporado ao tráfico ilícito do ópio e seus derivados”. Tão-pouco há indícios de que o consumo interno de drogas na China tenha alguma expressão.

Em compensação, Hong Kong é o principal consumidor de ópio e heroína do sudeste asiático e possui importantes refinarias “operadas com grandes medidas de segurança”, segundo relatórios dos serviços norte-americanos.

No seu livro “Política e heroína no sudeste asiático”, o prof. Alfred McCoy acusa a CIA e outras agências norte-americanas de apoiarem o tráfi-

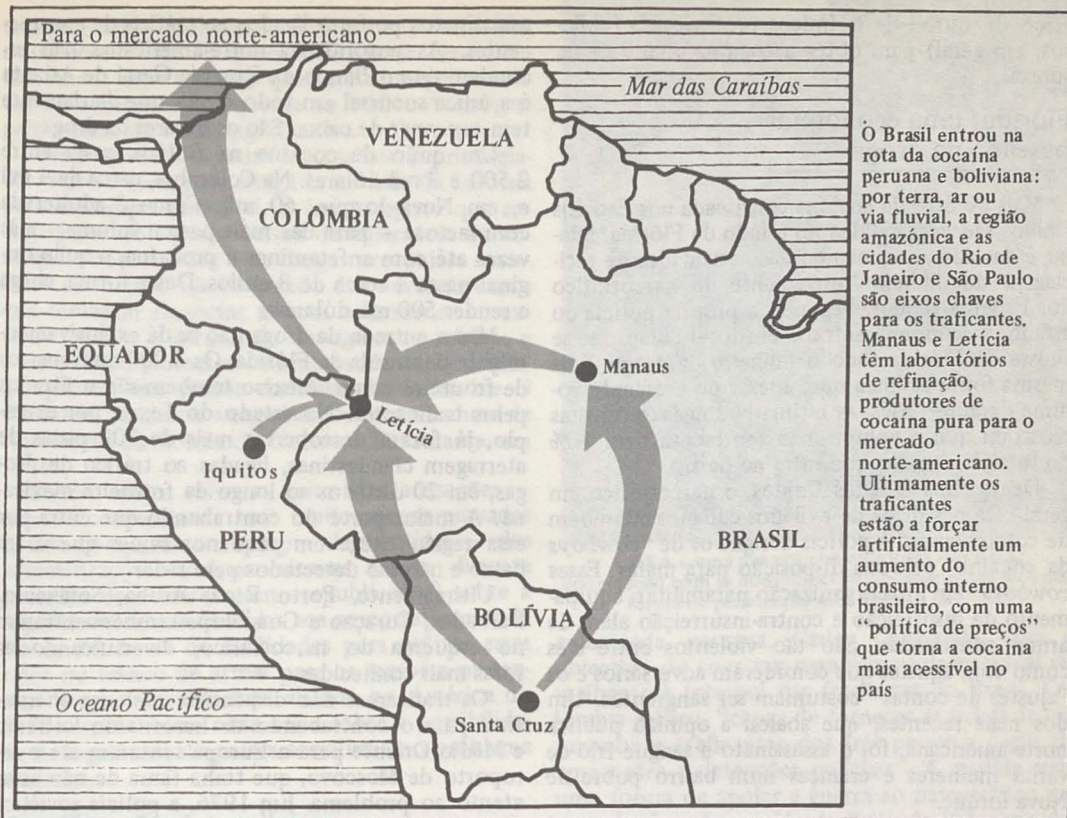
co de drogas na região por motivações políticas, em geral em troca de informações.

Nas ruas de Nova Iorque, um quilo de heroína pura é vendida a 200 mil dólares. Se pensarmos nos 15 dólares por quilo de papoila de ópio que o camponês recebeu, há no complexo processo de intermediação um lucro superior a 10.000%.

A “conexão latino-americana”

No caso da cocaína, os lucros entre a fonte e os consumidores superam os 5.000%. As rotas utilizadas para levar essa droga rumo às “estações intermediárias”, para a refinação, e depois para o seu destino final, na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, estão espalhadas por quase todos os países da América. “Não há qualquer país que não esteja envolvido”, confirma um membro da DEA.

Na América do Sul, o Brasil é actualmente o principal país consumidor de drogas (cocaína e maconha) e também uma das principais “escalas” na viagem ao destino final. O Brasil tem para isso condições ideais, pela grande quantidade de portos e aeroportos que há no país, difíceis de controlar. Quem afirma isso é o conhecido jornalista norte-



americano Jack Anderson, em artigos dedicados ao problema.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos assinalava já em 1973 que "a conexão latino-americana é responsável por 50% da heroína e 100% da cocaína que entra cada ano ilegalmente no país".

Uma das rotas mais utilizadas a partir da Bolívia é a que de Cochabamba ou Santa Cruz leva a droga por avião ou por comboio para o Brasil. No caso da via aérea, Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades mais utilizadas. Por comboio, a rota passa por Corumbá (Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil), embora haja uma via alternativa, através do Paraguai e Ponta Porã. A rota via Paraguai introduz uma novidade, a troca de drogas por automóveis roubados.

Do Peru, a coca pode ser levada por terra através do Equador em direcção à Colômbia ou Panamá ou através da selva amazônica, rumo ao Brasil. Nesse caso, uma boa parte do trajecto é fluvial, de Iquitos (Peru) a Porto Velho (Brasil), ou através de Leticia (na Colômbia) para Porto Velho, passando por Manaus (Brasil). Já foram descobertos nessa rota aviões, lanchas, pequenos barcos e automó-

veis: uma complexa infra-estrutura de transportes à altura das fabulosas fortunas que rende cada carga que consegue chegar ao destino. A maior parte dos aviões procedem da Flórida, Carolina do Sul e Geórgia. Os barcos usam bandeiras panamianas e vêm de Balboa ou Colón.

Só na rota que liga o Peru à Colômbia, calcula-se que são transportados mais de 20 quilos de cocaína por dia. À medida em que na Colômbia o governo desfere mais golpes ao narcotráfico, as rotas vão sendo desviadas para o Panamá, que já funciona como centro distribuidor para todo o Ocidente. Ultimamente, porém, passou também de distribuidor a centro de processamento importante, em particular na região da selva do Darién. Em fins de Maio passado, noticiou-se que o exército panamiano tinha desmontado uma quadrilha de 24 traficantes que começavam a montar uma verdadeira cidade-laboratório de um valor calculado em mil milhões de dólares na Serra do Sapo, distante 60 km da capital da província do Darién. Foram os índios que denunciaram às tropas do exército um estranho movimento de aviões, helicópteros e lanchas nessa região. O último expediente dos traficantes descoberto pela polícia é a contratação "a

preço de ouro” de químicos profissionais (chilenos, em geral) para obter a cocaína com 99% de pureza.

Flórida: uma economia baseada na droga

Mais de 80% da cocaína confiscada nos Estados Unidos são apreendidos no estado da Flórida. Miami é considerada a capital das actividades de reciclagem do dinheiro proveniente do narcotráfico dos Estados Unidos. Segundo a própria polícia do estado, a economia entraria em total colapso se se tirasse da Flórida todo o dinheiro da droga. Essa mesma fonte assinala que, apesar do crescente volume de apreensões, as estimativas mais optimistas mostram que o volume não representa nem 10% do total da cocaína que entra no país.

Dentro dos Estados Unidos, o narcotráfico em geral está nas mãos de exilados cubanos e também de colombianos. A polícia designa-os de “cowboys da cocaína” pela sua disposição para matar. Esses cowboys têm uma organização paramilitar, equipamento de insurreição e contra-insurreição além de armas sofisticadas. São tão violentos entre eles como com aqueles que consideram adversários e os “ajustes de contas” costumam ser sangrentos. Um dos mais recentes, que abalou a opinião pública norte-americana, foi o assassinato a sangue frio de várias mulheres e crianças num bairro pobre de Nova Iorque.

Só no estado da Flórida, ocorrem mais de 100

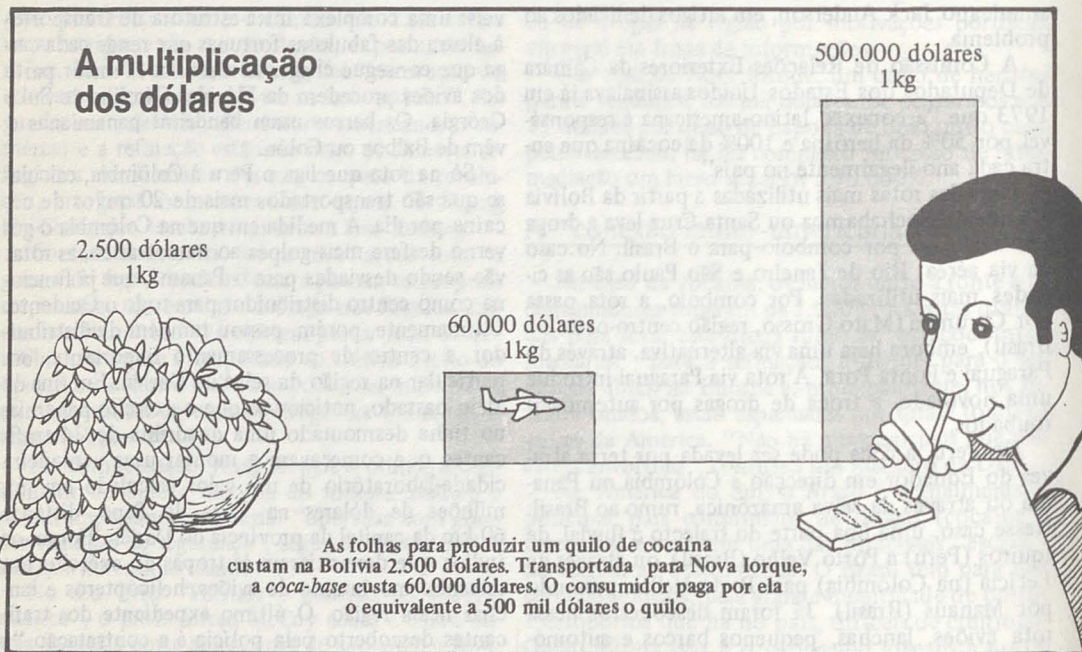
assassinatos por ano ligados ao tráfico de entorpecentes. As autoridades norte-americanas não escondem que o Banco da Reserva Geral de Atlanta é a única sucursal em todo o país que diariamente tem *superavit* de caixa. São os dólares da droga.

Um quilo de cocaína na Bolívia custa entre 2.500 e 3 mil dólares. Na Colômbia, cerca de 4 mil e, em Nova Iorque, 60 mil. Como é adulterada com lactose — para dar mais peso e volume — e às vezes até com anfetaminas e procaína, o quilo original passa a cerca de 8 quilos. Dessa forma, chega a render 500 mil dólares.

Mas a entrada da droga não se dá exclusivamente pela península da Flórida. Os 3.200 quilómetros de fronteira com o México também são utilizados pelos traficantes. No estado do Texas, por exemplo, já foram descobertas mais de 700 pistas de aterragem clandestinas, ligadas ao tráfico de drogas, em 20 distritos ao longo da fronteira mexicana. A maior parte do contrabando que entra por essa região chega em pequenos aviões que voam baixo e não são detectados pelo radar.

Ultimamente, Porto Rico, Aruba, Sotavento, Barbados, Curaçao e Guadalupe também entraram no esquema do narcotráfico, diversificando as rotas mais conhecidas.

Os traficantes não dispensam qualquer alternativa: para o contrabando de heroína do Extremo e Médio Oriente para a Europa tentaram até o aeroporto de Moscovo, que tinha fama de não estar atento ao problema. Em 1976, a polícia soviética capturou diversos contrabandistas — alemães, aus-



tríacos, norte-americanos, holandeses, britânicos e malaios — com 30 quilos de heroína. Desde então, nunca mais constou que tenha havido tentativas de utilizar esse esquema no tráfico de drogas, pelo menos em escala significativa.

Nesse sentido, o mundo socialista é privilegiado. Salvo a menção à Bulgária na rota de heroína para a Europa ocidental, o único registo que encontramos de alguma forma de tolerância ou convivência com o tráfico de drogas nos países socialistas foi o caso tão divulgado dos norte-coreanos que tentaram financiar as suas actividades no exterior com o contrabando de cigarros e *wiskey*, e o caso dos diplomatas da embaixada de Copenhaga, que também faziam contrabando de haxixe. O escândalo acarretou a expulsão de três membros da embaixada da Coreia do Norte na Dinamarca, em 1976.

Desde então, salvo as reiteradas acusações — nunca documentadas nem muito menos provadas e, em compensação, sempre desmentidas — das administrações norte-americanas (tanto durante governos democratas como republicanos) sobre a suposta cobertura de Cuba aos narcotraficantes de Miami em troca de facilidades para utilizar essas rotas no tráfico de armas para os também pretensos “grupos guerrilheiros aliados na América do Sul”, nunca houve nada sério sobre a possibilidade de ingerência de países socialistas no problema da droga.

A infiltração das polícias

É tão complexo o desafio apresentado às autoridades pelos narcotraficantes que a cada dia se consolida a convicção de que será impossível resolver o problema a nível nacional. Assim como as quadrilhas operam a nível internacional muitos especialistas acham que devem ser criados mecanismos supranacionais para reprimir o contrabando de drogas. Na América Latina, a preocupação não é de hoje. Já em 1975 se realizou em Cochabamba, Bolívia, a I.ª Conferência Regional de Países Limítrofes, da qual participaram a Bolívia, Argentina, Paraguai, Chile e Brasil, com a intenção de chegar a unificar os sistemas de segurança antidroga na região. Nas conclusões da reunião constatava-se a necessidade de reformular a legislação antitráfico nos países latino-americanos e estendia-se o apoio ao DEA dos Estados Unidos, como indica documento artigo publicado na revista brasileira *Homem* pelo jornalista Percival de Souza, em 1976.

Recentemente, pouco depois do assassinato do ministro Lara Bonilla pelos narcotraficantes na Colômbia, realizou-se em Brasília uma reunião presidida pelo ministro da Justiça brasileiro, Ibrahim Abi Ackel, na qual participaram o embaixador da Colômbia, Germán Rodríguez, e um membro da



A DEA é uma das polícias antidroga dos EUA: cooperação com as homólogas latino-americanas ou uma forma de penetração com agentes da CIA?

embaixada peruana, Carlos Chichizola, com o objectivo de criar um organismo internacional semelhante à Interpol nas fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, “capaz de fornecer as fichas de criminosos e traficantes dos três países a partir de apreensões e detenções policiais”. A medida seria uma forma de apoiar a guerra ao narcotráfico desencadeada pelo presidente Belisario Betancur, depois do assassinato do seu ministro da Justiça.

Abi Ackel está preocupado com o alarmante aumento do consumo de cocaína no Brasil, o que, segundo as suas informações, se deveria à queda do preço da droga no mercado norte-americano, pelo excesso de oferta nos últimos meses. O ministro teme que o preço baixe tanto que chegue a igualar-se ao da maconha, ficando assim ainda mais acessível aos jovens.

Efectivamente, dados de Fevereiro de 84, divulgados pela revista *US News and World Report* indicam que “em Miami caiu em 50% o preço da cocaína pelo aumento da quantidade oferecida. A maconha manteve o seu preço estável e a heroína subiu”.

A cooperação entre as polícias antidroga latino-americanas é uma decisão recente. No entanto a cooperação de cada uma delas com a DEA norte-americana é antiga. Homens do Departamento de Narcóticos e outras instituições do combate às drogas do governo dos Estados Unidos, trabalham desde há anos em embaixadas de várias capitais latino-americanas colaborando com as autoridades locais.

Um estudo do *General Accounting Office* (GAO) publicado em 1976, mostra que a ajuda dos

Estados Unidos às polícias da América Latina através do programa de narcóticos aumentou em 600% entre 1973 e 1974, “compensando exactamente o dinheiro cortado pelo Programa de Segurança Pública (*Public Safety Program*)” suspenso nesse ano de 1973. O relatório continua, afirmando: “os tipos de armamento e os equipamentos antes fornecidos às polícias latino-americanas através da AID, agora são enviados através dos programas de narcóticos (...), mas não existe qualquer garantia de que esses equipamentos sejam utilizados pelos agentes policiais para outros propósitos”. Esse estudo foi citado em Setembro de 1979 no artigo “Corrompendo a Colômbia”, da jornalista *free-lancer* Penny Lernoux (que normalmente escreve para o *The Nation* e *The Washington Post*) na revista *Inquiry*. Em *Nacla Report* (Março/Abril, 1978) uma análise desse aspecto do problema da cooperação antidroga, cita mais dados: “A *Drug Enforcement Administration* substituiu o Programa de Segurança Pública como cobertura para as actividades de agentes da CIA e está a converter-se num dos principais canais utilizados pelos Estados Unidos para fornecer ajuda e treino às polícias estrangeiras, em particular à mexicana”. Agentes da DEA — prossegue o artigo da *Nacla Report* — administram o Centro de Inteligência de El Paso (EPIC), na fronteira do México, que tem um complexo sistema de computadores ligado a 14 sistemas federais norte-americanos de informação, incluindo o computador do FBI. O EPIC está administrado por 15 agentes, alguns recrutados na CIA e, entre as suas múltiplas funções, também está encarregado de vigiar o tráfico de drogas. “Mas na verdade não estamos atrás de criminosos — admite Charles Updegraph Jr., um agente da DEA que chefia o EPIC —, somos mais uma força de informações”. De acordo com o jornalista Jack Anderson, “64 ex-agentes da CIA agora trabalham na DEA e 13 agentes de narcóticos foram treinados em escolas de contra-espionagem da CIA”.

Diversos documentos mostram que junto com a nova importância que a DEA adquiriu, foram transferidas para ela significativas quantidades de dinheiro e, como se viu, de agentes. Esta agência passou a cumprir também um papel novo: adaptar a teoria da segurança nacional ao campo das drogas. Segundo Penny Lernoux, “a versão actualizada da segurança nacional da DEA procura vincular a subversão aos narcóticos”. Para a jornalista, nesse sentido foi dirigido o trabalho do embaixador norte-americano Diego Asencio durante os anos que serviu na Colômbia. Curiosamente, o mesmo embaixador foi designado para a embaixada em Brasília, num momento em que o problema dos tóxicos se agrava no Brasil. “Os programas antidroga da DEA dão uma boa cobertura para as violações aos direitos humanos”, conclui o artigo do *Inquiry*.

O caso colombiano

Essa situação provocou sérias reacções na América Latina. Na Colômbia um dos países mais afectados pelo narcotráfico e todas as distorções que ele gera, o presidente Belisario Betancur era contrário à extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos. E explicava a sua posição “por razões filosóficas, jurídicas e de soberania”. Mas a audácia dos últimos golpes levaram-no a rever as suas posições e mudar de ideia, “convencido de que o tráfico de drogas é um crime universal”. Outro ocupante da presidência da Colômbia, López Michelsen, tornou famosa uma frase sua a respeito das drogas: “Os norte-americanos estão a corromper os colombianos e não os colombianos os Estados Unidos”, alegando que era o crescente mercado consumidor da grande potência quem acarretava o aumento da produção de maconha e cocaína colombianas.

O narcotráfico é o motivo aludido agora — e muitas vezes no passado — para decretar o estado de sítio na Colômbia (que viveu quase 36 anos ininterruptos nessa situação anormal). A reacção diante de uma situação semelhante, anos atrás, do senador Abelardo Forero Benavidez, foi: “Então, que os Estados Unidos militarizem também o estado da Flórida”.

Naquela ocasião, o então presidente da Associação Nacional de Indústria, Fabio Echeverri, fazendo voz com o repúdio gerado noutras áreas da sociedade colombiana pela cada vez maior ingerência do governo norte-americano, afirmou: “A Colômbia não pode continuar a obedecer às ordens dos Estados Unidos para resolver o problema do vício das drogas naquele país pagando o preço das nossas instituições”.

E um editorialista colombiano interrogava-se: “Porque razão tem o nosso país de pôr as suas forças armadas no combate às drogas, se os Estados Unidos não fazem o mesmo?”

Ernesto Samper Pizano, presidente da Associação Nacional de Instituições Financeiras da Colômbia, ainda foi mais longe na entrevista que concedeu à revista *Alternativa* (nº 254, Março de 1980). Ele propôs a legalização do cultivo e da exploração da maconha, que rende cerca de 1,4 mil milhões de dólares anuais. “Os Estados Unidos reprimem o tráfico mas não o consumo e querem lançar todas as culpas sobre os produtores. Nesse país, 43 milhões de pessoas fumam maconha. É uma evidência de que o consumo está tão generalizado que a ninguém ocorre que possa ser tornado ilegal. Costume é lei: a maconha tornou-se lei por costume nos Estados Unidos”. (Na Colômbia, calcula-se que há 600 mil fumadores de *marimba*, como é chamada no país a *marijuana*, e cerca de 500 mil na Venezuela.)

A resposta a essas reacções, por parte dos Estados Unidos, foi a de colocar em prática os princípios do manual da contra-insurreição. Imediatamente o embaixador norte-americano Lewis A. Tamba divulgou na imprensa a versão de que o que acontece na Colômbia é uma "narco-guerrilha", denunciando uma pretensa aliança entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que operam na selva colombiana, e os traficantes de tóxicos. O governo admoestou-o por ingerência indevida nos assuntos internos do país, mas o ministro da Defesa, Gustavo Matamoros, fez eco da sua denúncia, o que é particularmente grave num momento em que o presidente Betancur acaba de assinar uma trégua de um ano, com os grupos guerrilheiros incluindo uma amnistia.

O novo ministro da Justiça, Enrique Parejo González, ao assumir o cargo em substituição ao assassinado Lara Bonilla, declarou que não acredita nessas versões. "Eu acho é que, salvo prova em contrário, há uma clara separação entre os narcotraficantes e a guerrilha. Uns e outros têm motivações completamente diferentes", declarou o ministro Parejo. E mandou um recado às autoridades norte-americanas: "sendo um imenso mercado para a droga colombiana, os Estados Unidos têm um papel muito importante a cumprir. Não basta destruir as plantações. O que se deve fazer é travar, desestimular, o consumo nos Estados Unidos".

A óptica norte-americana

Alguns especialistas dos Estados Unidos compreendem o problema dos países produtores. "Temos que lutar contra séculos de tradição e não podemos forçar outro país a fazer alguma coisa só porque os Estados Unidos querem", declarou no início deste ano, Francis Mullen, chefe do Departamento norte-americano de Combate às Drogas.

Entretanto, em Washington, o Congresso aprovou recentemente uma lei pela qual o Departamento de Estado deve ameaçar com o fim da ajuda norte-americana os países que não estejam de acordo com cortes específicos no cultivo.

Pelo alarmante aumento do consumo dos narcóticos, houve nos Estados Unidos tentativas para se criar um cargo ministerial para coordenar a política antidroga. O presidente Reagan opôs-se porque acha que esse papel está a ser cumprido pelo vice-presidente Bush, que supervisiona uma força especial de fronteiras, e pelo procurador-geral, que encabeça uma equipa de altos funcionários encarregados de aprovar a estratégia do sector.

Apesar disso, para algumas autoridades, os conflitos da competição entre as 33 agências federais norte-americanas que, em nove ministérios, se ocupam do combate aos tóxicos, é uma das mais fortes razões do fracasso da batalha contra o narco-

Der Spiegel



Apesar das apreensões volumosas, a política antidroga nos Estados Unidos é considerada um fracasso

tráfico.

A razão de maior peso, porém, é a constante procura de narcóticos por parte de consumidores de todas as idades nos Estados Unidos. O Instituto Nacional Contra o Abuso de Drogas informava, no princípio deste ano, que "um terço da população adulta dos Estados Unidos alguma vez usou drogas ilegais, principalmente a maconha".³ Essa mesma fonte, um ano atrás, fornecia a cifra de um quinto da população, registando assim um alarmante incremento do consumo num só ano.

Em 1981, a revista *Time* afirmava que "os dados mais moderados" indicavam 10 milhões de norte-americanos que consumiam cocaína habitualmente e outros cinco milhões que a haviam provado. Entretanto, a mesma revista admitia que outras fontes davam a cifra de 20 milhões de viciados em cocaína. "As vendas efectuam-se nos centros de recreação, nos parques, nos subúrbios. É

³A população actual dos Estados Unidos é de 226 milhões de pessoas, ou seja, um terço seriam cerca de 75 milhões.



A aliança entre guerrilha e droga foi oficialmente desmentida pelo governo colombiano

um verdadeiro furacão”, escrevia a revista.

Se apenas os traficantes de cocaína (sem ter em conta as outras drogas) no mercado norte-americano se unissem num *trust*, igualavam-se à *Ford Motor Co.*, e à *Gulf Oil*, ocupando os lugares das mais poderosas transnacionais. As suas vendas estão calculadas em mais de 30 mil milhões de dólares anuais.

E mais, há numerosas provas médicas que assinalam que o consumo de coca nos Estados Unidos

é crescente nas suas formas mais perigosas: injectada como solução ou com um processo químico (*freebasing*) que permite ser aspirada. Tanto uma como a outra forma são as mais viciadoras. Existe também quem misture cocaína com maconha ou com heroína, esta também uma droga altamente viciadora. “É como tomar um elevador a 100 quilómetros por hora até à torre do Empire State Building e depois alguém cortasse o cabo”, descreve um ex-viciado.

“Em alguns luxuosos salões da Madison Avenue de Nova Iorque serve-se cocaína aos clientes em vez de *martini*”, contava uma alta executiva, enquanto uma empregada de bar confessava que em Los Angeles, onde trabalha, muitos clientes lhe deixam cocaína em vez de gorjeta.

Uma das maiores preocupações dos altos escalões de Washington nesta época de “guerra nas estrelas”, é o consumo de cocaína, maconha, haxixe e outros alucinógenos por parte de funcionários que trabalham em centrais nucleares. Trinta pessoas — inclusive três guardas de segurança — foram detidas por venderem cocaína e outras drogas dentro de uma instalação nuclear no Vale do Diabo, em San Luis Obispo, Califórnia, em Dezembro de 1983.

Porquê, porém, essa procura crescente de drogas nos Estados Unidos e na Europa?

cadernos do
terceiro mundo

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Para alguns, um dos principais motivos é a alta competitividade da sociedade norte-americana. Outros pensam que é porque os norte-americanos estão habituados a usar um comprimido para cada coisa e não se acostumam a ter que cumprir as suas obrigações diárias, sem estarem “cem por cento” anímica ou fisicamente.

Outros apontam que, em muitos círculos, a droga é vista como afrodisíaco ou destacam a falta de incentivo da juventude para construir o seu próprio futuro. “O mal de hoje é viver o presente sem sentir responsabilidade com a herança que vamos deixar para as futuras gerações”, comentava um sociólogo. Em geral, todos concordam de que a explicação é complexa e não se esgota num simples desejo de alcançar “o prazer”.

Talvez a reflexão mais acertada seja a do jornalista Michael Demarest, da revista *Time*: “Um vício de droga que nasce do desejo de fugir às más notícias quotidianas não será enfrentado eficazmente dando-se destaque às más notícias sobre a própria droga. Assim, a classe média norte-americana continua sucumbindo ao poder desse pó de aparência cristalina. E não será fácil convencê-la de que os tempos melhores são *construídos e não cheirados*”.

Reflexões

Quais os temas colocados pelo problema da droga para quem, no Terceiro Mundo, deseja e necessita enfrentá-lo?

Embora esta exposição seja apenas a “ponta do iceberg” — pois o vício exige uma abordagem multifacetada, que estude a partir de uma perspectiva comum os desafios científicos, económicos, políticos, sociais e até sociológicos que há por trás da questão — é necessário separar os três níveis do problema: os plantadores, os traficantes e os consumidores.

Os camponeses que plantam a coca, o *khat*, a *cannabis* e a papoila dormideira do ópio no Terceiro Mundo desenvolvem, em geral, essa actividade secular para garantir a sua sobrevivência. Quando consomem as plantas, como acontece com os camponeses bolivianos e peruanos, além dos aspectos culturais, fazem-no para complementar uma dieta insuficiente.

Os países produtores têm na droga, portanto, um desafio social; os camponeses poderão dedicar-se a outras culturas na medida em que haja uma revisão de todo o sistema de exploração agrária e se receberem para isso o apoio oficial (recursos para sementes, infra-estrutura etc.). Enquanto isso não for concretizado, fica colocada a alternativa de legalizar ou não os cultivos. Há múltiplas provas de que os camponeses preferem a legalização dos cultivos, como a recente marcha sobre Cuzco (Peru) dos plantadores de coca da região, exigindo o



A geração da droga nos EUA: uma forma de fugir da dura realidade

seu reconhecimento por parte do governo. Também há numerosos exemplos de que a simples decretação da sua ilegalidade não acaba com as plantações.

O problema preocupa largos sectores sociais dos países produtores que reivindicam um estudo amplo e público, com a participação dos camponeses produtores, através das suas associações.

No caso dos traficantes, não há opiniões divergentes. Existe unanimidade, seja nos países produtores do Terceiro Mundo, seja nas sociedades consumidoras altamente industrializadas, no sentido de reprimir o tráfico ilegal, gerador de fabulosas fortunas que permitem qualificá-lo de uma nova transnacional. É mais, que contribui para distorcer ainda mais o funcionamento das debilitadas economias dos países produtores, impondo o crime como forma de operação, a corrupção como meio de penetração e utilizando os países terceiro-mundistas como “mercados alternativos”, quando o mercado dos Estados Unidos ou dos países europeus se saturam pelas suas custosas “exportações”, sendo assim responsáveis por um incremento artificial do consumo de drogas em sociedades pobres.

Se existe unanimidade quanto à necessidade de

combater e reprimir o narcotráfico, há discussão em relação às formas, métodos e alcances que a estratégia repressiva deve ter.

As bem documentadas denúncias, como a do jornalista norte-americano Jack Anderson, sobre o uso do combate à droga como cortina de fumaça para encobrir a infiltração das polícias e outros órgãos repressivos do Terceiro Mundo levaram numerosos partidos políticos e personalidades a exigir um debate aberto sobre a repressão ao narcotráfico, para a qual, calculam, devem existir estratégias nacionais bem definidas. Torna-se necessário delimitar os alcances e formas que deve ter a colaboração e a ajuda logística dos organismos antidroga dos Estados Unidos. Alegam estas organizações políticas que para impedir que o combate ao tráfico ilegal de drogas possa ser utilizado para repetir dramáticas experiências de colaboração entre os órgãos repressivos, como as que no Cone Sul levaram ao sequestro em Porto Alegre (Brasil) dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Díaz. Que a DEA não se transforme na versão dos anos 80 da AID da década de 60, que trouxe "a ajuda para o desenvolvimento" nas malas cheias de receitas de tortura como as trazidas por Dan Mitrione.

Finalmente, coloca-se o problema do mercado consumidor, o outro extremo dessa penosa corrente. Diversos governos no Terceiro Mundo exigem dos Estados Unidos uma atitude mais clara em relação ao combate ao consumo. Citam os exemplos que a história oferece — China, Japão, Egito —, para afirmar que é possível acabar com o consumo de drogas, desde que haja determinação em fazê-lo. Se 70 milhões de chineses viciados em ópio ou várias dezenas de milhões de japoneses viciados em anfetaminas deixaram de constituir problema em poucos anos, é possível — indicam alguns dirigentes — para um país tão poderoso como os Estados Unidos, acabar com o seu problema, mesmo quando os índices já situem os viciados em torno de 45 milhões de norte-americanos.

Para isso é necessário que sejam instituídas medidas repressivas severas e que se estruture a sociedade de forma a que os ex-viciados possam encontrar novas perspectivas da vida na comunidade, que lhes permitam refazer a sua vida pessoal, profissional e social. É aí que surge o cepticismo de alguns analistas que se interrogam: se os viciados procuraram na droga uma forma de fugir aos princípios de uma sociedade que não aceitam, não procurariam mudá-la no caso de poderem fugir ao círculo infernal de dependência que os estupefacientes geram? Poderá o *establishment* norte-americano levar adiante uma política dura de combate à droga se suspeitar que esses milhões de cidadãos que já não serão neutralizados pelos seus efeitos, poderão voltar-se contra as leis e as estruturas que ele representa?

Drogas naturais e sintéticas



As drogas classificam-se em geral, de acordo com os efeitos que produzem, mas também podem ser divididas em duas grandes categorias: as naturais e as sintéticas. Entre as naturais, ou extraídas de plantas, estão as de maior consumo: cocaína, heroína, maconha, haxixe. As sintéticas mais expandidas são o LSD e as anfetaminas.

A cocaína ($C_{17}H_{21}NO_4$), é um alcalóide vegetal cuja origem remonta às plantações de coca (do aymara Khoka, "árvore") pré-colombianas dos incas nas encostas orientais dos Andes. O elemento activo (cocaína) foi extraído da planta em 1860 pelo químico alemão Albert Nieman. Pouco anos depois, em 1884, Sigmund Freud escreveu o seu famoso ensaio "Uber Coca", onde a descreve como "um estimulante incomparável". Já em 1886 o psicanalista a receitava como "um valioso tónico cerebral, remédio para todos os distúrbios nervosos: enxaqueca, nevralgia, histeria, melancolia, etc...". A cocaína converteu-se sob esse impulso freudiano até em refresco, sob o nome de Coca-Cola, em fins do século passado. Somente quando, em começos deste século (1906), foram reconhecidos os seus poderes de criar dependência e a droga foi proibida nos Estados Unidos — onde por muitos anos foi vendida livremente em farmácias — a cocaína deixou de ser incluída na misteriosa fórmula da Coca-Cola, que, no entanto, ainda hoje continua a usar outros componentes não activos da folha da coca.

Em 1885 a companhia farmacêutica Park-Davis promovia-a como uma "droga maravilhosa que chegará a substituir a comida, fará do covarde um valente, do calado um eloquente e libertará as ví-

timas do álcool e do ópio". Charles Chaplin no seu clássico "Tempos Modernos" aspirava um pozinho branco antes de enfrentar os desafios e o empresário corso do século XIX Angelo Martani misturava a folha da coca com um vinho fino e vendia-o como *Vin Mariani* a figuras tão proeminentes como o Papa Pio X, os reis da Espanha, Grécia, Suécia e Noruega, Emile Zola, Alexandre Dumas e Júlio Verne. O escultor francês Federico Augusto Bartholdi, criador da estátua da Liberdade, confessou que se antes de construí-la tivesse degustado o *Vin Mariani*, "a teria feito algumas centenas de metros mais alta..."

Um pai de família queixava-se de que para os jovens norte-americanos de hoje, a cocaína é um símbolo de *status* como para a sua geração havia sido ter o automóvel. "Um sério problema nesse sentido é que não se aplicam penas severas por porte de cocaína", lamentava.

Noventa por cento da coca é proveniente do Peru e da Bolívia. A folha tratada por processos químicos dá origem a uma pasta de cor castanha, que depois de purificada é branca e se conhece como *coca-base*. Nesta etapa do processo a pasta é encaminhada para laboratórios clandestinos, a maior parte dos quais se encontram na Colômbia, para completar o processo de refinação e então exportá-la para o mercado consumidor, basicamente os Estados Unidos.

A heroína é outra das drogas que, como a cocaína, são consideradas "fortes". É extraída da papoila dormideira que dá origem ao "ópio", um látex leitoso. Há três grandes regiões produtoras de ópio actualmente. Na Ásia, no chamado *Triângulo dourado* (Birmânia, Laos e Tailândia) e na *Meia-lua dourada* (Irão, Afeganistão e Paquistão e mais recentemente Índia) e no México onde foi introduzido pelos narcotraficantes. A Turquia foi o maior produtor e ainda produz "o melhor ópio do mundo", mas a política sistemática de combate e erradicação dos cultivos por parte dos sucessivos governos reduziu muito a sua participação no mercado mundial. Por motivos semelhantes está diminuindo a produção no Paquistão. A Índia está a ocupar esse espaço e transformou-se nos últimos anos num grande produtor.

O nome *ópio* é uma deformação europeia de Afyon, uma região da Turquia ocidental onde há mais de mil anos se cultiva a papoila. Essa estranha planta foi introduzida no Médio Oriente pelas caravanas de mercadores provenientes da Turquia. Diz-se que as donas de casa das regiões onde estão hoje a Síria e o Líbano foram descobrindo poderes extraordinários num líquido que extraíam do talo, que curava "as dores do corpo e da alma". As terras pouco férteis de Afyon não se prestavam para outros cultivos e com o ópio os camponeses foram subsistindo.

A expansão do ópio no Médio Oriente e no Extremo Oriente deveu-se não apenas à troca através das caravanas de mercadores, como também basicamente aos interesses económicos do colonialismo inglês. Foram justamente marinheiros britânicos que o introduziram na China, a partir da Índia, no século XVII, criando uma distorção no intercâmbio comercial que resultou no que ficou conhecido como a *Guerra do Ópio* (1839-1842).

Quando no século XIX foram descobertas e isoladas a partir do ópio a *codeína* e a *morfina* (1803) e mais tarde a *heroína*, a planta acabou de perder toda a conotação inocente para converter-se na

We are justified in saying: Never has anything been so highly recommended and every trial proves its excellence.

“Mariani Bottle” showing Shape and Label.

“Mariani Bottle” showing Corkless Wrapper.

Size of Regular Bottle, half litre (about 17 ounces). Never sold in bulk—in guard against substitution.

VIN MARIANI

Nourishes - Fortifies
Refreshes
Aids Digestion - Strengthens the System.

Unequaled as a tonic-stimulant for fatigued or overworked body and brain.

Prevents Malaria, Influenza and other Diseases.

We cannot aim to gain support for our preper, as through cheapness; we give a uniform, effective and honest article, and respectfully ask personal testing of *Vin Mariani* strictly on its own merits. Thus the medical profession can judge whether *Vin Mariani* is deserving of the unequalled reputation it has earned throughout the world during more than 27 years.

Inferior, so-called Coca preparations (variable solutions of Cocaine and cheap wines), which have to be proven worthless, even harmful in effect, bring into discredit and destroy confidence in a valuable drug.

We therefore particularly caution to specify always “VIN MARIANI,” thus we can guarantee invariable satisfaction in physician and patient.

Nos Estados Unidos a cocaína hoje é chamada "the all American drug" (a droga de todos os americanos), pois deixou de estar restrita aos círculos mais ricos ou às estrelas de Hollywood, como até uma década atrás. Uma completa investigação a esse respeito do *Time* (6/7/81), afirma que actualmente a coca é a droga usada por milhões de respeitáveis cidadãos norte-americanos, advogados, homens de negócios, banqueiros, funcionários do governo, políticos, agentes policiais, estudantes. E menciona o testemunho de um adepto: "Depois de cheirar um pouco de cocaína sinto-me um homem novo. O único problema é que esse homem novo deseja cheirar um pouco mais".

Seis anos de publicação

formação pela informação



TRICONTINENTAL EDITORA
C. da do Combro, 10 - 1.º
1200 LISBOA

Assinaturas:

Portugal e Espanha	
anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00
Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	
anual (12 números-via aérea)	23 dólares USA
Restantes Países	
anual (12 números-via aérea)	28 dólares USA

cadernos do
terceiro mundo
cuadernos del
tercer mundo
third world

matéria-prima de alguns dos mais perigosos entorpecentes da actualidade. E foi em função desse poder que o seu cultivo se expandiu e multiplicou, cruzando oceanos e chegando inclusive até ao México.

O xá do Irão, Reza Pahlevi, ambicionando o poder que gera o tráfico do ópio, propôs-se superar a Turquia como primeiro produtor (1969) e reservou 20 mil hectares para o cultivo da papoila. Em 1955 o ópio havia sido proibido no país, onde naquele ano o número de viciados era estimado num milhão e quinhentos mil. Até à revolução do *ayatollah* Khomeiny (1980) calculava-se o número de adeptos no Irão em cerca de 400 mil que não só fumavam mas comiam o ópio. Actualmente essa cifra diminuiu muito devido à repressão da revolução islâmica. O Irão ainda é usado pelos traficantes de entorpecentes na rota para a Europa, apesar das dificuldades criadas pelo regime de Teerão que diminuíram substancialmente os carregamentos que passam por esse país.

A fabulosa "sinsemilla"

A maconha, o haxixe e o *khat* (consumido sobretudo no Corno da África) são considerados "drogas leves", toleradas e até legalizadas em alguns países.

A maconha é produzida no México, Colômbia, Jamaica,¹ Paraguai e nos Estados Unidos.² "Ninguém sabe exactamente quanta maconha cresce nos Estados Unidos", queixa-se um dos responsáveis pela repressão às drogas. Mas as estimativas permitem supor que a produção supera os 10 mil milhões de dólares por ano e que está entre os três produtos mais cultivados no país. As crescentes pressões visando evitar a entrada da droga pelas fronteiras, torna ainda maior a tentação de cultivá-la no país. Além disso, a variedade cultivada nos Estados Unidos, conhecida como "sinsemilla" (sem semente) tem uma percentagem do ingrediente activo, o THC (delta 9 tetrahydrocannabinol) muito maior que o normal. Encontra-se de 1 a 1,5% de THC nas variedades comuns de maconha, enquanto que a "sinsemilla" tem de 12 a 13%. Existem cultivos em pelo menos onze estados norte-americanos e suspeitas de que existem em vários outros.

O *paraquat* (herbicida usado para destruir as plantações e que foi o responsável pelo êxito da política desenvolvida pelo México na década de

¹Na Jamaica a maconha é utilizada pela seita rastafariana nos seus rituais. Calcula-se que o tráfico de maconha gere mil milhões de dólares anuais só nessa ilha das Caraíbas.

²Em pequenas quantidades (comparadas com as grandes áreas desses países) também está sendo cultivada no Peru, Equador, e Brasil, na região amazônica.



Um plantador dos EUA observa a sua *sinsemilla*

70) mostrou-se inútil em relação à "sinsemilla". E o facto de que em pequenos espaços se obtém altos rendimentos permite camuflar essas plantações misturando-as com outras folhagens, razão pela qual não são descobertas através de levantamentos aerofotográficos, como acontece com as outras variedades. Sabe-se, por exemplo, que em praticamente todos os parques nacionais dos Estados Unidos existem cultivos de maconha.

O haxixe é muito consumido no Médio Oriente. Um dos principais produtores é o Líbano, principalmente no vale de Bekaa onde alguns calculam em 2.600 km² a área dedicada a esse cultivo. Também há fazendas produtoras de haxixe no Irão e Afeganistão, embora estudiosos do problema acreditem que as revoluções de Khomeiny e de Barbak Karmal tenham diminuído a sua importância em ambos os países. A *cannabis*, de cujo pólen se obtém o haxixe, sustenta — segundo estimativas não confirmadas pelo governo — cerca de 120 mil pessoas no Líbano e a produção, calculada em 800 mil toneladas anuais, permitiria uma "exportação" de umas 2 mil toneladas de haxixe refinado, cerca de um terço do volume total da droga colocada no mercado do Ocidente.

As drogas sintéticas curiosamente contribuem para produzir no universo dos narcóticos o ciclo produtivo do mundo moderno: enquanto que o Terceiro Mundo (América Latina com a coca, principalmente, a África com o *khat* e a Ásia com o ópio e o haxixe) são exportadores de *matérias-primas* para a elaboração de drogas, os países desenvolvidos abastecem-nos com produtos industrializados — LSD e anfetaminas — produzidas principalmente nos Estados Unidos, na Holanda e na Inglaterra. ●

OMS: "O cigarro e o álcool também são drogas"

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou uma classificação de drogas de acordo com os seus efeitos e com os padrões de comportamento determinados pelo seu uso excessivo. A classificação compreende as nove categorias seguintes: 1) grupo do álcool-barbitúricos: drogas depressivas do sistema nervoso central, sedativas e soporíferas; 2) anfetaminas e substâncias derivadas: drogas que estimulam o sistema nervoso central, reduzindo a fadiga e o sono; 3) *cannabis* (haxixe, maconha e liamba): drogas que produzem estado de prazer associado a sensações muito fortes; 4) cocaína: extracto natural das folhas da coca sul-americana, que serve como estimulante e euforizante; 5) alucinógenos (LSD e substâncias similares): drogas que produzem deformações perceptuais, sensação de êxtase e euforia; 6) *khat*, estimulante, usado sobretudo na Etiópia e no Yémen; 7) opiatos ou opióides: grande variedade de substâncias naturais ou sintéticas de efeitos morfínicos que aliviam a dor e induzem a um estado de indiferença diante de situações ameaçadoras; 8) solventes voláteis: cola, gasolina e fluidos de limpeza que, quando inalados ou aspirados, produzem um estado de intoxicação semelhante à embriaguez alcoólica, mas que às vezes provoca "viagens" alucinógenas e 9) tabaco: planta utilizada com efeitos tanto estimulantes quanto relaxantes.

Estimulantes e depressivos

As anfetaminas pertencem à família das drogas que produzem uma diminuição da fadiga e perda do apetite. Em algumas pessoas levam à hiperactividade, daí o termo "estimulantes".

Sintetizadas em 1887, só foram apresentadas publicamente em 1932, comercializadas com o nome de Benzedrina, em inalantes nasais. O público descobriu rapidamente os seus efeitos estimulantes. Durante a II Guerra Mundial, davam-se anfetaminas aos pilotos e soldados para evitar que dor-

N. R. — A maior parte dos dados fornecidos nesta matéria foram transcritos do ensaio "Drogadictions", do dr. Ray J. Hodgson, professor de Psicologia Clínica na Unidade de Pesquisa do Vício do Instituto de Psiquiatria de Londres.

missem. A maneira mais perigosa de usar a anfetamina é a injeção intravenosa de grandes doses durante vários dias. O viciado fica acordado durante seis dias ou mais, tornando-se cada dia mais tenso, trémulo e paranóico.



Tratamento para viciados em Madrid

A cocaína também tem propriedades estimulantes, mas é uma substância natural. O seu uso regular pode induzir à depressão, perda de peso, e, aumentando as doses, pode causar paranóia, alucinações, colapso físico, além de devastar a mucosa nasal (por onde é aspirada). As drogas derivadas do ácido barbitúrico, chamadas barbituratos, têm efeitos mais ou menos opostos aos das anfetaminas. Por isso são chamadas de "depressivas". Nos Estados Unidos, já na década de 50, cientistas do Centro de Pesquisas do Vício de Lexington demonstraram que doses elevadas de álcool e barbituratos têm efeitos quase idênticos: provocam dependência e graves sintomas de retraimento patológico ao convívio social. Os barbituratos são a droga mais usada pelos suicidas.

Ópio e heroína

Durante a maior parte do século XIX podia-se comprar livremente opiatos como se compra hoje aspirina. O láudano — mistura de álcool e ópio —, era o medicamento escolhido por muitos viciados em ópio, entre eles Thomas de Quincey, autor de "Confissões de um fumador de ópio".

No final do século XIX, foi lançado um novo derivado da morfina, a heroína, como antitussígeno.

Os ópios e derivados produzem euforia, entor-

pecimento e fantasias. A heroína, além disso, quando aplicada por via intravenosa, produz uma sensação inicial de êxtase. Os sintomas vindos com a suspensão da droga podem ser graves. Nas primeiras 12 horas, ocorrem, às vezes, dores musculares, espirros, sudorese, choro e bocejos. Em 36 horas, os sintomas intensificam-se. Há sensações alternadas de calor intenso e ruborização, com frio e tremuras, acompanhados quase sempre de aumento do ritmo cardíaco e da pressão sanguínea, diarreia e insónia.

Drogas psicodélicas

O termo "psicodélico" exprime a expansão do nível de consciência que, segundo algumas pessoas, é proporcionado pelos alucinógenos, entre eles o LSD, (dietilamida do ácido lisérgico), composto sintético descoberto em 1943 pelo químico suíço Albert Hofmann. Com pouco mais de 1,3kg de LSD, seria possível drogar, de uma vez só, as populações de Londres e Nova Iorque.

O LSD provoca uma imagem distorcida do corpo, eleva a sensibilidade táctil olfactiva e retarda a percepção do tempo.

Cannabis

Para a maioria dos cientistas, dentro de todas as drogas capazes de levar à habituação, a menos

perigosa e menos capaz de produzir dependência é a *cannabis* (haxixe, maconha e liamba). Mesmo assim é muito discutível a sua legalização, como muitos preconizam, principalmente porque ainda não se conhecem bem os seus efeitos a longo prazo.

Entre os que defendem a tese da sua periculosidade está o Dr. Gabriel Nahas, da Universidade de Colúmbia. Quando fez as suas experiências, dez ou doze anos atrás, ele observou que a *marijuana* diminuía a divisão celular nos chamados cultivos de tecidos. E também observou que diminuía a produção do ácido desoxiribonucléico. E não só esse, mas todos os ácidos do ribonucléico e de outros nucleicos que são importantes na formação da vida. Para a dra. Lissy Jarvik, pesquisadora psiquiatra para crianças e geneticista do Centro Médico da Universidade da Califórnia, o perigo está no facto dessas células, com material de cromossomas danificado, um dia poderem multiplicar-se e, em 10 ou 15 anos, essas células serem responsáveis pelo desenvolvimento de um carcinoma (cancro).

Por outro lado, o dr. Nahas, depois de examinar 51 pacientes que durante anos fumaram maconha três vezes por semana, chegou à conclusão que os consumidores da *cannabis sativa L.* são mais vulneráveis a doenças do que os não fumadores: apresentam 40% a menos de leucócitos (glóbulos brancos, responsáveis pela defesa do organismo humano às doenças).

Itália: a reacção dos jovens e das mães

□ A Itália é um dos países europeus mais afectados pelo problema da droga. Actualmente, ocorrem duas mortes por dia por doses excessivas de droga ("over dose") e as autoridades estimam em 20 mil milhões de dólares anuais o movimento financeiro dos traficantes. As cifras mais moderadas calculam em 85 mil o número actual de viciados. Porém, cálculos credíveis situam esse número por volta dos 200 mil (numa população total de 58 milhões de habitantes, isso equivale a quase 3% do total). A região mais afectada é o Lazio, cuja capital é Roma, onde há uns 50 mil dependentes, seguida de Milão, com vinte mil.

Também se registou um significativo aumento do consumo de drogas nas prisões: enquanto, há um ano, o índice de presos viciados não chegava a 6%, em 1984 atingiu os 10%.

O fenómeno tem levado a população a reagir. No começo de Abril último, milhares de jovens de toda a Itália desfilaram pelas ruas de Roma para protestar contra o tráfico de drogas e a de-

linquência organizada. O movimento juvenil surgiu como reacção ao crescente poder da *mafia* e da *camorra*, e os seus protagonistas definem-no como "uma revolução moral". O berço desse movimento foi Nápoles. Só daí partiram cerca de quarenta comboios cheios de jovens que viajaram a Roma para participar nas manifestações. Eles exigem uma reorganização dos serviços antidroga e uma activa política de prevenção.¹ O presidente da república, Sandro Pertini, recebeu uma delegação desses jovens, que manifestaram apoio ao actual chefe das operações contra a *mafia*, Emanuele de Francesco.

Porém, a reacção não se limita aos jovens. Ultimamente, surgiu um movimento de mães de viciados que exigem uma mudança na legislação e o agravamento das penas. Contrariamente às correntes que em outros países da Europa preconizam a legalização das drogas como a melhor forma de combatê-las, as mães italianas acham que se os seus filhos enfrentassem penas severas pelo uso de narcóticos se veriam menos tentados a entrar no círculo do vício.

¹Eles argumentam que é sabido que durante a II Guerra Mundial caiu a oferta de drogas e os índices de vício também caíram.

O dr. Nahas também constatou que em algumas pessoas a maconha influencia o comportamento. Em algumas, produz irritabilidade; em outras, excitação, ou, pelo contrário, conduz a um estado de letargia. O consumo elevado de *cannabis* produz alterações no cérebro (alterações encefalográficas).

Solventes voláteis

O auge do interesse pelos inalantes veio na década de 60. A substância mais comum é a cola utilizada em aeromodelismo. Mas também se usam diluentes para tintas, removedores de esmaltes de unhas, benzeno, gasolina e propelentes de aerosol.

Muitas das sensações decorrentes da intoxicação são semelhantes às produzidas pelo álcool, mas, segundo depoimentos de viciados, as sensações de euforia e onnipotência mais fortes.

Existem várias razões para acreditar que nos anos vindouros a inalação dessas substâncias poderá tornar-se um problema ainda maior. Eles estão disponíveis em quase todos os lares.

Álcool

Tomado com moderação, o álcool é um prazer, mas, em excesso, é um perigo. De todas as drogas que provocam dependência, o álcool é a mais aceita socialmente e a que existe em maior disponibilidade. Ao mesmo tempo, é a que provoca maiores catástrofes em todo o mundo. A bebida em excesso pode provocar danos em praticamente todos os órgãos e tecidos, atingir até mesmo o feto e destruir lares e carreiras. Há quem afirme que se o álcool tivesse sido descoberto recentemente, não passaria pelos testes de segurança a que actualmente são submetidas as substâncias psicoactivas comerciais.

O tabaco e o cigarro

Uma pequena mudança na preparação do fumo, ocorrida em meados do século passado, talvez tenha sido responsável pela incrível ampliação do vício. A produção de tabaco curado em fumeiro, que permitiu a obtenção do fumo mais claro, possibilitou aos fumadores inalar a fumaça. Alguns segundos após a inalação, produz-se uma forte concentração de nicotina que passa dos pulmões para o cérebro, reforçando drasticamente o hábito. Alguns cientistas acreditam que a nicotina liberta uma substância neurotransmissora, a noradrenalina, das células nervosas. As ondas cerebrais, após a inalação da fumaça mostram o aumento da vivacidade do cérebro, semelhante à produzida pela ingestão de anfetaminas. Os fumadores afirmam que o cigarro permite uma maior capacidade de concentração e que aumenta a energia.

Dr. Gabriel Nahas: "É possível erradicar a droga"



Um dos especialistas que mais conhece drogas é o farmacólogo Gabriel Nahas, considerado como uma das primeiras autoridades mundiais nesse campo. Libanês de Trípoli, formado na França e residente nos Estados Unidos, onde é professor de Anestesiologia na Universidade de Colúmbia (Nova Iorque), Nahas é consultor da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas. Para ele, entre as drogas consumidas actualmente, a cocaína é a mais viciadora e mais destrutiva, para o consumidor e para a sociedade.

Numa entrevista concedida em Março deste ano à revista peruana *Caretas*, durante breve visita a Lima, Gabriel Nahas afirmou que uma das razões pelas quais a cocaína é tão perigosa é porque ela conduz ao comportamento violento e suicida, coisa que não acontece, por exemplo, com a heroína.

Interrogado sobre as formas de consumo, ele explicou que quando fumada, "usa-se a *cocaína-base*, que é absorvida pela corrente sanguínea como cocaína. Nesse caso — afirma — a absorção é muito mais rápida, inclusive quando injectada. Assim, ela produz em forma muito mais concentrada e violenta os sentimentos de altivez e soberba, primeiro, e de angústia, depois. No caso da pasta básica de cocaína, o dano que ocasionam as outras substâncias que a compõem concentra-se no aparelho respiratório".

"A cocaína, como outras drogas viciadoras — explica — destrói a força de vontade. A maior educação ou capacidade intelectual não ajudam a evitá-lo". E cita o exemplo dos médicos, aos quais,



Dr. Gabriel Nahas: "A droga anula a livre vontade"

por razões profissionais, a droga é facilmente acessível. "Tenho visto casos de vício da cocaína entre colegas muito reputados. E alguns deles, apesar de todos os meios de que dispúnhamos e de toda a ajuda que lhes oferecemos, não conseguimos ajudar a curar".

"A droga anula a livre vontade", prossegue o dr. Nahas. "Isso porque provoca mudanças químicas no cérebro com consequências que podem ser fatais".

Cita as experiências com animais: "o macaco *Rhesus* permite observar formas de autoadministração da droga que são surpreendentemente parecidas com as humanas. Colocado num laboratório com possibilidades de autoadministrar a cocaína por injeção intravenosa, acionando uma alavanca, o macaco injecta a droga até morrer. E isso só ocorre com a cocaína e a anfetamina, os dois grandes euforizantes".

Interrogado sobre quais as possibilidades de cura de um cocainómano, o dr. Nahas respondeu: "No caso da cocaína, a parte médica é a mais simples. A desintoxicação é fácil. O problema é a recaída. O viciado, se for possível, deverá viver em comunidades livres de drogas. Mesmo assim, terá



A acção da cocaína no cérebro pode ser fatal

cinquenta por cento de possibilidades de voltar à dependência". E acrescentou que o índice de retorno ao vício é igual nos casos da cocaína e da heroína. "O problema não é individual mas social. O da atitude da sociedade em relação à droga", explica.

Sobre os prognósticos com relação ao futuro, ele assinalou que "a luta contra a cocaína deve ter sucesso, porque não há alternativa: uma sociedade que queira sobreviver deverá enfrentar o mais rapidamente possível o problema. A lição histórica é clara. O uso de drogas tem estado sempre associado à fragmentação e à decadência sociais. Tem que se reimplantar um firme *tabu* em torno do seu consumo".

E isso é possível? Para o dr. Nahas a prova de que é possível é o caso da China. "Antes da revolução o número de viciados em ópio na China ultrapassava 70 milhões de pessoas. E a China erradicou o consumo. Também o Egito, onde em 1925 foi vencido com sucesso um surto de consumo de heroína. O Japão teve, nos anos 50, de enfrentar o problema do abuso das anfetaminas: um milhão de viciados e mais de 50 mil detenções. O problema foi erradicado em três anos".

Crianças por cocaína

□ A detenção, em Lima, de uma mulher de 24 anos de idade, que trocou a sua filha de dois anos por uma dose de cocaína, alertou as autoridades para a existência de um comércio ilícito de crianças "pagas" com droga.

A própria mãe, Marlene García, arrependida, denunciou o caso à polícia, que resgatou a pequena Miriam, uma das vítimas de um amplo negócio de exportação de crianças latino-americanas para

a Europa, promovido, muitas vezes, por pessoas ligadas ao contrabando de narcóticos.

O caso aconteceu em Maio passado na capital peruana, porém é uma prática que também se desenvolve em outros países do continente. Cada criança é vendida por aproximadamente seis mil dólares. A organização que está por detrás do comércio, em geral, procura mães solteiras e viciadas em droga, na maioria rejeitadas pelas suas famílias. Constatou-se que algumas das vítimas chegaram, depois, a sequestrar crianças alheias, que, em certos casos, foram também vendidas em troca de novas porções de drogas.



Marktrade - Comércio Internacional S.A.
Rua Anfilóbio de Carvalho 29, Gr. 810
fones 220.4257 e 220.5915
telex - 30617 GBAP Br
Rio de Janeiro - Brasil

Se sente, no íntimo, o desejo
de responder às qualidades que possui,
se o egoísmo lhe parece estreito
e irrespirável; se experimenta fome
de verdade, de justiça e de amor,
saiba que pode e deve caminhar conosco.
Sem saber e, talvez, sem querer,
é nosso irmão ou nossa irmã.
Aceite a nossa fraternidade;
nós nos entenderemos
e poderemos caminhar juntos.

Helder Camara

Consulte-nos nas suas necessidades,
de financiamento, importação/exportação.

Nós garantimos operações mutuamente vantajosas.

O próximo alvo do "apartheid"

Depois de tentar desestabilizar Angola e Moçambique, o governo sul-africano concentra agora os seus ataques contra o primeiro-ministro Robert Mugabe

Carlos Castilho



Robert G. Mugabe

As principais autoridades políticas de Harare, capital do Zimbabwe estavam convencidas no começo de Maio que a África do Sul intensificará nos próximos meses a guerra secreta iniciada há quase dois anos e que tem como principal objectivo desestabilizar o governo dirigido pelo partido ZANU (União Nacional Africana do Zimbabwe). As pressões começaram em 1982 com a tentativa de provocar um conflito generalizado entre as duas principais etnias do país, os shonas (70% da população) e os ndabeles (17%). Evoluíram depois para o boicote económico, passando pela intimidação dos brancos que resolveram permanecer no Zimbabwe após a independência em 1980, e agora tentam isolar o governo de Mugabe em relação aos governos ocidentais para impedir a ajuda económica num momento em que o país enfrenta uma violenta seca.

O Zimbabwe é o único país da Linha de Frente (constituída também por Angola, Moçambique, Zâmbia, Botswana e Tanzânia) que desde 1980 mantém uma posição totalmente contrária a qualquer tipo de negociação com o regime do *apartheid*, embora os laços económicos com Pretória sejam muito importantes. Zimbabwe declarou oficialmente que "entende e apoia" os acordos de Moçambique e Angola com a África do Sul, mas o ministro dos Negócios Estrangeiros, Witness Mangwende teria declarado na últi-

ma reunião da Linha de Frente, em Arusha (Tanzânia), segundo o jornal inglês *Guardian*, que o governo de Pretória "acabará por não cumprir os tratados firmados com países vizinhos".

O ministro Mangwende disse que no caso específico do Zimbabwe, os factos e informações recolhidos nos últimos meses indicam que houve um considerável aumento do apoio sul-africano aos grupos armados que desde 1982 agem na província de Matabele, no sul do Zimbabwe, onde a maioria da população é de origem ndabele. O serviço secreto zimbabwano tem informações de que os dois grupos conhecidos no ocidente pela designação de "dissidentes" deixaram de ser apêndices de partidos oposicionistas negros, tendo ficado desde o final de 1982 sob controlo directo do exército sul-africano, através de um ex-agente do *Rhodesian Special Branch*

na era colonial, chamado Malcolm Callaway.

Fontes do serviços de informações militares do Zimbabwe revelaram também que no ano passado foram apreendidas aos rebeldes espingardas automáticas do tipo AK-47 fabricadas em 1980 na Roménia e que possivelmente foram capturadas pelos sul-africanos em combates dentro de Angola ou Moçambique, ou compradas no mercado clandestino de armas da Europa. A apreensão destas armas é apresentada como uma evidência de que o governo de Pretória chamou directamente a si o fornecimento de material bélico aos chamados "dissidentes", porque desde 1979 cessou a entrega de espingardas, metralhadoras e munições soviéticas aos antigos grupos guerrilheiros do Zimbabwe que lutavam contra o regime racista de Ian Smith na então Rodésia.

Outros sinais do agravamento da ofensiva sul-africana são os três ataques desencadeados por bandos armados em Moçambique, no mês de Abril, contra o oleoduto que liga o porto de Beira à cidade de Mutare, no Zimbabwe, e o aumento da propaganda hostil ao governo de Mugabe nas transmissões da "Rádio Verdade", uma emissora clandestina instalada na região do Transvaal e que apoia os "dissidentes". O oleoduto Beira-Mutare é vital para o abastecimento de combustíveis ao Zimbabwe e voltou a funcionar rapidamente

depois dos três ataques, perpetrados já depois que os sul-africanos se comprometeram através do acordo de Nkomati a não apoiar os grupos armados que agem dentro de Moçambique.

O dado mais recente é a intensificação da campanha de denúncias de arbitrariedades supostamente cometidas por forças do exército do Zimbabwe no combate aos "dissidentes", que também são conhecidos como a "Super ZAPU" (ZAPU - União Popular Africana do Zimbabwe - é o nome do movimento guerrilheiro que até a independência actuou em aliança com a ZANU). As denúncias de perseguições e mortes repetem-se na imprensa europeia e norte-americana, apesar dos sucessivos desmentidos do governo de Harare.

As origens da crise

As divergências entre a ZANU, dirigida por Robert Mugabe, e a ZAPU, chefiada por Joshua Nkomo, começaram pouco antes da independência de Zimbabwe em Abril de 1980. Nkomo, um veterano dirigente sindical de origem ndabele, queria ser escolhido candidato único da Frente Patriótica (nome da coligação ZANU-ZAPU no período final da guerrilha contra Ian Smith) mesmo sendo minoritário em termos eleitorais e apesar do seu partido não ter desempenhado o papel preponderante na ofensiva final contra o colonialismo. O resultado foi o rompimento da Frente, com Mugabe e Nkomo concorrendo isoladamente nas eleições de Janeiro de 1980. Mugabe venceu folgadoamente com 63% dos votos, total que lhe dava a possibilidade de governar sem alianças.

Nkomo nunca aceitou a sua derrota, assim como nunca abandonou os preparativos para uma desforra, mesmo depois de ter sido nomeado para o estratégico Ministério do Interior, no primeiro governo livre do Zimba-



O controverso Joshua Nkomo

bwe. E a prova disto é que ordenou aos seus guerrilheiros entregarem armas, munições e uniformes, em esconderijos secretos na Zâmbia à espera de um possível confronto no futuro, em vez de entregar todo o material bélico ao exército regular formado após a independência, conforme havia sido resolvido no acordo de Lancaster House, que antecedeu a realização das eleições e o fim da dominação colonial inglesa. Nkomo, um dos signatários do acordo, e a ZAPU nunca se conformaram com um papel secundário na política do Zimbabwe e passaram a usar a influência do partido entre os ndabeles do sul do país no sentido de capitalizar todos os resultados da independência.

O serviço médico gratuito, a elevação dos salários em quase 200%, o fim da discriminação racial nos serviços públicos, as garantias de emprego e toda a legislação social adoptada por Mugabe em 1980 foram explicadas aos ndabeles como sendo actos da ZAPU e não da ZANU. Nos seus primeiros meses de governo, Mugabe levou até às últimas consequências a sua política de reconciliação, a ponto de nomear para cargos importantes na região de Matabele, membros do partido de Nkomo. Mas os membros da ZAPU continuaram a fa-

zer a política de partido, mesmo tendo sido nomeados representantes de um governo. Isto manteve acesas velhas divergências entre shonas e ndabeles, surgidas mesmo antes do início da era colonial, quando as duas etnias lutavam pelo controlo do planalto central da África Austral.

A rebeldia de Nkomo agravou-se a partir de 1980. Perdeu o cargo de ministro do Interior, foi indicado para um Ministério sem pasta e acabou finalmente por ser expulso do governo quando ficou comprovada a sua ligação com um depósito secreto de armas descoberto em Fevereiro de 1982 numa fazenda da ZAPU em Bulawayo, a principal cidade da região de Matabele. As armas apreendidas eram suficientes para uma brigada de cinco mil homens. Em Julho do mesmo ano, os adeptos de Nkomo foram responsabilizados pelo sequestro de seis turistas estrangeiros e no mesmo mês, 13 aviões da força aérea foram destruídos num ataque contra a base aérea de Gweru, noutro atentado no qual membros da ZAPU também estiveram envolvidos. Em Fevereiro de 1983, Nkomo, também conhecido como "Big Joshua" (o gordo Joshua) foi preso no aeroporto de Harare quando se preparava para deixar o país com uma quantidade de dólares superior à permitida por lei. Um mês depois o dirigente da ZAPU conseguiu fugir de Zimbabwe, disfarçado de mulher, indo para Botswana e depois Londres, alegando que o governo tentava matá-lo.

A fuga de Nkomo marcou o ponto decisivo na sua desmoralização como dirigente político, depois de uma longa carreira como líder nacionalista. Ele não avisou sequer os seus companheiros de partido que ia viver no exílio, e vários dirigentes da ZAPU, entre eles o vice-presidente Josiah Chinamano afirmaram que Nkomo seria destituído caso não regressasse. Esta possibilida-

de fez com que o "Big Joshua" regressasse meses mais tarde, sem ser incomodado pela polícia, mas perdera o controlo sobre os "dissidentes" da ZAPU.

Os ex-guerrilheiros, que ele havia mantido à margem da lei na tentativa de um confronto futuro com Mugabe, já estavam a receber ordens de Malcom Callaway. Em pelo menos 48 acções de ex-guerrilheiros da ZIPRA (as antigas forças militares da ZAPU) realizadas no ano passado, ficou clara a participação de agentes sul-africanos, que assumiram também o comando e a logística dos "auxiliares", a força militar criada pelo bispo Abel Muzorewa, um dirigente negro que colaborou com o regime racista de Ian Smith entre 1978 e 1979.

A questão das terras

Mas o problema dos "dissidentes" é mais complicado. Ele envolve a delicada questão da distribuição de terras à população africana. Desde a chegada dos colonos brancos no século passado, as populações negras foram forçadas a abandonar as terras mais férteis em favor dos fazendeiros de origem europeia. Em 1969, o regime de Smith dividiu todas as terras agrícolas em metade para os brancos e metade para a população africana. Na prática isto significou que cada negro tinha em teoria direito a 2,8 hectares de terra, enquanto cada branco dispunha de 70 hectares. Acontece que a mesma lei colonial dava aos europeus o direito de ocupar as melhores terras, enquanto que o resto, mais pobre ou totalmente árido, ficava para os negros.

Por esta razão, durante toda a luta de libertação, a reivindicação pela redistribuição de terras teve sempre uma grande importância. Para a população africana do Zimbabwe, da mesma maneira que em quase todos os restantes países negros da África, a terra sempre esteve directamen-

te associada à sobrevivência física e cultural. Durante gerações, os shonas e ndabeles acostumaram-se a cultivar as suas terras segundo as suas próprias necessidades. Não havia problemas de limites nem de área, porque havia lugar para todos. Quando os brancos chegaram, tudo isto foi mudado à força. A auto-subsistência que antes era tranquila, tornou-se quase impossível e a consequência foi o empobrecimento rápido até aos limites extremos da miséria. Os ndabeles foram os mais prejudicados porque viviam em terras baixas, cujo grau de fertilidade era reduzido já que a região de Matabele é um prolongamento do deserto do Kalahari. Os shonas ocupavam terras do planalto, mais férteis e também mais extensas.

mamente violenta desde o início da era colonial. Existem autores zimbabwanos que chegam a afirmar que para a população africana a luta pela independência estava mais associada à busca de terras do que à conquista da liberdade política. O certo é que o fim do colonialismo não representou a satisfação imediata desta velha aspiração tanto dos shonas como dos ndabeles.

Os acordos de Lancaster House, assinados em Dezembro de 1979, em Londres, garantiram o acesso da maioria negra zimbabwana ao poder político mas restringiram severamente o acesso à terra. Foi o preço pago pelos dirigentes nacionalistas para conseguir uma vitória importante e até decisiva sobre a antiga metrópole, mas uma vitória



A seca agravou o problema da distribuição de terras no Zimbabwe

Tanto um grupo como o outro foram expulsos para a periferia das áreas mais produtivas, onde a elevada concentração demográfica esgotou rapidamente a escassa fertilidade da terra, obrigando os negros a tentar a sobrevivência como trabalhadores mal pagos em propriedades alheias. Esta espoliação foi mais intensa em Matabele, onde a resistência à penetração branca foi extre-

ria parcial. O governo independente comprometeu-se a não expropriar terras de brancos, recebendo em troca a promessa de que a Grã-Bretanha e outros países ocidentais forneceriam créditos facilitados para que fossem compradas terras não usadas para serem distribuídas entre camponeses negros. Houve um momento em Lancaster House que Robert Mugabe pensou em

rejeitar esta cláusula, mas foi persuadido a aceitá-la por dirigentes de países africanos vizinhos que já haviam enfrentado experiências traumatizantes com o êxodo em massa de fazendeiros brancos.

Assim, quando a ZANU assumiu o poder, a organização tornou-se depositária das esperanças de quase sete milhões de africanos por um pedaço de terra. Uma esperança que não poderia ser materializada rapidamente porque Mugabe precisava evitar o caos econômico que resultaria de uma eventual fuga em massa de fazendeiros, o que provocaria o colapso na produção agrícola e a falta de alimentos, sem falar na desarticulação completa do comércio externo do país. No primeiro ano de independência, o governo incentivou a distribuição de sementes, adubos e de créditos aos camponeses para aumentar a sua produtividade e tornar assim o país menos dependente dos fazendeiros brancos. O resultado foi que em 1981, favorecida pelas boas condições climáticas, a agricultura do Zimbabwe registou uma safra recorde em toda a sua história. Mas em Matabele, os membros da ZAPU creditaram as facilidades concedidas aos camponeses não ao governo mas ao partido de Nkomo, numa manobra destinada a impedir que a ZANU aumentasse o seu prestígio político.

Em 1982 começou a seca que continua até hoje, atingindo também a maioria dos outros países da África Austral (ver matéria sobre Moçambique). A deterioração da agricultura reacendeu as reivindicações pela redistribuição de terras, especialmente em Matabele, a região mais atingida pela estiagem prolongada. E mais uma vez os membros da ZAPU ligados a Nkomo usaram de argumentos pouco éticos. Eles passaram a culpar o governo de Mugabe pelas dificuldades e pela morosidade na repartição das fazendas, inclusive as aban-

donadas pelos brancos. Na época da independência haviam cerca de sete mil fazendas em mãos de europeus, hoje apenas quatro mil deles continuam no Zimbabwe, mas o governo não pode expropriar as terras abandonadas devido ao acordo de Lancaster House. Quase ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos atrasaram a concessão dos créditos prometidos em Londres numa clara manobra de pressão sobre Mugabe. O cerco sobre o governo aumentou quando os ex-guerrilheiros da ZIPRA começaram a atacar fazendas de brancos em Matabele ao mesmo tempo que espalhavam panfletos em sindebele, a língua dos ndabeles, culpando Mugabe e os shonas pelas dificuldades. Um problema que era de fundo político e ideológico foi transformado numa questão tribal.

A guerra secreta

Os primeiros actos terroristas de ex-guerrilheiros da ZIPRA surgiram em 1982. Eram mais actos de banditismo que o governo inicialmente atribuiu a grupos isolados de adeptos de Joshua Nkomo, interessados em usar as armas recebidas durante a guerrilha para assaltar e roubar. Mas depois começaram a surgir sinais crescentes de que se tratava de acções organizadas e desestabilizadoras, na medida em que se avolumaram os indícios de uma vinculação estreita entre dirigentes da ZAPU e os rebeldes, bem como começou a ficar clara a participação sul-africana nos actos de sabotagem e nos atentados terroristas em Matabele.

Em Maio do ano passado foi preso George Thebe, ex-comandante das tropas da ZIPRA na região de Wankie, perto da fronteira com a Zâmbia. Em Dezembro, o exército do Zimbabwe prendeu Hillary Ndlovu, outro ex-comandante militar da ZAPU durante a luta contra Ian Smith. Os dois confirmaram durante os

interrogatórios que mantiveram contacto com agentes sul-africanos em Dezembro de 1982, num hotel de Francistown, em Botswana. Entre estes estava Malcolm Callaway, que pouco antes do encontro no hotel havia organizado uma grande entrega de armas de fabrico soviético aos "dissidentes" da ZAPU.

Além de espingardas automáticas AK-47, bazucas RPG-7, metralhadoras e minas terrestres, os sul-africanos passaram a fornecer à "Super ZAPU" camuflados iguais aos do exército zimbabwano. Também foi entregue uma grande quantidade de distintivos de plástico com a figura de Nkomo e a inscrição *Father Zimbabwe* (Pai do Zimbabwe) usados por quase todos os guerrilheiros da ZAPU durante a luta de libertação.

Das informações fornecidas por Thebe e Ndlovu foi possível estabelecer também que os rebeldes são dirigidos por uma comissão de três membros, um dos quais é Makatini Moyo, membro do Comité Central da ZAPU, e que no momento vive no campo de refugiados de Dukwe, em Botswana, recrutando rebeldes que fugiram do Zimbabwe. O fundador do grupo terrorista é Abel Vela, ex-representante da ZAPU em Botswana até 1980, onde organizou toda a montagem do esquema clandestino do partido de Nkomo. Vela nunca regressou ao Zimbabwe e foi também o principal responsável pelo esquema da fuga de Nkomo para Botswana, em Março de 1983.

No momento, os serviços de informações do exército zimbabwano acreditam que os efectivos totais da "Super ZAPU" giram em torno dos 400 a 500 homens, entre os quais 100 treinados na África do Sul, nos campos de Mandimbo, Gumbo, Spencer e Pafuri, ao longo do rio Limpopo na fronteira com Zimbabwe. Além disso, o governo de Pretória permite o funcio-

namento da emissora clandestina "Rádio Verdade", que transmite em inglês e sindebele. Os programas da rádio são apresentados por uma locutora branca que se auto-denomina Flame Lily, responsável pela maior parte da campanha de difamação feita pela emissora contra altos funcionários do governo de Robert Mugabe. O alvo principal da "Rádio Verdade" é o ministro dos Negócios Estrangeiros Witness Mangwende.

O partido único

A desmoralização política de Joshua Nkomo e o aumento das evidências de colaboração entre os "dissidentes" e a África do Sul provocaram uma grande crise interna na ZAPU, onde existe um forte grupo contrário ao desvirtuamento dos objectivos iniciais da organização que sempre lutou pela libertação nacional e contra o racismo ou tribalismo. Em meados de Abril, o ministro das Minas, Callistus Ndlovu, rompeu publicamente com a ZAPU e anunciou que iria ingressar na ZANU.

As bases do partido de Nkomo na região de Matabele ainda estão fortemente influenciadas pela campanha tribalista lançada pela ZAPU no começo do governo de Mugabe.

Mas noutras partes do país existe uma grande confusão entre os membros da ZAPU, particularmente depois que a imprensa ocidental começou a denunciar arbitrariedades cometidas pelo exército de Zimbabwe contra civis na província de Matabele. Estas denúncias tiveram, na sua maior parte, origem em informações divulgadas por um ex-policia branco de Zimbabwe, chamado Donald Simpson, que depois da independência começou a trabalhar como jornalista para o diário inglês *The Times*. Entre outras coisas, Simpson afirmou que mais de 30 mil civis foram mortos pelo exército do



A luta contra os "dissidentes" é um teste de fogo para o exército

Zimbabwe, na região de Matabele. No começo de Abril, a Conferência de Bispos Católicos do Zimbabwe entrou também na polémica em torno das supostas arbitrariedades ao enviar um documento sigiloso ao governo pedindo o respeito dos direitos humanos.

As denúncias nunca chegaram a ser comprovadas integralmente. Nem mesmo depois de o comandante do exército, general Rex Nhongo, ter organizado, em Maio último, uma comitiva de jornalistas, entre os quais se encontrava o repórter do *Times*, para procurar provas do anunciado massacre em Matabele. Depois de dois dias de deslocamentos para cidades e aldeias apontadas por Simpson, nada foi encontrado e nenhuma prova convincente foi obtida nos depoimentos de pessoas que afirmavam ter testemunhado arbitrariedades.

A acção dos bandos armados e as denúncias deram a certeza ao governo de que ambas fazem parte de um plano de desestabilização que o primeiro-ministro Robert Mugabe pretende neutralizar através do projecto de criação de um partido único. Trata-se de um plano que visa acima de tudo mudar a realidade política do país, reunindo num só organismo todos os sectores interessados na defesa do projecto na-

cional dirigido ao socialismo. Na opinião de vários dirigentes do Zimbabwe, a ZANU e outros partidos estruturaram-se para a luta pela independência, e agora, depois que esta foi alcançada, devem-se reorganizar visando a construção de uma nova sociedade, a partir de novas bases políticas. A polémica sobre o partido único já mobiliza amplos sectores da sociedade do Zimbabwe e deve atingir o seu clímax em Agosto, quando a ZANU realizar o seu segundo congresso desde a fundação do partido, na década de 60.

A discussão deve provocar também uma nova ofensiva contra os Acordos de Lancaster House, já que eles proíbem a formação de um partido único. Mas o enfraquecimento da ZAPU e as divisões surgidas entre os 20 parlamentares brancos aumentaram as hipóteses de que o partido único possa surgir dentro das próprias regras do acordo, que legalmente deve vigorar até 1990. Se a estratégia do governo der certo, o partido único pode vir a ser alcançado através de um plebiscito futuro, que poderá servir de precedente para a eliminação das restrições sobre o problema da distribuição de terras, sem sombra de dúvida a questão-chave em todo o projecto de reconstrução nacional defendido por Robert Mugabe. ●

Os planos do novo presidente

Nicolás Ardito Barletta, em entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo, afirma que o Panamá não servirá de base para um ataque militar dos EUA a países centro-americanos

Paulo Cannabrava Filho
(enviado especial)

Pouco depois de ganhar por escassa margem de votos as eleições presidenciais do Panamá, realizadas no começo de Maio, o presidente eleito, Nicolás (Nicky) Ardito Barletta mostrava-se muito confiante na longa conversa que teve com o enviado especial de *cadernos do terceiro mundo*. Ele fez questão de afirmar que apesar da polarização política registada durante a disputa, "uma atitude conciliadora pode dar um voto amplo de confiança" para a sua administração, que começa cercada de dúvidas sobre a estabilidade e tranquilidade no Panamá.

Nicolás Ardito Barletta é um tecnocrata de grande projecção internacional. De 1978 a 1984 foi vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina. Antes disso foi presidente do Banco Latino-Americano de Exportações (BLADDEX) e director do Departamento de Assuntos Económicos da OEA, entre outros cargos. No Panamá, foi director-geral de planeamento económico e social de 1968 a 1970 e ministro de Planeamento e Política Económica de 1973 a 1978.

O novo presidente, que deverá tomar posse a 11 de Outubro próximo, teve um papel muito



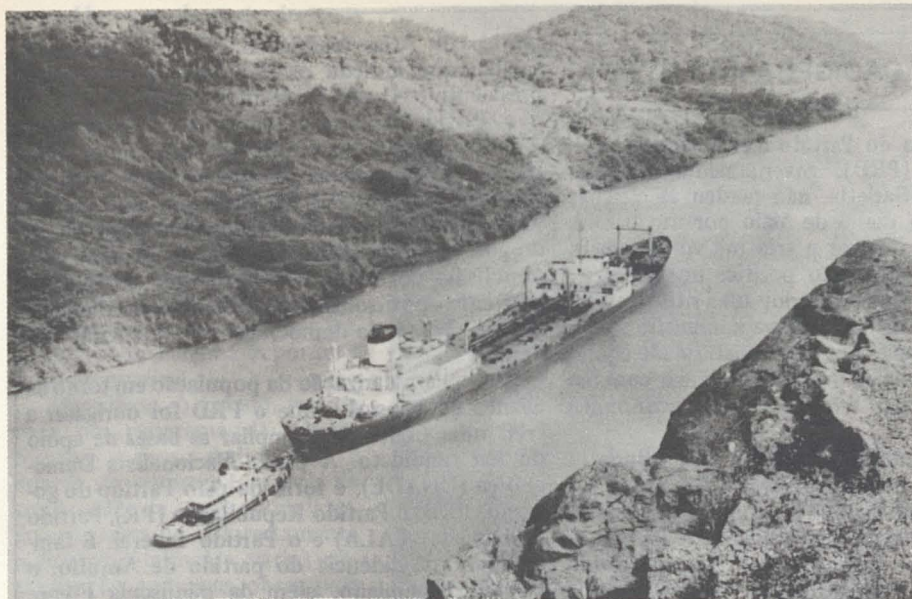
Nicolás Ardito Barletta

importante na elaboração e execução da estratégia para o desenvolvimento nacional do Panamá (1970-1980), comandada pelo general Omar Torrijos, que mudou profundamente a fisionomia do país. País essencialmente voltado para a prestação de serviços até à revolução de Outubro de 68, o Panamá viu realizar no período torrijista, entre outras obras, o Centro Bancário Internacional, a expansão da zona livre de Colón e do turismo, o aeroporto internacional Omar Torrijos, o porto pesqueiro, o

sistema de electrificação e as barragens, a estrada de Dariem (na selva amazónica), etc. A expansão da educação, saúde e saneamento básico e da água em todas as partes, assim como projectos de habitação popular, o apoio às comunidades cooperativas camponesas, foram os pontos altos do período, em que também se estabeleceram grandes indústrias estatais, na área do cimento, do açúcar, etc.

Com 46 anos, formado em economia agrícola pela *North Carolina State University* e doutorado em economia pela Universidade de Chicago, Nicky Barletta não esconde o seu sonho de transformar o Panamá numa imensa Singapura. Acusado de tecnocrata e pejorativamente chamado de "Chicago Boy", Nicky reage: "Não é exactamente isso. O que espero é balancear o ortodoxismo de que me acusam com a vocação social do torrijismo, de uma forma realista e pragmática, dentro da realidade panamiana".

Num dos trabalhos de auto-crítica ao processo, Torrijos referia-se com saudades ao tempo em que Nicky imprimia eficiência à administração pública. Dizia Torrijos: "O dr. Barletta tinha uma equipa excelente e uma



Os recursos oriundos do Canal do Panamá serão usados na infra-estrutura económica

grande vocação para mantê-la preparada. A todo o momento havia vários dos seus melhores quadros doutorando-se em diferentes especialidades nas melhores universidades do mundo. Com a saída do dr. Barletta do governo, pensaram que podiam, já sem o seu zeloso cuidado, leiloar o Ministério do Planeamento. E fizeram-no. (...) O correcto seria que essa equipa continuasse a trabalhar junta”.

É essa a ideia de Nicky, segundo nos declarou logo que se soube presidente eleito. Ele pretende um Ministério do Planeamento forte e promete que em todos os ministérios vai exigir um alto nível de profissionalismo. Diz que “não se pode ter boas ideias se não houver quem as execute. Mais que boas ideias, muito profissionalismo, programas de aperfeiçoamento para o funcionário público, para realçar a sua função e o seu trabalho. Esse é um assunto muito importante. Vamos fazer uma promoção muito forte, em todos os aspectos. E também devemos manter uma democracia estável, porque se não tivermos estabilidade, nada pode ser feito na economia.

Então, por isso mesmo, neste momento de crise, vamos buscar uma forma reconciliadora dos diferentes grupos para definir os nossos objectivos e a forma de os alcançar”.

Os planos económicos

O desemprego parece ser o problema mais crucial para o Panamá nos dias de hoje. Fala-se em 100 mil ou mais desempregados, o que nos parece uma cifra exagerada para um país como o Panamá. Estão correctas estas cifras? Como pretende o seu governo enfrentar esse problema?

— As informações estão correctas e de facto é muito alta essa cifra para o Panamá. Por isso temos que fazer um esforço imediato em alguns sectores com maior e mais rápida capacidade de resposta, como por exemplo, o sector da construção civil. Esse sector será reactivado através de estímulos à construção de casas para famílias de baixo rendimento. Uma política habitacional adequada realizará dois propósitos sociais importantes: casas baratas e empregos.

Também pretendemos não só reactivar como também expandir o sector industrial aproveitando o potencial de exportação dado pelos incentivos e facilidades existentes nas Caraíbas e nos Estados Unidos. Uma política geral, dinâmica, priorizando o sector da exportação, permitirá criar novos empregos e manter a balança de pagamentos numa situação favorável. Consideramos que também o sector de turismo pode ser reactivado em tempo relativamente curto e o sector de serviços, que no Panamá tem muita importância.

Consideramos, antes de mais nada, que devemos oferecer serviços mais profissionais. Portanto, vamos intensificar os programas de aperfeiçoamento profissional, procurando assimilar as novas tecnologias. O crescimento terá de ser de 5% ao ano.

Na sua campanha foi dada muita ênfase ao apoio que o seu governo dará à iniciativa privada, colocando-a como mola mestra da retomada do desenvolvimento económico. Qual o papel que terá o Estado no seu programa de reactivação?

A POLARIZAÇÃO GERA INCERTEZAS

□ O candidato do Partido Revolucionário Democrático (PRD), governamental, Nicolás (Nicky) Ardito Barletta, não perdeu as eleições presidenciais do dia 6 de Maio por um triz. A escassa margem inferior a três mil votos mostra uma extrema polarização política no país que, aliada à crise económica, criou uma situação bastante delicada e difícil. A nova administração só se firmará se actuar com muita maturidade e jogo de rins, ao mesmo tempo que deverá agir com firmeza nas áreas mais sensíveis: a crise económica e social.

Segundo a junta de escrutínio, Nicky Barletta recebeu 44,60% dos votos e o seu adversário, Arnulfo Arias Madrid, 43,91%, uma diferença de apenas 0,69% a favor do candidato das forças governamentais. Na contagem, 2,51% foram votos brancos e nulos e apenas 8,98% foram distribuídos entre os outros cinco candidatos que disputaram as eleições.

Um dos grandes vencidos foi o general da reserva Ruben Dario Paredes, que inicialmente foi candidato do PRD mas depois foi recusado pelo partido e resolveu concorrer por conta própria. O prestígio, pelos vistos, era do PRD e da Guarda Nacional — da qual ele foi comandante — porque o general Paredes recebeu pouco mais de 1% dos votos, após ter criado a sua própria organização, o Partido Nacionalista e Popular.

A esquerda polarizou-se em várias candidaturas. O pediatra José Renan Esquivel foi apoiado pela "Frente Eleitoral do Povo Unido" (FREPU), que reunia o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Partido Independente da Classe Operária (PICO) e Partido Socialista dos Trabalhadores, todos de origem trotsquista ou maoísta. Como vice-presidentes apresentaram-se a demógrafa Carmen Miro e o ex-sacerdote Carlos Pérez Herrera, primo do falecido general Omar Torrijos.

O Partido do Povo, comunista, lançou a candidatura do advogado Carlos del Cid, e como vices, o professor universitário Cesar de León e o secretário-geral da Confederação Nacional de Colonização Camponesa. O Partido Socialista dos Trabalhadores lançou a candidatura do operário Ricardo Barria. O Partido Acção Popular, de centro-direita, apresentou o professor Carlos Ivan Zuniga.

A oposição de direita concentrou as suas forças na "Aliança de Oposição Democrática" (ADO), composta pelo Partido Panamiano Au-

têntico de Arias Madrid, o Partido Demócrata Cristão que indicou os dois candidatos a vice-presidente — Carlos Rodrigues e Ricardo Arias — e o Partido Liberal Republicano Nacionalista. Arnulfo provou mais uma vez que ainda resta muito do seu carisma junto de amplos sectores das massas populares. Sectores que antes apoiavam a Omar Torrijos, abandonados pelas forças do governo, sentiram-se novamente atraídos pelo populismo de Arnulfo. No entanto, o comando da frente oposicionista, como também o dinheiro gasto, era, e é, da democracia cristã de Arias Calderon.

Foi tal a polarização da população em torno da aliança de oposição, que o PRD foi obrigado a criar uma frente para ampliar as bases de apoio do seu candidato. A União Nacionalista Democrática (UNADE), é formada pelo Partido do governo, PRD, o Partido Republicano (PR), Partido Trabalhista (PALA) e o Partido Liberal. E também uma dissidência do partido de Arnulfo, o Partido Panamiano, além da minúscula Frente Ampla (FRAMPO). Obtiveram as vice-presidências e serão proclamados juntamente com Nicky, o republicano Erik del Valle e o liberal Roderick Esquivel, o primeiro com raízes na oligarquia agrária, e o segundo ligado ao sector empresarial. Também foi formada uma frente de empresários e organizações profissionais de apoio à candidatura da UNADE. Na opinião dos próprios dirigentes da esquerda do PRD, "uma aliança com a direita para derrotar o fascismo".

Esta incrível polarização que concentrou 88,51% dos votos de cerca dos 900 mil eleitores panamianos em duas forças eleitorais, reforçou os prognósticos de que poderá ser socialmente tumultuoso o próximo mandato presidencial. A oposição radicalizada anuncia que não vai abandonar as ruas que conquistou durante a campanha e nos agitados dias pelos quais se arrastou o apuramento. No primeiro dia, facções rivais enfrentaram-se provocando quatro mortes e cerca de 50 feridos.

Se a oposição promete não abandonar as ruas, "nós também" — diz o presidente eleito Nicky Barletta, reflectindo o pensamento dos grupos radicais do seu partido. E acrescenta: "Até agora temos mostrado maior capacidade que a oposição para ocupar as ruas e vamos continuar a demonstrar isso". O PRD, além do apoio de grupos de militantes dispostos a tudo para defender "o processo", conta com o indistigável apoio das forças armadas, que até agora não interferiram nos acontecimentos, mas que deixaram claro que "não permitirão que a paz e a ordem sejam perturbadas".

— Uma grande parte da recuperação do Panamá tem que ser feita pela actividade privada, seja na área de investimentos, na de produção, de exportação, na criação de novos empregos. Por isso, trataremos de harmonizar o máximo possível as relações entre trabalhadores e os empresários, para que tenhamos uma frente de produção estável, que estimule a produção e que com os incentivos às exportações, permitam ao Panamá exportar o máximo possível.

Além disso, o Estado, mesmo com um programa de investimentos menor, dedicar-se-á à criação de empregos, através da construção de casas populares, do programa de reflorestamento e, fundamentalmente, vários programas de pequenas obras para as comunidades que ocupam muita mão-de-obra e geram participação.

O Estado dedicará 100% da sua capacidade de trabalho para satisfazer as necessidades básicas da população marginalizada, da mesma forma que fazíamos no governo do general Torrijos — com a escola, as estradas locais, a água potável, a electricidade, enfim, todas as pequenas obras necessárias para incorporar a população marginalizada da cidade e do campo.

Em suma, de um lado, uma promoção da economia privada, com harmonização da força de trabalho com o empresário, e por outro, o esforço do Estado na área social, com um trabalho dinâmico e forte.

Esta é a exigência da realidade que estamos vivendo. Caso não consigamos um crescimento económico de 5% ao ano, nada poderemos fazer. Só com um crescimento dessa ordem é que podemos gerar, pelo menos, 20 mil empregos por ano e realizar um trabalho social. Pretendemos equilibrar a situação dessa forma.

O Panamá conseguiu, sob a liderança do general Torrijos, a re-



“A população pobre receberá toda a ajuda possível do Estado”

vogação dos tratados que perpetuavam a situação colonial do território panamiano conhecido como Zona do Canal. No entanto, o Panamá tem denunciado com certa frequência constantes violações dos Tratados Torrijos-Carter por parte da administração norte-americana. Do seu ponto de vista, como se desenvolve o cumprimento dos tratados?

— Na minha opinião, desenvolve-se a um ritmo satisfatório considerando a capacidade administrativa dos dois países. Claro

que temos os problemas decorrentes das limitações impostas pela lei de implementação dos tratados, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos. Há algumas limitações que não correspondem ao espírito e ao texto dos Tratados Torrijos-Carter e por isso temos que ser perseverantes, temos que continuar a dialogar com o governo dos Estados Unidos, respeitosamente, amistosamente, para que sejam feitas as mudanças pertinentes.

Não obstante, a parte administrativa caminha muito bem.

Há boa cooperação e um bom trabalho. O fundamental é conseguir, no momento oportuno, algumas alterações na legislação deles, de maneira a anular as restrições ao cumprimento dos tratados.

O Panamá estará entre os dois ou três países de maior dívida externa "per capita" do mundo. Como enfrentará o problema a sua administração? Haverá renegociação?

— A dívida externa é alta e por isso tem que ser manejada com muita sobriedade, tal como tem sido feito. O déficit fiscal já foi reduzido a menos de metade e continuará a ser reduzido. Também temos de continuar a melhorar os níveis financeiros. Não creio que seja necessária uma renegociação dramática. Basta uma política prudente, com programas de crédito que permitam ampliar o prazo da dívida. Isso já foi conseguido no ano passado e acredito que não teremos problema em conseguir de novo este ano, se tivermos uma política sóbria no aspecto fiscal.

A defesa de Contadora

O Panamá já não tem o mesmo relacionamento que tinha no tempo de Torrijos com as forças revolucionárias da América Central e a situação agrava-se a cada momento na região. Qual será a posição do seu governo em relação a isso?

— A nossa primeira preocupação é, obviamente, trabalhar pela estabilidade interna do Panamá. Na medida em que consigamos isso, teremos mais oportunidade para contribuir para a paz na América Central.

Continuaremos a participar no Grupo de Contadora. Parece-nos que esse é o centro fundamental. Teremos que trabalhar com paciência, com perseverança, com uma diplomacia subtil e com criatividade. O importante é conseguir fazer com que as partes em conflito se sentem à mesa de negociações.

As eleições realizadas em El Salvador alteram a situação na região?

— Continuo a achar que a situação em El Salvador tem sido muito trágica, como tem sido

trágica a tensão nas relações entre os países da região. Mas a nossa posição é a busca da paz. É conseguir não só a paz em El Salvador, na Nicarágua, como o respeito das fronteiras entre os países e a retirada de toda e qualquer presença ou influência externa da América Central.

Oxalá também possa haver um grão de desarmamento mútuo. Sei que muita gente considera isso impossível, mas vale a pena pensar que esses recursos gastos na guerra sejam dedicados ao desenvolvimento. O fundamental é a busca da paz.

Os Estados Unidos estão a despejar milhões de dólares em armas nas mãos de mercenários, ajudando maciçamente o exército salvadoreño (acabam de aprovar uma nova ajuda de 100 milhões de dólares) Não parece um pouco utópico falar em desarmamento? Parece iminente uma intervenção norte-americana na região. Um aspecto que nos preocupa diante dessa ameaça é a possível utilização do território panamiano, da Zona do Canal, como apoio para essas acções agressivas.

— Não. Isso não é provável. De acordo com os termos dos Tratados Torrijos-Carter, a presença militar dos Estados Unidos no Panamá dá-se de forma igualitária com as forças do nosso país e é exclusivamente para a defesa do Canal do Panamá. Pode ser que algumas actividades definidas como de "defesa" possam se relacionar com o que ocorra na América Central, mas não uma ofensiva militar. Isso não seria aceite, pois não está dentro do espírito dos tratados.

Até ao momento, não tenho provas de que os Estados Unidos pretendam usar a sua base militar no Panamá para qualquer propósito ofensivo na América Central. De qualquer maneira, teremos de acompanhar com muito cuidado esses aspectos. ●



As forças dos EUA no Panamá não poderão intervir em El Salvador

Erros da esquerda levam a direita ao poder

A nova etapa que começa no país vai obrigar as forças progressistas a lutarem no Parlamento

Maluza Stein

A vitória do candidato de direita no Equador, na segunda volta eleitoral realizada a 6 de Maio passado, poderá implicar modificações importantes a nível interno como também na orientação da política externa que vinha sendo consolidada desde 1979.

Nesse ano, o Equador reencontrou o regime democrático depois de sete anos de ditaduras militares. Nas votações de então saíram vitoriosos Jaime Roldós para presidente e Oswaldo Hurtado para vice, com um programa reformista que colocava como prioritárias as necessidades das grandes massas marginalizadas do campo e da cidade. Em política externa, o programa *roldosista* baseava-se na aproximação aos países do Terceiro Mundo, no fortalecimento do diálogo Norte-Sul e na busca de soluções para fundar uma Nova Ordem Económica Internacional. Após a morte de Roldós, ocorrida a 24 de Maio de 1981 em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas, Hurtado (democrata-cristão) assumiu a presidência do país, conduzindo-se como um continuador audaz do programa *roldosista*.

Durante a sua administração de três anos, Hurtado levou a ca-



Hurtado não elegeu o sucessor

bo uma agressiva diplomacia, inaugurando uma nova era na história das relações internacionais do Equador. Contrariamente aos presidentes anteriores — democratas ou ditadores —, que se haviam limitado a intensificar laços com os Estados Unidos, Hurtado abriu novas perspectivas políticas e económicas para o país. O Equador alinhou-se também com os países terceiro-mundistas que procuram uma via alternativa comum para negociar com os países industrializados as questões da dívida exter-

na e do comércio. Neste sentido, destaca-se a realização em Quito, em Janeiro deste ano, da Conferência Económica Latino-Americana (CELA), cujo documento final tem servido de guia para as discussões que o Parlamento Conjunto da América Latina mantém com o FMI e os bancos internacionais responsáveis pelo grosso da dívida externa da região (Ver *cadernos do terceiro mundo* nº 63).

No plano interno, a gestão económica de Hurtado também obteve alguns resultados positivos. A taxa de inflação, desde há sete meses, tem caído gradualmente, situando-se em fins de Abril em 44,7% ao ano. A balança comercial registou um *superavit* de 156 milhões de dólares e espera-se que feche o ano com um saldo positivo de 800 milhões. O Produto Interno Bruto (PIB), que em 1983 teve uma queda de 3,3%, crescerá este ano entre 0,5 e 1,7% se se cumprirem as previsões oficiais.

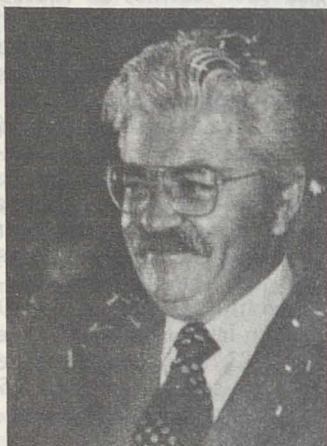
Não obstante, a crise económica do país é ainda muito grave e complexa. O *boom* petrolífero, começado em 1972 e terminado em 1977, não foi utilizado com critérios sociais e só fez aumentar as desigualdades existentes no país. O Equador tem hoje uma dívida externa de quase 7 mil milhões de dólares, um enorme défice estrutural de habitação e de infra-estrutura em geral, além de sérios problemas agrícolas que o tornaram importador de alimentos.

O programa da direita

León Febres Cordero, o empresário direitista que assumirá a presidência do país no próximo 10 de Agosto, é um adepto fervoroso das concepções económicas neo-liberais (monetaristas).

Manifestou-se partidário da realização de negociações unilaterais com o FMI que, segundo ele, "não impõe condições a ne-

nhum país” e disse estar convencido dos benefícios de fluxo de capitais estrangeiros para investimentos no Equador. Referindo-se ao Pacto Andino, do qual o Equador participa com a Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, sublinhou que o acordo de integração sub-regional não tem sido proveitoso para o seu país.



O conservador Febres Cordero

Consultado sobre a OPEP, sobre a qual antes havia dito que era “um mal irremediável para o Equador”, afirmou que o seu governo manterá relações com todos os países da OPEP, fazendo a diferenciação expressa entre a organização e os países membros.

O Equador e a Venezuela são os dois únicos países latino-americanos membros da OPEP. Na opinião do presidente eleito, essa associação tirou do Equador capacidade negociadora para estabelecer o preço do seu petróleo.

“Ferida aberta”

Sobre o conflito fronteiro que o Equador mantém com o Peru, Febres Cordero reafirmou a sua tese da “ferida aberta”, o que significa manter aberta a fronteira nos 79 quilômetros ainda não delimitados, porém sem permitir que por isso se suscitem

conflitos armados entre os dois países.

O Equador não reconhece a executabilidade do Protocolo do Rio de Janeiro, assinado por ambos países como forma de terminar a guerra mantida por eles em 1941, pelo qual esse segmento de 79 quilômetros ficou sem demarcação. “Manteremos a ferida aberta até que o Direito Internacional nos dê a razão”, sublinhou Febres Cordero.

Com respeito a modelos econômicos, o futuro presidente disse considerar que o povo chileno está em melhores condições sob Pinochet que nos tempos de Salvador Allende. Afirmou, ao mesmo tempo, acreditar na excelência do programa aplicado por Martínez de Hoz na Argentina da ditadura militar. Para Febres, a única objeção a lamentar foi a de que o programa de Hoz não tenha podido ser cumprido na sua totalidade.

Coerentemente com as suas ideias, Febres pretende aplicar um programa econômico no Equador que corte substancialmente os gastos públicos e que eleve a produção do país mediante o estímulo ao capital privado e estrangeiro. O Estado, segundo ele, deve manter-se unicamente como assegurador, ou seja, como garantia para os investidores.

Porque perdeu a esquerda?

Para inúmeros analistas e mesmo para os simpatizantes da frente de centro-esquerda (ID — Izquierda Democrática), a derrota de Rodrigo Borja — vencedor na primeira volta eleitoral realizada a 29 de Janeiro passado — foi, pelo menos, surpreendente.

Com um programa avançado, Borja candidatou-se à presidência como um socialista democrático, para quem “é possível conciliar a justiça social, a equidade econômica e o melhoramento do nível de vida do povo equatoria-

no com a manutenção das liberdades políticas”. Na sua plataforma eleitoral ele colocou uma série de ideias básicas tendentes a diminuir o desemprego (cerca de 15% da população activa) e a inflação. Para reduzir o primeiro, Borja pensava empregar uma grande massa de mão-de-obra na construção de redes rodoviárias que contribuiriam também para a incorporação de um importante número de hectares na produção agrícola, com o que haveria um aumento na procura de mão-de-obra camponesa. Isso levaria também a uma diminuição das importações de alimentos.

A inflação, segundo Borja, é um fenómeno estrutural e não monetário (como pensa Febres), que deve ser encarado com o aumento da produção, para o que se daria incentivos às pequenas e médias empresas.

Importante também era a sua posição favorável à negociação conjunta da dívida externa latino-americana, assim como ao aprofundamento do Diálogo Norte-Sul. Declarou-se partidário de uma solução política para a crise centro-americana e contrário, obviamente, à escalada militarista na região.

Tendo em vista o anterior é difícil explicar à primeira vista a derrota de uma candidatura cujo programa básico só viria consolidar a democracia política e social no país.

Vários erros, no entanto, foram cometidos por Borja e pela ID que acabaram por lhe custar a derrota e que poderá levar o Equador a um retrocesso bastante sério.

Entre esses erros, os próprios dirigentes da ID assinalam o excesso de confiança no seu triunfo e, conseqüentemente, a subestimação da capacidade de fogo do adversário.

Desta maneira, Borja, confiado no triunfo devido à fácil vitória conseguida na primeira volta, optou por uma política que desprezou a formação de alian-



A euforia da vitória na primeira votação levou a esquerda equatoriana a subestimar a direita no segundo turno, mas mesmo assim conseguiu alcançar a maioria de deputados no Congresso Nacional

ças táticas com os pequenos partidos de orientação próxima à ID, mas que foram derrotados em Janeiro. Políticos como Francisco Huerta, do Partido Democrata (PD), Júlio César Trujillo do governamental Partido Democrata Popular-União Democrata Cristã (DP-UDC) e Jaime Aspiazu da Frente Radical Alfarista (FRA), apesar dos seus esforços por apoiarem Borja, viram-se marginalizados de toda a participação pública.

Devem-se acrescentar ainda os reiterados ataques de Borja ao actual presidente Hurtado, que tiveram um efeito contrário ao esperado pela ID. Os analistas assinalam que não se entende como Borja, com um programa praticamente idêntico ao que defende Hurtado, pôde pretender angariar votos da direita que, em todo caso, se sentia mais representada por Febres que pelo candidato da frente de esquerda. Nas fileiras da ID, pelo contrário, tais ataques só produziram confusão e um certo desencanto dada à popularidade que Hurtado goza entre os seus membros. Com esses ataques, Borja não conseguiu captar votos dos ini-

Guillermo Neire



migos de Hurtado mas certamente perdeu alguns na esquerda.

Importante também na derrota do candidato social-democrata foi a indefinição dos sindicatos. Apesar de se terem lançado contra a direita de Febres, os dirigentes sindicais mostraram uma preocupação muito grande em distanciarem-se de Borja que, no seu entender, "não representa os interesses do povo, como o tem demonstrado a social-democracia em outras latitudes". Com esse argumento os sindicalistas contribuíram para a campanha de

Febres, cuja maior acusação a Borja era de que ele pretendia implantar no Equador o mesmo regime "ineficiente" da Argentina de Alfonsín, da Venezuela de Lusinschi e da Espanha de Felipe González.

No mesmo sentido, actuaram contra Borja os cruciais 8% da votação maoísta do Movimento Popular Democrático (MPD). Tudo indica que o MPD aplicou à letra a tática de "agujear as contradições", marcando dessa maneira uma preferência implícita por Febres que, para eles, vai

acirrar os conflitos sociais e econômicos no Equador.

A esquerda ainda tem hipóteses

De todo modo, a vitória de Febres não consolida, por si mesma, uma vitória total da direita, já que terá que governar com minoria parlamentar. Dos 71 lugares que tem o Congresso de duas Câmaras do Equador, o Partido Social-Cristão de Febres só elegeu nove. Os restantes partidos que compõem a Frente de Reconstrução Nacional, FRN, que apoiou o candidato vencedor somam, em conjunto, sete deputados que se juntam a outros sete do Centro de Forças Populares (CFP) de Angel Duarte, aliado de Cordero. Assim, o novo presidente contará com apenas 23 deputados contra 41 dos partidos de centro-esquerda além dos seis parlamentares eleitos pelas organizações da esquerda marxista.

Situação semelhante deverá enfrentar a direita no que se refere a governadores e prefeitos, já que o FRN obteve apenas uma prefeitura das 2.319 que se disputaram nas eleições.

Esta é, sem dúvida alguma, a razão pela qual Cordero convocou, logo após os resultados eleitorais, a composição de um governo de união sublinhando que não havia vencedores nem vencidos e que a meta deveria ser a de "construir uma Pátria grande".

O presidente nacional da ID, Javier Ledesma, afirmou que a sua organização se oporá firmemente "à implantação das ideias neo-liberais" já que o espírito do seu partido se sustenta na construção de "um país rico, porém não com um povo pobre, onde impere a paz, mas não baseada na injustiça".

Os adversários políticos do presidente eleito destacam que haverá que observar como conse-

guirá Febres Cordero combater a inflação sem aumentar o desemprego. Sabe-se pelas receitas monetaristas, que as políticas de corte anti-inflacionário estimulam o crescimento do desemprego e quando se opta por combater este fenómeno volta a subir a inflação. Este é o nó que os governos de Reagan nos Estados Unidos, de Thatcher na Inglaterra, de Kohl na Alemanha Federal, de Pinochet no Chile e dos militares no Uruguai, além de alguns outros casos espalhados pelo mundo, não conseguem desfazer. Ao contrário, é um nó que a cada dia estrangula mais as suas possibilidades de continuarem no poder na mesma medida em que vai causando significativos estragos económicos e sociais nos seus países.

Os equatorianos têm ainda hipóteses, mediante o parlamento, de modificar os planos económicos do seu novo presidente. ●

cadernos do

terceiro mundo

Portugal e Espanha

anual (12 números)

semestral (6 números)

Assinaturas

650\$00

400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

23 dólares USA.

Restantes Países

28 dólares USA

Conferência Internacional de Lisboa “Venceremos, amor, não passarão”

O verso da canção de Mejía Godoy exprime bem o que se passou na Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central

Ana Maria Urbina

As palavras das canções de Carlos Mejía Godoy, compositor e músico membro da Assembleia Sandinista, soaram com vigor no teatro “A Voz do Operário”, em Lisboa. Na véspera do encerramento da Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central — a 6 de Maio último — o cenário daquele teatro lisboeta ofereceu a um público cheio de calor solidário, as vozes de personalidades do mundo inteiro declarando o “seu amor à Nicarágua” — como

igualmente diz Mejía Godoy — à liberdade e autodeterminação desta região do globo.

Três dias antes da apresentação de Mejía Godoy e do conjunto “Los de Palacaguina”, a Conferência conseguiu reunir mais de 300 delegados de organismos não governamentais, das mais diversas tendências ideológicas e religiosas, de 70 países dos cinco continentes.

Presidida pelo Prémio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, esta reunião analisou e

definiu planos de solidariedade internacional, face à “agressiva política norte-americana” no continente latino-americano e o direito da Nicarágua à autodeterminação.

A Conferência emitiu dois tipos de documentos: uma declaração final e as conclusões de quatro comissões de trabalho sobre a situação centro-americana.

Na declaração final sublinhou-se a recomendação de declarar o dia 19 de Julho — aniversário do derrube de Somoza — como dia de solidariedade internacional, além do desencadear de acções e programas específicos de solidariedade com o povo da Nicarágua e de repúdio pela “intervenção violenta” dos Estados Unidos na região.

Duas conclusões, aprovadas pelas quatro comissões, destacaram a decisão de enviar uma delegação à Organização das Nações Unidas e ao Congresso norte-americano, a fim de lhes transmitir as conclusões do encontro e enviar delegações às embaixadas dos Estados Unidos nos diferentes países para serem informadas sobre as posições críticas face à política de Washington.



Pérez Esquivel (na foto no uso da palavra) presidiu à Conferência Internacional de Lisboa

Foi igualmente aprovada na reunião uma série de medidas tendentes a contrariar a campanha de desinformação "apoiada pela administração Reagan" nos meios de comunicação social do mundo inteiro.

Dois encontros públicos, uma sessão inaugural realizada no Teatro Maria Matos e a reunião cultural na "Voz do Operário", congregaram, à margem dos trabalhos, centenas de personalidades políticas, artísticas e outras, nacionais e estrangeiras. Entre elas, a actriz Julie Christie, o compositor grego Mikis Theodorakis, a viúva do presidente constitucional chileno Hortensia Busi de Allende, a ministra vietnamita Nguyen Thi Binh, o sacerdote nicaraguense Fernando Cardenal, o presidente do Conselho Mundial da Paz, Romesh Chandra, a ministra sandinista de Coordenação Interna e Zonas Especiais, Mónica Baltodano e o chefe de relações internacionais da FSLN, Julio López.

Um regime de economia mista

"Herdámos um país atrasado, subdesenvolvido, dependente e como se fora pouco, destruído, saqueado e submetido a profundos desequilíbrios financeiros", disse o nicaraguense Rogelio Ramírez, porta-voz da 3ª Comissão da Conferência.

Para ele, o pressuposto político que estabelece o âmbito do progressivo esforço que a Nicarágua faz actualmente para ultrapassar esta herança, é a unidade nacional que levará à "reconstrução e ao desenvolvimento económico".

"O regime de economia mista é um dos requisitos que impulsionam essa unidade nacional e estabelece a necessidade de combinar um processo de transformação estrutural, que crie as bases de um desenvolvimento futuro, com um esforço de estabilização progressiva no âmbito da



Mónica Baltodano, ministra nicaraguense da Coordenação Territorial

actual crise económica internacional", expressou posteriormente.

Mónica Baltodano, ministra sandinista de Coordenação Territorial e Zonas Especiais referiu-se, entre outras coisas, à política agressiva "incrementada pela actual administração norte-americana" para "destruir a revolução nicaraguense, sufocar as lutas de independência de outros povos da área e impor um severo controlo político e militar na América Central". Denunciou o clima de hostilidade e de guerra movidos pelos Estados Unidos contra a Nicarágua, cujos últimos factos são "o reconhecimento oficial das autoridades norte-americanas de terem minado os portos com comandos da CIA e o desconhecimento oficial da competência da Corte Internacional de Justiça de Haya".

A comandante e ministra sandinista explicou que essa política agressiva se traduziu na existência de 12 mil mercenários e na presença militar permanente na Honduras, onde existem 3 mil efectivos e 150 agentes da CIA. "As últimas manobras militares *Pino Grande II* — com 5.500 efectivos norte-americanos — permitiram instalar uma infra-

estrutura militar enorme: 16 bases e pistas aéreas remodeladas e 3 centros de treino para o exército salvadorenho e mercenários", disse Mónica Baltodano.

Ao finalizar a Conferência o chefe da delegação nicaraguense Julio López assinalou que formulava um apelo aos Estados Unidos para se iniciarem "imediatamente negociações sérias e responsáveis". Acrescentou que reiterava à administração de Ronald Reagan que, o governo sandinista "está disposto a sentar-se imediatamente para discutir as preocupações acerca da paz na América Central".

Para a delegação nicaraguense a solução, no caso de El Salvador, é "a política negociada que nós apoiamos". Eles expressaram a sua disponibilidade para discutir todas as questões centro-americanas, "mas sem jamais renunciar à nossa solidariedade política e moral para com o povo salvadorenho".

Os delegados nicaraguenses à Conferência reafirmaram a política "independentista e não-alinhada" e acrescentaram: "não aceitamos que os Estados Unidos imponham quem são os nossos amigos no plano internacional".

O fracasso das "ofensivas finais" indonésias

Apesar dos muitos planos traçados e de uma violência recrudescente, o exército de Jacarta não consegue vencer a resistência maubere

Alberto Costa Alves

“ A situação está pesadíssima. A guerra continua. O genocídio da população deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoação não é mais do que um curral, onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar. Pagam altos preços a espíões para acusarem a quem desejam eliminar; esta é a forma de guerra espalhada por toda esta terra. A outra é quando os invasores são surpreendidos nas estradas pela resistência activa e dura, ou surpreendidos nos próprios postos onde se aquartelam; nesses assaltos sucumbem alguns dos ocupantes: em menos de um mês (de Fevereiro a Março) só numa região¹ (não a mais brava) enteraram cerca de 50 desses ocupantes. É apenas um índice da dureza da luta que continua. No princípio deste mês o supremo comando local do ocupante avisou que dera ultimatum de um mês para os da terra se entregarem... senão iriam matar tudo a oito. Estão também furiosos porque a Igreja não chama a resistência para se render (e depois matarem-nos todos, como é costume); é por essa razão que três missões importantes sofreram muitas ameaças dos ocupantes e impediram o padre de se deslo-

car, prenderam os catequistas, espancaram professores e alunos das escolas das missões a título de que esta tinha uma emissora para transmitir para a resistência!

A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja, não tanto pelos islãos, mas pelo governo interessado na conquista deste palmo de terra. E a razão realista é só porque a Igreja local não coopera eficazmente em atrair todos à rendição, para acelerar o genocídio da população”.

Esta carta de um padre católico, vinda de Timor-Leste e datada de Março de 84, resume a situação um ano após o cessar-fogo celebrado na área de Lariguto entre os responsáveis da FRETILIN e

da Indonésia, (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 55, Agosto/83).

Em Agosto do último ano, numa alocução especial radiodifundida em Baucau, principal centro operacional das forças ocupantes, o general Murdani, comandante-em-chefe das Forças Armadas indonésias, ameaçava: “atacaremos sem misericórdia”. E, desde então até ao momento, a guerra conhece o seu período de confrontação mais acesa desde 1977. Como é habitual, os indonésios definiram um prazo curto (31 de Dezembro de 1983) para termo de mais esta “operação final” destinada ao extermínio da resistência maubere, “mas já vamos em Fevereiro e o resul-



Destacamento das FALINTIL: quase nove anos de resistência ao invasor

¹ Região de Ainaro-Same.



Março de 83: conversações entre o comandante indonésio, cor. Purwanto (à esq.) e o comandante das FALINTIL, Xanana Gusmão (ao centro)

tado da operação militar não se vê”, dizia Monsenhor Ximenes Belo, actual administrador apostólico da diocese de Dili, em carta dirigida ao seu antecessor, Monsenhor Martinho Lopes. (ver última edição de *cadernos*).

“Acabou-se a brincadeira”

Após vários incidentes de pequena escala, tudo terá recome-

çado em 8 de Agosto do ano passado com um confronto envolvendo militares indonésios e a população de uma aldeia próxima de Viqueque. A violação de mulheres e humilhação de homens, no decorrer de uma festa, ter-se-ia seguido uma resposta violenta por parte da população, enquadrada por guerrilheiros da zona. Os militares são abatidos

e, no dia seguinte, a aldeia é massacrada.

“Acabou-se a brincadeira” sentenciou o chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas indonésias, Benny Murdani, referindo-se aos quase 5 meses de tréguas. A advertência dirigia-se especialmente ao grupo político-militar que, nas esferas do poder em Jacarta, advogara a experiência. Em Dili, 600 pessoas são presas e enviadas para Bali, ilha turística fronteira a Java, sede da região militar que controla a ocupação de Timor-Leste. Enquanto isso, a polícia política investe às cegas contra a organização clandestina da FRETILIN nas zonas ocupadas. A idílica paisagem de Bali é perturbada. Os australianos que regressam de férias dão conta da situação e os importantes ingressos de moeda estrangeira começam a estar em perigo. Os efeitos internos também não são de ignorar. O “estigma” de Timor-Leste é injectado muito próximo da metrópole

GOVERNO PORTUGUÊS IGNORA PLANO DE PAZ DA FRETILIN

□ A adopção do Plano de Paz da FRETILIN pela Cimeira da Praia, em Dezembro de 1983, que reuniu os chefes de Estado dos cinco países africanos de língua portuguesa não recebeu qualquer comentário de fontes próximas dos órgãos governamentais de Lisboa.

O governo de Mário Soares continua a ignorar a resistência maubere mantendo a sua posição que consiste em reafirmar que “todos os esforços foram feitos”, e que as negociações com a Indonésia deverão incidir, exclusivamente, sobre “aspectos humanitários e culturais”. A política seguida pelo governo português em relação à situação vivida na sua ex-colónia asiática, constitui um ponto importante de divergência de Lisboa com os “cinco”, que defendem negociações directas tripartidas no quadro da ONU, propostas no Plano de Paz da FRETILIN*:

I. No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia-Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta Organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre

Portugal, Indonésia e FRETILIN, no quadro das Nações Unidas para debater:

a — A constituição de uma Força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

— o funcionamento de uma Administração Transitória;

— a implementação correcta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes — as FALINTIL e as Forças Armadas Indonésias.

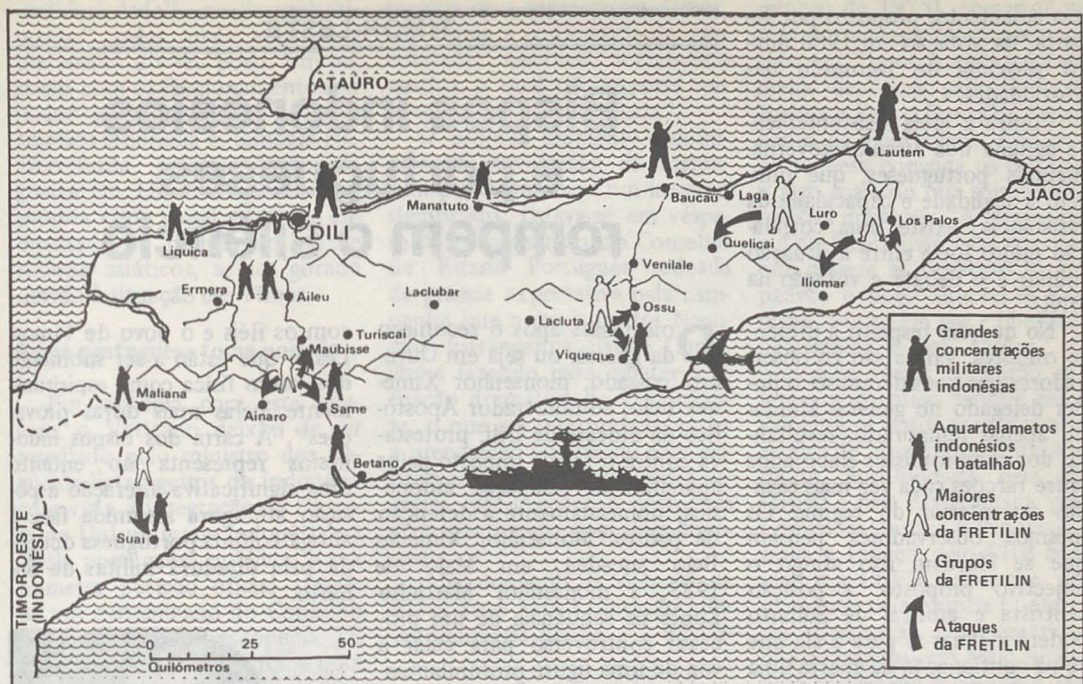
b — A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere.

c — A marcação de uma data para a transferência da soberania.

II. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas Conversações como Observador.

III. Mais observadores poderão ser aceites desde que proposto em igual número por cada uma das partes referidas no ponto I e acordados por todos.

* Apresentado ao governo indonésio durante as conversações de 23 de Março de 1983 que restabeleceu o cessar-fogo até 8 de Agosto do mesmo ano.



Partindo de testemunhos de refugiados mauberes, o jornal *Expresso* elaborou este mapa militar de Timor-Leste. O barco e o avião representam a origem dos bombardeamentos marítimos e aéreos do exército de Jacarta

javanesa, numa zona de razoável circulação de informação.

Superioridade tática das FALINTIL

A estratégia indonésia tem, no entanto, objectivos essenciais que não podem conhecer delongas: apertar o cerco à parte leste do país, desarticular a organização clandestina nas áreas ocupadas e cortar o fluxo de informação para o exterior.

“Com as forças do exército concentradas na parte leste de Timor, a FRETILIN, sábia e silenciosamente, retirou-se para o centro, fronteira e costa sul. Recentemente atacou Talo, Hatolia e Balibó para grande surpresa e desespero dos comandantes indonésios”.² Trata-se de uma situação que a reunião do Conse-

lho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) — órgão supremo da condução da luta —, realizada entre 16 e 18 de Março passados, caracteriza como de “superioridade tática das FALINTIL na actual fase da contra-offensiva estratégica”, marcada pela mobilização de material pesado e de grandes contingentes militares inimigos, abertura de novas frentes no sector da fronteira norte, preenchendo a totalidade do espaço nacional.

A contrapartida indonésia, essa não varia: terra queimada, mobilização forçada da população, massacres, tortura, violações.

Uma carta proveniente de Dili e datada de 26 de Janeiro último dava conta do alargamento do prazo da operação de extermínio até “vésperas das próximas conversações nas Nações Unidas. Estão jogando tudo para exterminar a FRETILIN e as FALINTIL, especialmente o comandante das forças armadas,

Xanana. Como sabem, vão seis meses sem qualquer resultado de vitória por parte deles”.

A exemplo de anos anteriores, Jacarta tudo tentará para chegar à Assembleia Geral das Nações Unidas com uma novidade de sensação, passível de fazer inclinar irreversivelmente o tabuleiro das votações a seu favor e silenciar o problema nas instâncias internacionais, questão a que a ditadura de Suharto é muito sensível.

Murdani: um poder temporário?

De qualquer maneira, os sucessivos adiamentos dos prazos autopropostos para cumprimento dos objectivos militares não auguram bons auspícios para a estratégia militar indonésia. Recorde-se, a este propósito, o preço pago pelo governo indonésio no debate de 1982 na ONU, coincidente com uma persistente ofensiva da resistência maubere,

²Carta enviada ao interior do território e datada de 26 de Dezembro de 1983.

e o adiamento, proposto por Jacarta, da votação em 1983 muito próxima do recomeço das hostilidades.

Contra a ideia insistentemente agitada nos círculos governamentais portugueses, que omitem a realidade e capacidade da resistência, existe uma correlação muito forte entre a situação militar e o debate e votação na ONU.

No que diz respeito à presente ofensiva, vários são os observadores que consideram ser o poder delegado no general Murdani, apenas temporário, resultando dos compromissos elaborados entre facções cada vez mais cavadas no interior do regime. Os mesmos observadores pensam que se Murdani não atingir o objectivo proposto, a posição centrada e arbitral de Suharto poderá inclinar-se para a ala que vê na continuação da guerra uma fonte de desequilíbrios e rupturas favoráveis, a prazo, ao próprio colapso do regime. A passagem de altas patentes militares para a oposição, a união em torno do ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, de figuras e forças partidárias da abertura, assim como a meteórica ascensão do antigo presidente do Instituto de Ajuda Legal Nasution, muito prestigiado pelas batalhas legais de defesa de presos políticos, camponeses e estudantes, apontam para mudanças profundas no regime e limitam a margem de manobra dos condutores da guerra em Timor. Murdani terá na suas mãos — pelo menos é isso que se pensa em meios oposicionistas indonésios — a última oportunidade de enfrentar a resistência maubere na perspectiva de uma solução militar. O que se vier a passar na Assembleia Geral das Nações Unidas do corrente ano, bem como os resultados obtidos até Setembro em mais esta "ofensiva final" em curso pelos indonésios permitirão algum esclarecimento sobre o quadro descrito. ●

70 - terceiro mundo

Bispos indonésios e portugueses rompem o silêncio

Dois meses após o recomeço da guerra, ou seja em Outubro passado, monsenhor Ximenes Belo, administrador Apostólico da diocese de Dili, protestava contra o terror imposto pelos aparelhos de ocupação indonésios, nomeadamente a detenção de padres. Monsenhor Ximenes Belo sucedeu, em Maio de 1983, a monsenhor Martinho Lopes na sequência de um processo controverso para calar a voz de uma figura profundamente prestigiada em Timor-Leste e no estrangeiro. (Ver *cadernos* nº 55 Agosto/83).

Efectivamente, a substituição do velho prelado timorense por monsenhor Ximenes Belo deixou apreensivos os sectores que se solidarizam com a causa maubere pela forma como tal nomeação foi efectuada e pela sua não consonância com a maioria dos padres residentes naquela antiga colónia portuguesa. Porém, passada a fase de interrogações, poder-se-á afirmar que a acção de monsenhor Ximenes Belo à frente da diocese de Dili marca pontos em três aspectos importantes: defesa da integridade física da Diocese de Dili, não autorizando a passagem da paróquia do enclave de Oé-Cusse para a diocese de Atambua no Timor-Oeste, na denúncia das atrocidades e na tomada de posição da Conferência Episcopal indonésia, em Novembro de 1983.

Muito cautelosa, como seria de esperar num país com 90% de muçulmanos, a mensagem dos bispos indonésios expressa "a sua solidariedade e amizade para

com os fiéis e o povo de Timor-Leste, que estão a ser submergidos, tanto física como espiritualmente, pelas mais duras provações". A carta dos bispos indonésios representa no entanto uma significativa alteração à posição até agora assumida face à antiga colónia portuguesa ocupada pela ditadura militar de Suharto.



Monsenhor Martinho Lopes

Suspeita de cumplicidade com o regime quando insinuava a integração eclesiástica de Timor-Leste na Igreja indonésia, a posição da Conferência Episcopal pauta-se agora por "assegurar na prática o reconhecimento e o respeito por aquelas coisas consideradas mais sagradas pelo povo de Timor-Leste: a sua religião, a sua família, a sua terra". O que era, seis meses antes, preponderância das posições de monsenhor Pablo Puente, prô-núncio acreditado em Jacarta, na determinação da saída de monsenhor Martinho Lopes e de aceitação da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, é agora

“solidariedade” e “reconhecimento” pelas mais veementes pretensões do seu povo. Em paralelo com os faccionamentos no poder político-militar, a Igreja católica indonésia é, também ela, atravessada pela evolução da guerra em Timor. A ponto de a própria visita papal a Jacarta, enquadrada no périplo do leste e sudeste asiáticos, se ter gorado devido à situação em Timor.

Igreja portuguesa toma posição

Em sintonia com esta viragem, o Vaticano deixou de ser assediado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia com vista à integração da Diocese de Dili na Igreja indonésia e a Igreja portuguesa publicou a sua primeira posição oficial através de um comunicado do Conselho Permanente do Episcopado. “É ilusório pensar — afirma a nota de 28 de Março passado — que, por detrás dos tristes aconteci-

mentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada”.

O próprio momento escolhido para divulgação da mensagem possui também um inegável significado. Estava-se em véspera de uma reunião do Conselho de Estado Português* rodeada de grande expectativa pela campanha que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, vinha fazendo para esbater a situação dramática de Timor-Leste, o que era interpretado como a preparação do terreno para institucionalizar as negociações secretas que o governo português vem efectuando com os indonésios.

Abandonando o silêncio de todos estes anos (a invasão militar indonésia deu-se a 7 de De-

* Órgão consultivo do presidente da República.

zembro de 1975), apesar de padres portugueses terem permanecido em Timor, e após uma primeira denúncia pela Comissão Justiça e Paz, o Conselho Permanente da Conferência Episcopal portuguesa convoca os católicos a algo mais do que simples afirmações pontuais: “A Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro”. Os próximos meses decidirão se a Igreja portuguesa assume efectivamente os votos formulados na esteira de uma movimentação já muito aprofundada pela Pax Christi e pela Pax Romana, pelas Comissões Justiça e Paz da Austrália e França, pelo CIIR britânico e a CCFD francesa e, ultimamente, pela própria Conferência Episcopal norte-americana que promoveu, em Maio último, uma viagem de monsenhor Martinho Lopes aos EUA.

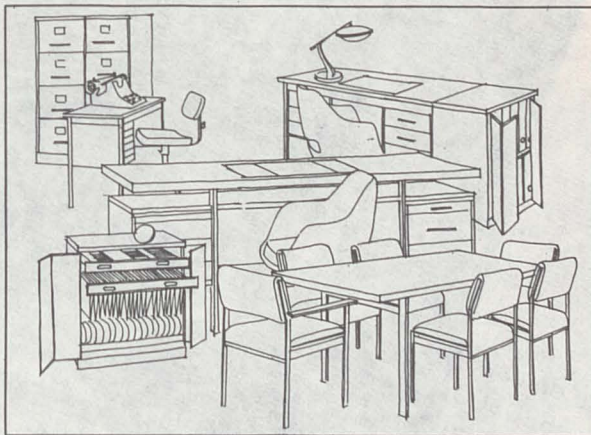


FÁBRICA JERÓNIMO
OSÓRIO DE CASTRO
(HERD.) LDA.
INDÚSTRIA
DE MOBILIÁRIO

SERVIÇOS COMERCIAIS:
R. D. ESTEFÂNIA, 177 A/C
APART. 1412
☎ 53 88 81 TELEX. 12892
1012 LISBOA CODEX

FILIAL NO NORTE:
R. DO BONJARDIM, 506
☎ 31 17 46/31 17 80/31 16 40
31 14 01 - TELEX 22422
4000 PORTO

Presente na REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA



LELLO **FOC**

SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO
E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, SARL

FÁBRICA
CAIXA POSTAL 178 - VIANA
CONTACTOS COMERCIAIS
CAIXA POSTAL 1300 - LUANDA
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

**Mobiliário para Escritórios
Escolas, Fabricas, Hotéis e Hospitais**

Mobiliário Domestico

Já à venda

Uma original reportagem
sobre a guerrilha
sandinista na NICARÁGUA

PRÉMIO:
CASA DAS
AMÉRICAS
1982
TESTEMUNHO

A montanha é algo mais
do que uma imensa
estepe verde



Preço de capa
580\$00

Desconto especial
para assinantes
de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Tricontinental Editora
coleção
terceiro
mundo

Omar Cabezas Lacayo

Tricontinental Editora, Lda.
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 Lisboa

Distribuição
Av. Santos Dumont, 57
1000 Lisboa

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento; tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Primeiro Festival de Cinema de Língua Portuguesa

Uma iniciativa realizada na cidade de Aveiro que a ter continuidade poderá vir a constituir um importante encontro marcado do cinema de língua portuguesa

Manuel A. Freire

Comecem a esboçar-se pela via do cinema, ainda que sem a consistência necessária, as primeiras manifestações de aprofundamento cultural entre países com afinidades de vária índole. Já se haviam realizado mostras recíprocas, mas esta é a primeira vez que uma tela se reserva exclusivamente à projecção das cinematografias dos novos países africanos, de Portugal e do Bra-

sil. De 6 a 13 de Maio, organizado pela Cooperativa de Cinema Grande Plano, de Aveiro, cidade portuguesa da faixa litoral, aconteceu o 1º Festival de Cinema dos Países de Língua Portuguesa.

Definido pela organização como de "divulgação e estudo do cinema realizado em países cuja língua oficial é portuguesa, fomentando simultaneamente um melhor conhecimento das

culturas e desenvolvimento desses países", e apoiado por organismos oficiais portugueses como a Direcção Geral de Cooperação e o Gabinete de Relações Exteriores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nele estiveram presentes mais de meia centena de filmes em todos os formatos, de Angola, Moçambique, Brasil e Portugal. (Da Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe não viria nenhum filme, por não possuírem ainda cinematografias próprias).

Destaque para o cinema africano

O interesse despertado pelo cinema africano não se ficou a dever só ao factor novidade. Embora, compreensivelmente, grande parte dos filmes não sejam tecnicamente perfeitos, não deixa já de sobressair a qualidade de realização e variedade de propostas de alguns deles. A estrutura precária herdada — e que se destinava a escassas produções de propaganda colonial, restringidas quase exclusivamente aos jornais de actualidades — não deixaria prever o que se viu neste Festival. O próprio júri registaria "com apreço, o nível e a maturidade atingidos pelas jovens cinematografias angolana e moçambicana na prossecução de uma identidade cultural e de uma expressão nacional".

A expressão da procura da identidade cultural nacional constituiu, com efeito, uma das principais preocupações manifestadas por estas cinematografias, cabendo, inclusive, nesse domínio os prémios de longa-metragem atribuídos a estes países: "Canta, Meu Irmão", de José Cardoso, por Moçambique, e "Nelisita", de Ruy Duarte, por Angola.

O primeiro, documentário a cores que regista a música de alguns intervenientes ao 1º Festival Nacional de Música e Canção Tradicional de Moçambique (em princípios de 1981), filmado não



"Nelisita", de Ruy Duarte. A inserção dos mumuilas na nova realidade

no recinto do Festival, mas nas localidades das províncias onde vivem, mostra a íntima relação dessa música com a terra e o trabalho.

"Nelisita", é uma semi-ficção a partir da tradição oral bantu da comunidade mumuila, da província de Huíla, onde Ruy Duarte passou grande parte de sua vida. Resultado dessa sua experiência, exibiu-se ainda um dos 10 episódios da série "Presente Angolano/Tempo Mumuila" (pena não ter sido possível ver a totalidade das 6 horas deste trabalho documental que vai além do mero teor antropológico), onde se aborda a sociedade tradicional na problemática da sua articulação com a nova realidade.

Mas a maior percentagem das produções apresentadas por estes países reparte-se pela reportagem de carácter político, na preocupação de registar para a história os importantes acontecimentos do processo pós-independência:

"Agressão, Um Dia Às 7.21 Horas", de Camilo de Souza, "Que Venham", de José Cardoso, por Moçambique; "Uma Festa Para Viver", de Ruy Duarte, "Agressões Sul-Africanas", por Angola — ou pelo documentário de observação da nova realidade, seus problemas e esperanças — "Um Dia Numa Aldeia Comunal", de Moira Forjaz, "Niassa, Terra De Esperança", de Ismael Vuvo, "Desafio De Algodão", de Camilo de Souza, "Chilembene", de Luís Simão, "Buzi, As Duas Margens De Um Rio", de José Cardoso, por Moçambique; "Balanço No Tempo Da Cena De Angola", de Ruy Duarte, "Bagos Vermelhos Da Terra Libertada" (do cooperante português Leonel Efe), por Angola — ou ainda pelo registo da memória colonial — "Mueda, Memória E Massacre", de Ruy Guerra, "Estas São As Armas", de Murillo Sales (brasileiro) e Luís Simão, de Moçambique — ou mesmo sobre o

processo de outros países africanos, como é o caso da coprodução Angola-Moçambique "Pamperi Ne Zimbabwe" ("Obrigada Zimbabwe").

Cinema, portanto, de produção ainda documental e actualidade política. Foi anunciado, no entanto, para breve a passagem à ficção, tanto em coprodução — "Mayombe", adaptação do romance de Pepetela — como em projectos individuais — "Frutos Da Nossa Colheita" (título provisório), de José Cardoso, que poderá, possivelmente ser visto no 29 Festival de Aveiro.

Festival a que a Cooperativa Grande Plano garantiu dar continuidade, já no próximo ano ou em 1986, mesmo que se volte a verificar a incompreensível falta de apoio a que o Instituto Português de Cinema votou esta iniciativa. Poderá estar aqui o embrião de um dos lugares de convivência cultural dos países que oficialmente falam a mesma língua. ●

cadernos do terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Omar Cabezas Lacayo editado por "cadernos", em Lisboa

O romance "A montanha é algo mais do que uma imensa estepe verde", de Omar Cabezas Lacayo, comandante da guerrilha sandinista contra a ditadura de Somoza, foi editado em Maio último em Lisboa pela Tricontinental, editora dos *cadernos do terceiro mundo*.

No seu livro — que em 1982 recebeu o Prémio "Casa de las Américas", na qualidade de testemunho — Omar Cabezas Lacayo relata a sua experiência pessoal desde que abandona o seu curso na Universidade de León para integrar a guerrilha sandinista que começava a despontar nas montanhas do seu país.

O lançamento público deste novo livro da Tricontinental Editora decorreu no velho Solar do Vinho do Porto, em pleno centro de Lisboa, com a presença de muita gente da imprensa, do teatro, escritores e intelectuais, militares de Abril e membros de embaixadas de países latino-americanos acreditados em Lisboa.

O acto contou com a presença do embaixador da Nicarágua em Portugal, Fanor Herrera Pérez, que declararia que o comandante Omar Cabezas "escreveu com a espingarda, com a mochila e com a Pátria à sua frente, com uma grande dignidade e uma enorme moral revolucionária". Traçando um paralelo entre as dificuldades sentidas durante a luta contra a brutal dinastia dos Somoza e os ataques de que hoje é alvo a revolução nicaraguense, o embaixador Fanor Herrera afirmaria que novos "Omars Cabezas" estão a surgir na defesa da soberania nacional contra as agressões financiadas e telecomandadas pelos Estados Unidos.

Durante a sessão usou ainda da palavra o jornalista e escritor Fernando Assis Pacheco, profundo conhecedor da literatura latino-americana, que afirmaria possuir o livro do comandante Omar Cabezas "uma oralidade exemplar" e ter sido escrito "com o prazer de quem fala".

Parafrazeando o escritor Julio Cortazar, Fernando Assis Pacheco declararia que "A montanha é algo mais do que uma imensa estepe verde" é "como um íman: quero eu dizer que mal começamos a ler ficamos agarrados a ele...".

Novo centro cultural palestino

Os palestinos têm mais um espaço para as suas manifestações artísticas: foi inaugurado em meados de Maio, na cidade santa de Al Qods (Jerusalém), o complexo cultural palestino "Centro Nuzha-El-Hakawati". O Centro, que custou 100 mil dólares, foi financiado por personalidades palestinas. O complexo consta de um teatro e de

uma sala de exposição que serão utilizados não só por palestinos de Israel como por estudantes e intelectuais dos territórios ocupados, que serão convidados a organizarem espectáculos. Isso porque a censura exercida pelas autoridades israelitas em relação às actividades culturais palestinas é muito mais rígida nos territórios ocupados do que no interior de Israel.

Zimbabwe: ensino obrigatório

O governo do Zimbabwe tornará obrigatório o ensino para todas as crianças até a idade de 16 anos, segundo anunciou o ministro da Educação Dzingayi Mutumbuka. O projecto de ensino obrigatório será enviado pelo governo ao parlamento ainda este ano. O ministro Mutumbuka informou que, actualmente, o governo só conta com recursos suficientes para proporcionar educação gratuita aos alunos das escolas primárias, embora projecte formas de conceder bolsas de estudos ou outros tipos de ajuda.

A educação primária universal foi introduzida no Zimbabwe imediatamente após a independência do país em 1980, e desde então o número de crianças que frequentam a escola aumentou de 830 mil para 2,5 milhões.

Estudo elogia campanha de alfabetização na Etiópia

A campanha de alfabetização *Yemissrach Dimts*, desenvolvida na Etiópia entre 1972 e 1976 basicamente entre jovens de 15 a 24 anos, foi considerada por um estudo feito por especialistas suecos como "um modelo de importância global para as instituições de reduzidos recursos que actuam neste campo". O estudo reconhece o mérito da campanha, que elevou a taxa de alfabetização na Etiópia de 7 para 63%.

Homenagem a Maurice Bishop

A "Casa de las Américas" instituiu, no final de Abril, o prémio "Maurice Bishop" como uma homenagem à contribuição intelectual e revolucionária do líder da revolução granadina, símbolo das lutas libertadoras da América Latina e das Caraíbas.

O prémio será concedido de três em três anos — a partir de 29 de Maio de 1985, aniversário de nascimento de Bishop — às personalidades ou grupos artísticos, políticos, sociais e científicos da América Latina e das Caraíbas que tenham contribuído substancialmente para o desenvolvimento da sociedade e da cultura na região.

20 anos de IPS

Provando que é viável um projecto alternativo no campo da comunicação, dentro dos princípios da Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), a agência de notícias *Inter Press Service* comemorou em Maio o seu 20º aniversário. Em discurso feito numa das reuniões organizadas na sede da agência, em Roma, para festejar a data, o presidente da IPS, Pérez Guerrero, lembrou que outras "duas importantes iniciativas identificadas com a causa do Terceiro Mundo também estão a completar 20 anos: a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e o Grupo dos 77".

Pérez Guerrero, ministro venezuelano de Relações Económicas Internacionais, assinalou que a IPS conseguiu atingir "o propósito inicial dos fundadores da cooperativa", destacando que além do apoio dos países em desenvolvimento — com o qual sempre contou — a IPS recebeu crescentes manifestações de ajuda provenientes do mundo industrializado.

Por sua vez, o director-geral da *Inter Press Service*, Roberto Savio lembrou o difícil caminho percorrido pela agência desde a sua fundação, em 1964. Quando começou o projecto, disse, "não havia indício algum que uma agência de informação do Terceiro Mundo pudesse ser formada. Estes 20 anos demonstraram que era possível".

"A IPS alcançou agora — continuou Savio — um alto nível de reconhecimento internacional como a sexta estrutura de comunicações e como um projecto completamente inovador para uma estratégia de comunicações, muito diferente do das agências de imprensa tradicionais".

Num comunicado distribuído a todos os assinantes e colaboradores da agência, Pérez Guerrero e Roberto Savio ressaltam que apesar das dificuldades vividas nestes 20 anos em prol de uma Nova Ordem Informativa, "seria superficial supor que o processo aberto em 1964 tenha fracassado, ou estancado até o ponto de haver perdido viabilidade".

"A crise da velha ordem é agora aceite pela comunidade internacional, e os problemas que determinaram a busca de soluções inovadoras não só continuam sem solução, como se têm agravado", conclui o comunicado da IPS.

Assassinado jornalista palestino

O secretário-geral da Federação de Jornalistas Árabes, Hanna Moqbel foi assassinado em Nicósia, Chipre, no início de Maio, num atentado em que também ficou ferido o seu secretário, Raymond Farra. A representação da Organização

para a Libertação da Palestina (OLP) atribuiu o crime a agentes dos serviços secretos israelitas. A OLP manifestou a convicção de que os assassinos do escritor e jornalista palestino não fugirão a uma punição e que as autoridades de Nicósia os perseguirão até os apresentar à opinião pública.

Guiné cria agência de informação

O novo governo da Guiné-Conakry decidiu, em fins de Abril, criar uma agência nacional de informação, segundo informaram fontes deste país. Segundo essas fontes, a decisão foi tomada durante uma reunião realizada em Conakry pelo ministro guineense da Informação, Mohamed Traore, com jornalistas do país. As autoridades da Guiné pretendem concretizar este projecto com a colaboração sobretudo da Agência Africana de Notícias (PANA).

Correios e pessoal, a luta da África para romper o isolamento

O primeiro passo para a independência total da África no campo das comunicações é a criação de uma rede postal rural e o desenvolvimento de programas de formação de pessoal. Esta foi a proposta apresentada pelo presidente do Zimbabwe, Canaan Banana, ao abrir em Harare a 1ª Conferência da União Postal Panafricana (PANU).

"As empresas transnacionais dominam o sistema mundial de comunicações e destinam biliões de dólares para pesquisas a fim de manter o domínio", afirmou o presidente do Zimbabwe na sessão inaugural, assistida por ministros de Correios e Telecomunicações e representantes dos governos dos países da Organização da Unidade Africana (OUA).

Dos 500 milhões de telefones existentes no mundo, a África conta com apenas seis milhões e tem apenas 3% do tráfego postal mundial, de acordo com dados citados por Canaan Banana. "Os Estados Unidos", acrescentou, "têm uma média de 79 telefones para cada 100 habitantes enquanto essa relação na África é de apenas dois aparelhos para cada 100 pessoas. E a desfasagem entre países ricos e subdesenvolvidos na área das comunicações tende a aumentar".

O presidente zimbabwano anunciou que a construção de uma estação em Mazowe, ao norte de Harare, iniciada recentemente, permitirá em meados do próximo ano ligações directas do Zimbabwe para os países vizinhos da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) sem necessidade dos serviços telefónicos da África do Sul. Hoje, todas as ligações do Zimbabwe para o exterior são feitas através da Cidade do Cabo.



DIÁRIO DE VIAGEM NO SARA

“Memória da terra esquecida”, de António Victorino de Almeida — compositor, musicólogo e homem de cultura português — é uma interessante, viva e apaixonada reportagem, onde o autor, com o talento e frontalidade que sempre o caracterizam, dá testemunho das experiências vividas nos campos de refugiados saraus, no sul da Argélia, em plena “hamada” de Tinduf.

O livro não é — como o autor logo refere na introdução — uma análise onde se pretenda discorrer sobre a complexa situação que se vive naquela região do Magrebe, ou sobre o pano de fundo diplomático que condiciona e influencia o teatro de guerra em que se trava a já longa luta de libertação do povo da antiga colónia espanhola contra o expansionismo marroquino. Trata-se como diz Victorino de Almeida, de “simples impressões de viagem (...) o diário das emoções vividas nessa experiência levada a cabo numa das zonas mais tórridas e inóspitas do nosso planeta — o lugar onde, para além de todas as acções militares e de todos os enredos diplomáticos, tem sido condenado a viver e a sobreviver um povo que luta pela sua independência e dignidade humana”.

Talvez por isso, o leitor minimamente informado sobre a luta da Polisario, habituado a

acompanhar a sua evolução pelo que a imprensa vai dizendo, se sinta algo frustrado ao ler “Memória da terra esquecida”, tanto mais que as descrições dos costumes dos saraus, as duras condições climáticas e de *habitat* que este povo exilado tem de suportar, perderam já o ineditismo e mesmo o “folclorismo” veiculado pelos jornalistas nos anos de brasa de 75 e 76.

O livro de Victorino de Almeida tem, no entanto, um grande mérito: ajuda a compreender como são e como reagem os homens e as mulheres saraus. A sua hospitalidade e a sua ternura sempre presentes, as suas irritações e o seu orgulho ancestral “à flor da pele” ou a sua maneira hábil e original de ultrapassar problemas e situações aparentemente irresolúveis.

(Baptista da Silva)

Título:
“MEMÓRIA DA TERRA ESQUECIDA”

Autor: António Victorino de Almeida

Colecção: Crónicas e reportagens

Editor: Edições “O Jornal” Lisboa, 1984

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO DIREITO AFRICANO

“Constituição política de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe” é uma colectânea dos textos constitucionais actualmente vigentes nos países africanos de língua oficial portuguesa saído agora à estampa por iniciativa da Associação Universitária para a Cooperação e Estudo dos Direitos Africanos (AUCEDA).

O texto da Constituição Política actualmente vigente em

cada um daqueles Estados africanos é precedido por uma curta “nota introdutória” onde se aborda os acontecimentos que marcaram a história recente desses países e que precederam a aprovação dos respectivos textos constitucionais. Obra de interesse e de utilidade evidentes não só para estudiosos e peritos do direito comparado mas igualmente para todos os leigos em direito que se interessam pelas realidades dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa. São seus autores Luis Correia de Mendonça e Duarte Silva, juristas com larga experiência na cooperação em Cabo Verde e Guiné-Bissau, respectivamente.

“Constituição Política de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe” é o primeiro de uma série de textos e ensaios que a AUCEDA deseja publicar sobre temas de direito africano. Estudos sobre o direito costumeiro e da família, deverão em breve ser publicados.

A AUCEDA é uma associação não oficial que funciona na Faculdade de Direito de Lisboa que procura promover a cooperação no domínio do direito e, e mais do que isso, propõe-se apoiar, no plano científico e didáctico, os estudantes africanos das faculdades de Direito portuguesas, em termos de os integrar nas realidades jurídicas dos respectivos países.

Título:
“CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE”

Autores: Luis C. Mendonça e A. Duarte Silva

Editor: AUCEDA

Colecção: “Textos” Lisboa, 1984

Colecção
« UMA TERRA SEM AMOS »

TEMPO DA MORTE CRUEL

Alex La Guma



As contradições e os dramas explosivos da África do Sul, numa linguagem rica e densa, a par de igual exactidão no retrato do mundo negro, que resiste.

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

A política nas Olimpíadas

Apesar dos ideais do barão de Coubertin, a política marcou sempre a maior competição do desporto da actualidade

Rodolfo de Bonis



Não houve muita surpresa quando o Comité Olímpico da URSS anunciou que o país não enviaria a sua delegação para participar nos XXIII Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Los Angeles, em Julho próximo.

A causa principal do boicote, segundo Marat Gramov, presidente do Comité Olímpico Soviético, é a falta de segurança para a delegação do seu país, representando isto uma quebra, por parte dos organizadores, das prescrições da Carta Olímpica.

Brigas de um lado e de outro, o facto é que isso não é uma no-

vidade. A política esteve presente em toda a história dos Jogos Olímpicos, desde a Grécia Antiga, quando foram inaugurados, cerca de dois milénios antes de Cristo. Naquele tempo os gregos tinham um respeito muito grande para com o desporto. Era uma honra para um cidadão competir numa Olimpíada. Participavam nela apenas os cidadãos gregos, ficando de fora as mulheres, os escravos e os estrangeiros. As vitórias dos atletas eram oferecidas aos deuses, assim como os próprios Jogos.

No século II a.C., o quadro mudara completamente. Roma conquistara a Grécia e a Macedónia e os romanos não se interessavam pelo desporto. Em vez de corridas e lutas, preferiam combates de gladiadores e mais tarde o "desporto" de ver os leões devorarem cristãos. A decadência foi rápida, até que em 393 d.C., Teodósio I decretou o final das Olimpíadas. O pretexto foi a sua conversão ao Cristianismo, proibindo as festas "pagãs". Ainda se tentou salvar os Jogos da Antiguidade, porém os imperadores romanos do Oriente e do Ocidente, Teodósio II e Honório, para pôr fim ao que deles restava, destruíram todos os templos dos deuses gregos, inclusive o estádio, palco das competições.

Desporto para a paz

Daquele acto autoritário até ao renascimento dos Jogos, passaram-se 1500 anos. Um novo espírito regeria os Jogos Olímpicos da Era Moderna. O seu organizador, o francês Pierre de Fredi, barão de Coubertin, julgava possível conseguir a paz do mundo através do desporto. Para que isto resultasse seria necessário que não se misturasse política e competições desportivas e que os preconceitos e as discriminações fossem colocadas longe dos estádios. Que decepção teria Coubertin se soubesse que o que mais houve nestes anos todos foram preconceitos, discriminações e interferências políticas em detrimento do desporto!

Os Jogos, no entanto, já começaram mal. Nos I Jogos Olímpicos da Era Moderna (Atenas, 1896), por pressão do próprio barão, as mulheres não puderam participar. Daí por diante as lutas políticas prevaleceram, como se fizessem parte da programação. Ainda nos Jogos de Atenas, os alemães fizeram a primeira ameaça de não participação, alegando que não disputariam uma competição idealizada por um francês. A causa era a guerra franco-prussiana, ainda recente.

Na III Olimpíada (Saint Louis, EUA, 1904) houve discriminação em todos os sentidos: alojamentos separados por etnias (apesar de protestos das delegações) e organização de uma competição paralela, de carácter racista e preconceituosa, denominada "The Anthropological Day", onde negros, índios, anões e mutilados competiriam entre si. As mulheres haviam conseguido vencer o machismo do barão de Coubertin e competido na II Olimpíada (Paris, 1900). Porém, quatro anos depois, viram os resultados das suas lutas cair por terra. Foram colocadas à margem das competições olímpicas regulares, tendo que se sujeitar em Saint Louis, à luta de

boxe feminino, um regresso lamentável aos tempos da Grécia Antiga. Como resultado de toda esta discriminação, o Comité Olímpico Internacional não reconheceu a maioria das medalhas conquistadas nos Estados Unidos.

Em 1906, a Grécia, sem a permissão do Comité Olímpico Internacional (COI), organizou uma Olimpíada. A intenção era fazer de Atenas a sede única dos Jogos. O próprio COI comandou o movimento de boicote oficial a estes Jogos, negando apoio financeiro ao Comité Organizador, e não registando nos seus anais os recordes batidos nas competições. Os Jogos realizaram-se apesar de tudo e a sua organização foi melhor do que as anteriores. Porém, o governo grego acabou por desistir da ideia de fazer de Atenas a sede permanente da competição devido à revolta que causou o boicote oficial do COI.

Problemas com os norte-americanos

Em 1908, as Olimpíadas regulares foram disputadas em Londrês. Por controvérsias eco-

nómicas, os ingleses fizeram tudo para prejudicar a participação dos atletas norte-americanos. A bandeira dos Estados Unidos não foi hasteada por ocasião do desfile da festa de abertura no estádio de Wembley. Os ingleses alegaram que não haviam encontrado nenhuma disponível.

Os contratemplos prosseguiram durante todo o período de competição. A Rússia czarista não aceitava que a bandeira da Finlândia fosse hasteada. Dois anos antes, a Finlândia, resistindo aos intentos de dominação de Nicolau II, lutara pelos seus direitos. O governador-geral russo da região foi assassinado. Os russos exprimiram em Londres o seu protesto, exigindo a retirada da bandeira finlandesa.

Quatro anos depois, o racismo voltou. Eram os Jogos Olímpicos de Estocolmo (1912). Um grande atleta aparecia para o mundo: o índio norte-americano Jim Thorpe, o "Destino Brillante", que venceu espectacularmente as provas do pentatlo e do decatlo. Já de posse de suas medalhas de ouro, os organizadores fizeram tudo para tirá-las a Thorpe. E conseguiram-no. Uma

acusação nunca totalmente provada, de que ele havia sido profissional foi a justificação, pois as Olimpíadas pressupõem o amadorismo. Na verdade, fizeram-no devolver as medalhas pelo facto de ser índio.

A próxima Olimpíada seria em Berlim, em 1916. Mas, ao contrário do que ocorria na Antiguidade quando as guerras se interrompiam na época dos Jogos Olímpicos, a I Guerra Mundial causou o seu cancelamento. Thorpe, roubado das suas medalhas, não teria oportunidade de recuperá-las.

Os Jogos voltaram em 1920, em Antuérpia, para os quais não foram convidados Alemanha, Bulgária, Áustria e Hungria porque tinham lutado contra a Bélgica, o país patrocinador, na I Guerra Mundial. Tais países só voltaram aos Jogos em 1928, em Amsterdão, quando se registou outro facto importante: depois de 24 anos de ausência, as mulheres participaram novamente nas provas de atletismo.

A supremacia dos negros

Em 1936, depois de muita

OS FUROS NO BOICOTE AO "APARTHEID"

□ A polémica mundial provocada pela retirada soviética colocou em segundo plano outro problema que pode gerar um novo caso nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Vários atletas brancos sul-africanos estão a registar-se em outros países para tentar burlar o boicote imposto ao regime do *apartheid* desde 1970 em competições olímpicas. E há também a possibilidade de repesálias contra a Inglaterra, que autorizou uma equipa de *rubgy* a visitar a África do Sul. Nos jogos de Montreal (Canadá, 1976) 29 países africanos não enviaram atletas em protesto contra o facto da Nova Zelândia não ter sido afastada das competições depois de mandar também uma equipa de *rubgy* para uma digressão na África do Sul.

O caso mais polémico é o da meia-fundista Zola Budd, de 17 anos, recordista dos cinco mil

metros, que em Março conseguiu a cidadania britânica num tempo recorde de 10 dias e deve ser inscrita na equipa inglesa que irá a Los Angeles. Zola nasceu em Bloemfontein, no estado de Orange e a sua transferência para a Inglaterra foi patrocinada por uma agência de publicidade norte-americana, a *International Management Group*, e pelo jornal britânico *Daily Mail*.

O caso da atleta sul-africana provocou protestos de atletas ingleses que levaram o caso até ao Comité Olímpico britânico. Outro sul-africano que deve ir a Los Angeles é Sidney Maree, de 26 anos, recordista dos 1.500 metros. Ele já obteve cidadania norte-americana. Na mesma situação estão Mark Handelsman que deve ser inscrito por Israel, John da Silva, a integrar a equipa portuguesa de estafeta, Mathews Moshweratu, recordista sul-africano dos 10 mil metros e que se registou pelo Botswana; Koos van der Merwe, lançador de dardo inscrito pela Alemanha Federal e Cornelia Buirki, nascida na África do Sul, mas registada na equipa suíça.

controvérsia, a sede dos Jogos foi confirmada para Berlim. Hitler cuidou de todos os pormenores para que a Alemanha fosse a grande vencedora. Queria mostrar ao mundo a superioridade da raça ariana através do desporto. Investiu muito dinheiro e exigiu o máximo dos seus atletas. Ainda assim, a Alemanha sofreu derrotas inesquecíveis, principalmente no atletismo. A delegação de atletismo norte-americana era formada quase integralmente por negros e ganhou 12 das 23 medalhas de ouro nas provas masculinas. E mais: o atleta negro norte-americano Jesse Owens ganhou a sua quarta medalha de ouro na competição e bateu o recorde mundial numa das provas, que só seria ultrapassado 24 anos depois. Hitler não quis cumprimentá-lo e retirou-se do estádio, já que a sua "raça superior" não demonstrava a supremacia que ele tanto afirmava.

A II Guerra Mundial impediu a realização dos Jogos de 1940 e 1944.

Londres voltou a sediar as Olimpíadas em 1948. Os atletas alemães e japoneses pagaram pelos resultados da guerra não sendo convidados.

Em 1956, o Líbano e o Iraque recusaram-se a enviar as suas delegações a Melbourne, devido à invasão israelita no Egipto. A Espanha, Suíça e Holanda também não compareceram devido à intervenção da URSS na Hungria.

Até 1964, nenhum país asiático tinha sido sede de uma Olimpíada. Nesse ano, o Japão foi o primeiro e logo na abertura houve uma surpresa: quem entrou no estádio de Tóquio conduzindo a tocha olímpica não foi um atleta, mas sim o magro japonês Yoshinori Sakai, nascido exactamente a 6 de Agosto de 1945 em Hiroshima, dia da explosão atómica.

1968 foi um ano de contestação em quase todo o mundo. Os Jogos Olímpicos do México, não ficariam à margem desses



Hitler montou um grande "show" em 36, mas foi humilhado

movimentos. A realização de um evento de tal ordem exige do governo um investimento grande. Os estudantes lançaram-se nas ruas para forçar o governo a não arcar com a pesada despesa. O governo mexicano porém, ignorou a pressão dos estudantes e resolveu patrocinar as Olimpíadas. O resultado foram 300 mortos nos choques entre estudantes e a polícia, factos que ficaram conhecidos como o "Massacre de Tlatelolco". Foi também nesta Olimpíada que os atletas negros norte-americanos, chamados ao "podium" como vencedores, lançaram o seu protesto contra a discriminação racial no seu país, fazendo a saudação de luva negra e punho cerrado do *Black Power* (Poder Negro) durante o hino norte-americano.

A expulsão da Rodésia

Em 1972, os Jogos realizaram-se em Munique. Vários países africanos anunciaram o boicote aos Jogos, caso a Rodésia de Ian Smith fosse competir. O COI tentou contornar o problema, explicando que forçara os rodesianos a levar à Alemanha Federal uma delegação multirracial. Porém, isto não foi considerado suficiente pelos países que protestavam. O COI, por fim

teve de ceder às pressões da África, das Caraíbas e também dos negros norte-americanos. Por 33 votos contra 31 expulsou a Rodésia desses Jogos. Outro facto marcante abalou o desporto em Munique. Oito guerrilheiros palestinos da organização "Setembro Negro" invadiram os alojamentos da Vila Olímpica, matando dois atletas israelitas e levando nove como reféns para uma troca por 230 presos políticos, dos 1650 que se encontravam em Israel. Na luta da polícia com os sequestradores, os nove atletas israelitas e os guerrilheiros palestinos acabaram por ser mortos.

Vinte e nove países africanos boicotaram os Jogos de Montreal (1976) devido à presença da Nova Zelândia, que havia rompido o boicote à racista África do Sul. Dessa vez, ao contrário de 1972, o COI resistiu às pressões do boicote e manteve a sua decisão de preservar a participação da Nova Zelândia na Olimpíada. Muitos atletas africanos com grandes possibilidades de ganhar medalhas ficavam fora da competição, como John Akii Bua, medalha de ouro em 1972 e campeão mundial dos 400 metros barreiras. A Formosa também não participou nos Jogos de Montreal, por não aceitar as imposições do Comité Organizador dos Jogos para que desfilasse em nome de Formosa, e não do povo chinês, como pretendia.

Liderados pelos EUA, 56 países boicotaram os Jogos de Moscou. A intensa campanha do governo James Carter utilizou todos os meios (principalmente os de comunicação) para fazer fracassar os Jogos Olímpicos da URSS. A intervenção soviética no Afeganistão foi o factor alegado para o boicote. A lista é longa. Muitos outros factos estranhos ao desporto deturparam o ideal olímpico, na história dos Jogos Modernos nascidos da inspiração dos gregos e realimentados pelos sonhos de Coubertin. ●

A batalha contra a seca

A seca que perdura há longo tempo em várias regiões do globo, tem provocado incalculáveis danos económicos e sofrimentos humanos terríveis. A degradação do sistema produtivo e a fome que alastra nos países atingidos pelo flagelo tem originado alterações sociais e políticas, por enquanto ainda de difícil avaliação. Por outro lado, os métodos de assistência às vítimas e as medidas de recurso aplicadas pelos governos no combate à seca são muito diversas. Não existe até hoje uma política anti-seca coordenada a nível internacional, o que diminui a eficácia da acção de cada governo. Nesta reportagem, o nosso correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito, descreve os graves efeitos da seca que assola Moçambique, agravados pela passagem do tufão "Demoína" e inundações que se lhe seguiram, destacando a mobilização popular impulsionada pelo governo moçambicano para fazer frente à situação.

Desde 1980 parou de chover em quase metade do território moçambicano. O mesmo fenómeno atinge também outros países da África Austral, mas a ex-colónia portuguesa foi a que sofreu as consequências mais sérias, em termos humanos e económicos, por causa do precário sistema agrícola deixado pelos colonizadores europeus. Um terço dos 12 milhões de moçambicanos passaram a ter menos comida e muitos deles convivem com a fome há pelo menos dois anos.

A seca por si só já seria suficiente para criar uma situação trágica, mas ela foi ainda agravada pela acção de grupos armados apoiados pela África do Sul, que tornaram extremamente difícil a ajuda às vítimas da estiagem e os esforços para manter em funcionamento os mecanismos económicos essenciais. E como se tudo isso não bastasse, o calvário moçambicano ficou ainda pior a partir de Janeiro, quando os que escaparam à seca sucumbiram às enchentes causadas pela passagem do tufão "Demoína". O caso de Moçambique é no momento o exemplo mais trágico de um fenómeno que ameaça a África e assusta o Terceiro Mundo.

A tragédia em números

Os sinais de alarme quanto à situação alimentar na África passaram a repetir-se nos últimos meses com inquietante frequência. Por duas vezes, ainda no início do ano, a Organização das Nações Unidas declarou-se profundamente preocupada com o fu-





Moçambique e 23 outros países africanos atingidos pela seca só poderão sobreviver se receberem uma ajuda maciça em alimentos e empréstimos para a compra de adubos ou produtos químicos

turo da população no continente, ameaçada por uma crescente escassez de alimentos. Na primeira quinzena de Janeiro, Javier Perez de Cuellar, o secretário-geral da ONU, alertou a comunidade internacional para o facto de que nada menos que 5 milhões de crianças morrem todos os anos em consequência da fome. Estes são os mortos. Igual número consegue sobreviver mas carregando deformações causadas pela subnutrição.

Mais uma indicação de que, em alguns casos, a calamidade é um facto concreto, está num documento elaborado por técnicos da FAO que, após estudos, em vinte e quatro países, concluíram que estas nações só podem sobreviver se receberem ajuda em alimentos, para a recuperação da agricultura e para a protecção de rebanhos. A origem de todos estes problemas além das situações criadas pelo próprio homem, está no regime irregular de chuvas na região. Na maior parte do continente africano a precipitação pluviométrica verifica-se de forma insatisfatória: em quantidade insuficiente, fora de época ou torrencial.

A situação deteriorou-se de tal forma nos últimos anos que os vinte e quatro países precisam importar 5,3 milhões de toneladas de cereais, a fim de cobrir as necessidades previstas para 83/84. Este volume é 38 por cento maior que a procura referente ao período imediatamente anterior. Do total agora exigido, 3,4 milhões destinam-se apenas à alimentação. A produção de géneros alimentícios irá obrigar, por outro lado, que dezoito países apliquem 31,1 milhões de dólares exclusivamente na aquisição de produtos químicos e fertilizantes.

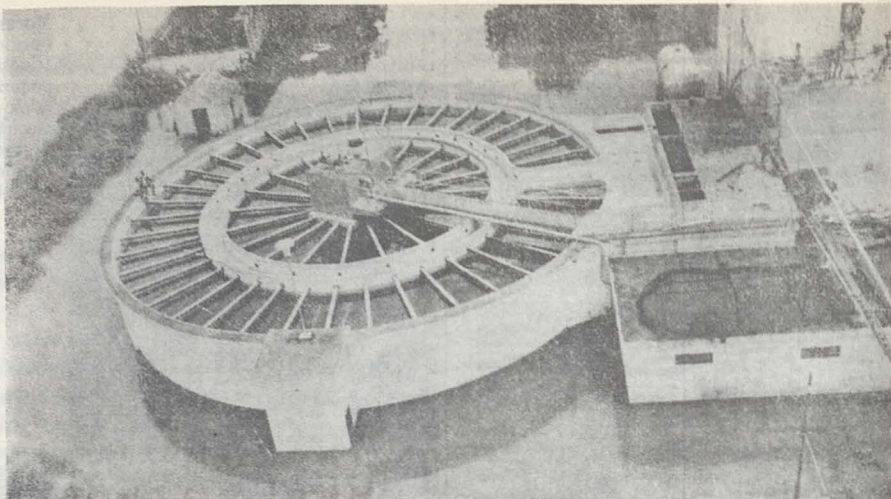
Na África Austral, mesmo os países de agricultura mais desenvolvida não escapam do panorama geral. Assim, o Zimbabue, que em 1981 alcançou



a cifra recorde de 2,8 milhões de toneladas de milho, colheu no ano passado, somente 1 milhão. Somada com as reservas de 1982, esta quantidade seria suficiente apenas para garantir o consumo interno e os compromissos de exportação já assumidos. Por sua vez, a África do Sul sofreria uma queda equivalente a 4,2 milhões de toneladas na colheita de milho de 1983. Em situação normal, o país tem uma produção que ronda os 10 milhões. Enquanto no período de 82/83 foi possível exportar 4,5 milhões de toneladas deste produto, no corrente ano as importações tinham sido estimadas em 2,3 milhões.

As consequências da seca não se manifestam somente na redução do volume de produtos colhidos. Elas acarretam problemas de outra ordem como, por exemplo, a necessidade de uma pronta resposta nos campos da saúde, transportes e assistência técnica, entre outros. Neste caso, os países pouco desenvolvidos defrontam situações de emergência para as quais se mostram completamente despreparados. A fragilidade das suas estruturas

O tufão Demoina inundou as estações de tratamento de água em Maputo, cujos habitantes ficaram expostos a epidemias



económicas e as deficiências verificadas no sector administrativo deverão prolongar os efeitos desta calamidade e tornar o quadro ainda mais sombrio. De acordo com alguns analistas internacionais, os Estados com mais probabilidades de superarem a crise, que assume inevitáveis conotações políticas e sociais, são exactamente aqueles que optaram por uma gestão centralizada e uma economia planificada. Muito embora o impacto não possa ser absorvido totalmente, a subordinação dos recursos disponíveis a planos concretos de assistência às populações e recuperação de áreas afectadas influirá de forma positiva nas próximas décadas.

A preocupação com as futuras consequências da seca não vem fora de propósito. Numa recente conferência sobre população, financiada pelas Nações Unidas e realizada na cidade tanzaniana de Arusha, verificou-se que, caso não mude o actual ritmo de crescimento demográfico, dentro de vinte anos, o contingente africano de 436 milhões de pessoas terá saltado para a casa dos 922 milhões de habitantes. Deste número, 430 milhões serão jovens com idade em torno dos quinze anos. A tendência actual para uma urbanização acelerada — cerca de 414 milhões de pessoas estarão nas cidades — aumentará a procura de alimentos, ao mesmo tempo que diminuirá o número de braços para produzi-los. De imediato, a questão que se coloca é de como garantir comida para todos. A solução destes desafios implica, entre outras medidas, definir políticas relacionadas com a distribuição de terras e a sua correcta exploração.

Combate organizado

Em Janeiro, o ministro moçambicano do Comércio Interno, Aranda da Silva, reuniu-se com o corpo diplomático, em Maputo, para informar so-

bre a situação criada pela seca e solicitar apoio da comunidade internacional no sentido de evitar que os seus pesados efeitos se aprofundassem ainda mais. Depois de descrevê-la como *grave*, alertou para o facto da prolongada estiagem ter ocasionado um duro golpe na economia de Moçambique.

Este tinha sido o segundo contacto para tratar do mesmo tema. Um mês antes, na ONU, as representações diplomáticas e organismos internacionais receberam um informe abordando a extensão e as perdas alcançadas pela seca, a mais grave dos últimos cinquenta anos no país.

Com excepção das províncias de Niassa e Cabo Delgado e ainda de partes da Zambézia, Tete e Nampula, todo o resto do território moçambicano se encontra afectado. Os vultuosos prejuízos causados podem ser avaliados a partir de dois factos expressivos: um quarto da produção nacional de cereais sai das áreas atingidas e cerca de 70% da criação familiar de gado localiza-se nestas regiões. Em termos de população, em torno de 4 milhões de pessoas — cerca de 925 mil famílias — foram directamente atingidas. Este número equivale a um terço dos habitantes de Moçambique, de acordo com o último recenseamento nacional.

Existe, porém, um outro contingente que também depende do campo e que se viu afectado. Durante um balanço feito em reunião com membros do Partido FRELIMO sobre as consequências da seca e do tufão "Demoina"*; em meados de Fevereiro, o ministro Aranda da Silva chamaria a

* O tufão "Demoina" provocou, no início de Fevereiro, grandes chuvas e inundações no sul de Moçambique. Mais de 100 pessoas morreram afogadas e cerca de 9.500 famílias que moravam nas proximidades dos rios Maputo, Umbeluzi e Incomati perderam todos os seus bens. Foram destruídas aproximadamente 102 mil toneladas de cereais, legumes e cítricos.

atenção para este aspecto do problema. *‘Em circunstâncias normais — informou — há no nosso país cerca de dois milhões de pessoas que não produzem directamente comida. São os habitantes das cidades, que têm de ser alimentados pelos excedentes dos camponeses. De repente, em vez de dois milhões, ficámos com seis milhões e meio para alimentar, ou seja, metade da população do país’.*

Apesar do quadro sombrio, as autoridades moçambicanas mostram-se optimistas quanto à possibilidade de superar as dificuldades criadas pela irregularidade das chuvas e pela acção desestabilizadora do banditismo. Os principais dirigentes do Partido FRELIMO desencadearam uma verdadeira campanha militar no sentido de organizar o povo, educá-lo para enfrentar as adversidades naturais e estimular o combate à passividade e ao derrotismo.

Para se ter uma ideia de como se materializa este tipo de preocupação com a participação da população na resolução dos problemas que afectam o país, vale a pena fazer referência a uma reunião mantida entre Jorge Rebelo, responsável do Departamento do Trabalho Ideológico do Partido FRELIMO, e os representantes de órgãos de base da cidade de Maputo, como chefes de quarteirões e de Grupos de Dez Famílias. Estes últimos, além de um coordenador, são integrados por um membro da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e outro da Organização da Juventude Moçambicana (OJM). Calcula-se entre 70 e 80% a área da capital onde tais organismos se encontram instalados.

Ao fazer uma retrospectiva dos passos dados na organização da cidade, Jorge Rebelo recordou que, de início, foram criados os distritos urbanos, depois teve lugar a reestruturação dos Grupos Dinamizadores, seguida da dos quarteirões, chegando finalmente a vez dos Grupos de Dez Famílias. *‘Se os órgãos de base, que são os alicerces da sociedade, não funcionarem democraticamente e não tiverem vitalidade, o edifício social não pode ficar sólido nem ser democrático — comentou o secretário do DTI, advertindo para os perigos de possíveis desvios quanto à sua concepção original. Esta preocupação decorre da presente etapa que atravessa o país, que enfrenta uma série de problemas ainda resultantes dos 500 anos de dominação colonial portuguesa. Somente através de uma organização dinâmica, que envolva todos os sectores económicos, sociais e políticos, será possível criar uma nação, consolidar a independência e construir o socialismo. Desta forma, ainda segundo Jorge Rebelo, a responsabilidade individual encontra-se estreitamente vinculada à colectiva, verificando-se um real relacionamento entre as bases e os seus dirigentes. Em termos práticos, significa o controlo efectivo sobre os mecanismos do aparelho de Estado.*

Um hospital coberto de palha

Amélia Felimane Saveca não deve contar mais de vinte anos e já carrega nos ombros uma grande responsabilidade. Depois de ter concluído o curso de parteira elementar, ministrado durante doze meses em Xaixai, foi enviada para assumir a direcção do hospital instalado na Aldeia Comunal “IV Congresso”, na localidade de Chipadja. Situada no interior da província de Gaza, esta povoação é formada por uma série de palhotas e casas de alvenaria espalhadas numa área de densa mata que, à primeira vista, parece constituída apenas por cajueiros. Ao todo, seis mil pessoas aí vivem dedicando-se principalmente à agricultura.

Manjacaze, o distrito onde se encontra Chipadja, tem uma população calculada em 138 mil habitantes, dos quais 70 mil foram directamente atingidos pela seca. À semelhança do que ocorreu em outras partes da província, os camponeses chegaram a semear até quatro vezes, na esperança de colher alguma coisa. Cada pancada irregular de chuva levava a que, a qualquer hora do dia, a terra fosse trabalhada por milhares de pessoas, crianças inclusive, em toda a parte. O resultado são as grandes clareiras onde se encontram, visíveis, os esforços



Amélia Felimane, a parteira que cuidou de seis mil flagelados



Os danos na agricultura são ainda incalculáveis

para aproveitar estas precipitações esporádicas. Ao longo das estradas conduzindo a Manjacaze ou Chibuto surgiam, aqui e ali, *machambas* de milho com diferentes alturas. Alguns apresentavam um aspecto mirrado, outros com até quatro espigas por pé, mas todos testemunhando o duro trabalho para vencer o desafio proposto pela natureza. Os problemas que chegam até ao pequeno hospital são muitos e estão bem ao seu redor. Para se chegar onde o centro de saúde foi instalado, é preciso percorrer uma estrada de chão batido, vigiada por postos de controlo militar. Milicianos e quadros regulares das Forças Populares realizam, de forma conjunta, o trabalho de manter a segurança em toda a região. Num entrevista divulgada pelo diário *Notícias*, de Maputo, Alberto Langané, o administrador desta área, informava que em várias aldeias estavam sendo ministrados cursos de preparação político-militar. E outra frente de combate não menos importante tinha sido aberta com a criação de um *Estado-Maior de Luta contra a Fome*, inspirado nas resoluções do IV Congresso do Partido FRELIMO, realizado no ano passado.

Sobre a mesa da jovem parteira encontram-se algumas publicações destinadas à atenção médica no campo. Neste local, uma sala de proporções muito reduzidas, são feitos os primeiros contactos com os pacientes e algumas consultas simples. A sala de partos está logo ao fundo e a enfermaria geral ocupa a maior parte da construção. À noite, as parturientes dormem lá dentro. Durante o dia, ficam debaixo das árvores, onde descansam e cozinham. Esta situação, ditada pela modéstia de recursos e meios, é compartilhada também por Amélia Filimane, a quem alguns voluntários

se ofereceram para construir uma cabana de palha. As instalações do hospital são acanhadas, mas tudo se encontra bem arrumado e em perfeita ordem. Em conversa à parte, dois médicos europeus que se encontravam em viagem de inspeção — eles deveriam preparar um relatório sobre a utilização das doações recebidas de organismos internacionais — elogiaram o nível de organização encontrado, levando em conta que a visita tinha sido feita de surpresa.

Corpos inchados

Pendurada na ramagem de um cajueiro, uma bolsa de soro relembra a dureza e dramaticidade dos esforços para prestar assistência a um número cada vez maior de flagelados. Por dia, chegou-se a ter mais de setenta casos graves de subnutrição. Os pedidos de ajuda tornaram-se cada vez mais insistentes, com períodos em que entre 300 a 400 pessoas se dirigiam diariamente ao posto de saúde em busca de alguma coisa para comer. Os responsáveis distritais enviaram leite em pó, farinha de milho, açúcar e óleo.

Como nas instalações existentes não era possível abrigar o grande número de casos exigindo assistência constante, acomodações tiveram de ser improvisadas. Uma das soluções encontradas foi utilizar a palhota onde funcionava uma igreja. Nela e em outra cabana, coberta de capim, chegaram a ficar alojadas quarenta pessoas. Toda uma extensa área ao redor tinha, nestes dias, a aparência de um imenso acampamento plantado em terra estéril.

A escassez de alimentos atingiu tal ponto que a população da região viu-se obrigada a recorrer a todo tipo de improvisação em matéria de comida. Este desespero provocou algumas vítimas fatais. A manga ainda verde, por exemplo, era cozinhada em água e transformada numa papa viscosa e de sabor pouco comum. Os organismos mais debilitados pela fome não resistiam à estranha sopa. Por outro lado, a *nkakana* trouxe uma série de problemas. Refogadas em água, sal e de mistura com amendoim, as suas folhas miúdas e ligeiramente amargas são parte integrante da cozinha tradicional moçambicana. Os pequenos frutos, conhecidos como *tiaka*, recebem preparação mais elaborada, na qual entram óleo, sal e cebola. Estes pratos são normalmente acompanhados de *ushua*, uma consistente pasta de farinha de milho branco.

A calamidade que se abateu sobre a região reduziu a população a uma situação de tamanha penúria que, numa tentativa desesperada de sobrevivência, a *nkakana* passou a ser consumida com rama e tudo, depois de uma fervura em água pura. E as consequências não se fizeram esperar: inchaços por todo o corpo.

Um dos factores importantes na luta contra os flagelos resultantes da seca encontra-se na organização do trabalho de assistência implantado na aldeia. Além do apoio recebido por parte dos organismos governamentais, os próprios moradores assumiram a responsabilidade por tarefas que no dia a dia deveriam manter o centro de saúde em funcionamento, apesar das novas exigências. Carregar água e lenha, auxiliar na triagem dos enfermos e no seu tratamento, ou ainda assistir nos trabalhos de maternidade, tudo isto foi realizado como parte de um conjunto de acções coordenadas. Enquanto membros da Organização da Juventude Moçambicana ajudavam na limpeza do hospital, abriam fossas para o lixo acumulado, a Organização da Mulher Moçambicana indicava alguns dos seus quadros para apoiar directamente o trabalho de Amélia Felimane. Hoje, elas já sabem preparar os alimentos distribuídos aos necessitados, de acordo com as prescrições dos nutricionistas. "Quando eu tenho que ir a Chibuto fazer levantamento dos medicamentos, elas ficam aqui com os doentes e o que desconsiguem¹ eu mesma faço" — diz ela com orgulho.

O contacto estabelecido com a população, ainda que feito numa situação excepcional, permitiu desenvolver campanhas de esclarecimento sobre problemas de saúde. Assim, enquanto os doentes se encontram recebendo tratamento, logo de manhã a primeira coisa que se faz é ministrar noções de educação sanitária. Entre os pontos de discussão abordados está a limpeza das casas, a necessidade de dar pelo menos dois banhos diários às crianças e porque se deve combater as moscas. Este trabalho é assumido também pela OMM e OJM², tendo já dado alguns frutos, presentes em determinadas manifestações de comportamento: agora, antes de construir a sua casa, qualquer pessoa na aldeia constrói primeiro uma latrina e um local onde tomar banho.

As chuvas esparsas verificadas no mês de Novembro tinham atenuado a situação no distrito de Manjacaze. De nenhuma forma porém, chegaram a ser uma solução mas, com os cajueiros carregados de frutos, os habitantes da área praticamente desapareceram do posto de saúde. As castanhas e o suco de cajú e mais alguma pequena cultura de rápido crescimento deveriam assegurar uma alimentação, ainda que precária, até os meses de Fevereiro ou Março.

¹ *Desconsiguir*: forma negativa do verbo *conseguir* na linguagem popular moçambicana.

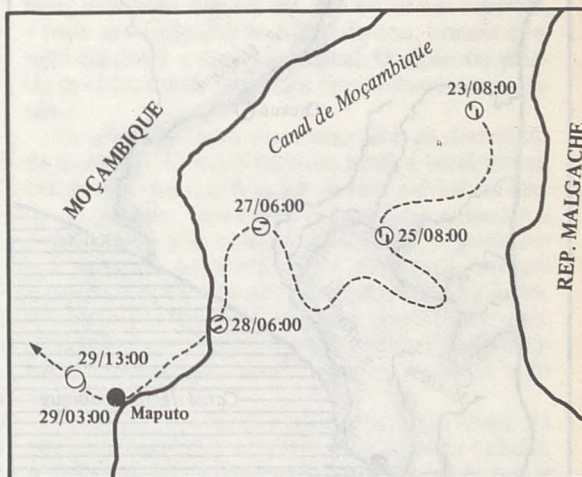
² OMM: Organização da Mulher Moçambicana
OJM: Organização da Juventude Moçambicana

Os estragos de Demoina

Em Fevereiro, ao drama dos refugiados da seca, somou-se a tragédia das vítimas de uma enchente tão devastadora quanto a prolongada estiagem. Os milhares de moçambicanos que durante meses a fio esperaram pela volta das chuvas, enfrentaram um novo pesadelo quando elas finalmente apareceram. O que poderia ser a salvação acabou por provocar uma nova catástrofe.

Para Alice Calangue e Fenjas Tembe, um casal de camponeses da região de Chihahlo, a manhã de 31 de Janeiro parecia indicar um dia não muito diferente dos demais. Já fazia parte da rotina cuidar dos sete filhos e trabalhar duro a terra. Dois factos recentes rompiam o quotidiano: Alice, agora com 40 anos, estava no último mês de gravidez e a seca, que estoricava uma parte considerável do país, começava a ser amenizada por algumas pancadas de chuva. Mesmo irregular, tinha feito brotar alguma coisa e despertava muita esperança. Na parte da tarde, porém, teria início um drama capaz de marcá-los para sempre. A eles e a milhares de pessoas em todo o sul de Moçambique.

Quando percebeu que as águas do rio Maputo



O tufão Demoina formou-se em Janeiro perto da costa de Madagascar e depois mudou várias vezes de rumo na zona do canal de Moçambique, antes de penetrar em terra firme à altura da cidade de Maputo.

Os números indicam os dias e a hora em que houve mudança de curso na trajetória destruidora do Demoina. As chuvas provocaram o transbordamento de quatro rios

subiam perigosamente, Fenjas Tembe tentou se afastar do local com a família. Não conseguiu chegar às partes mais altas do distrito de Bela Vista e, como única saída, acomodou-se como pôde numa grande árvore conhecida como *siumaïma*. De acordo com moradores locais, a forte ventania, a chuva torrencial e a correnteza que crescia cada vez mais foram arrancando, um a um, cinco dos seus filhos. Ao mesmo tempo que esta colheita sinistra se desenrolava, a mulher começou a sentir as primeiras dores de parto. Vinte e quatro horas depois, amparada pelo marido que lhe havia improvisado um jirau de galhos e folhas, dava à luz um menino.

"*Eu só apareci lá no terceiro dia*" – revelou Jorge Faria Peixoto, 27 anos, que iniciou e participou activamente nas operações de resgate, juntamente com António Chivure, um agricultor que se recusou a ir para Portugal depois da independência. Ambos têm hoje a gratidão de dezenas de pessoas por eles salvos. Mas, como ressaltou em declarações ao semanário *Domingo*, depois de narrar como recolheu dezoito flagelados em uma só tarde, Jorge Faria ficou com a "sensação de não ter feito nada, pelo menos para aqueles que gemiam em cima das árvores suplicando".

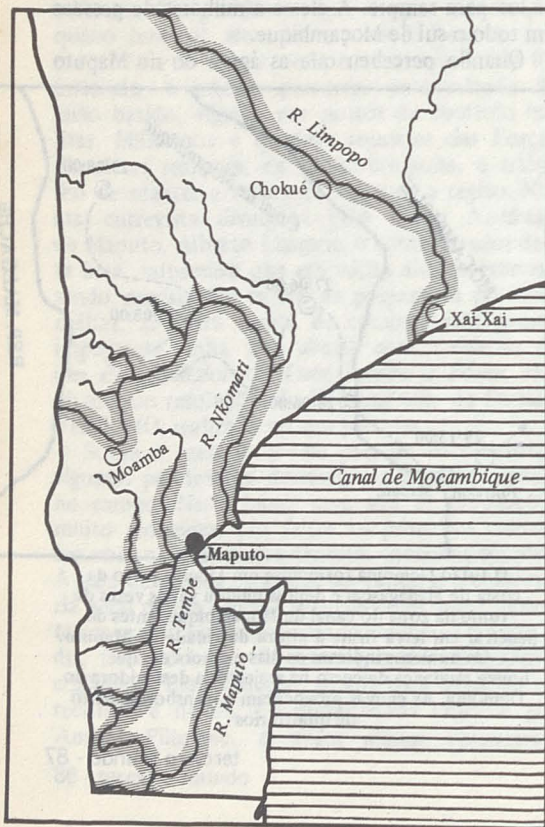
Os relatos dos moradores das margens dos rios são pungentes. Durante a noite, quando se ouvia apenas o deslizar rápido e sinuoso das águas na ramagem das árvores e o vento açoitava com me-

nos intensidade, sobressaíam as vozes saídas das copas mais altas e os gritos daqueles que eram arrastados em direcção ao mar. A escuridão atenuava de certa maneira o horror deste quadro. Mas, durante o dia, era impossível ignorá-lo. Aos borbotões, a torrente escura e suja, arrastava instrumentos agrícolas, colheitas inteiras, animais domésticos e bravios – até hipopótamos –, arrastando cabanas e casas de alvenaria espalhadas ao longo do seu trajecto. No meio de tudo isto, debatiam-se crianças e adultos.

As consequências da seca também estiveram presentes no drama. Para minimizar o seu rigor, os camponeses tinham lançado sementes naquelas línguas de terra situadas junto do leito do rio. O problema seguinte, a invasão das *machambas* por hipopótamos, foi resolvido com a construção de cabanas no local. A inundação desabou de forma imprevista. Pior que isto: Além de espriar-se, em certas partes era uma implacável massa líquida com mais de quinze metros de altura. "*Um verdadeiro dilúvio*" – descrevem, alguns sobreviventes.

Vindo da embocadura norte do canal formado pelas costas de Moçambique e da República Malgache, o tufão "Demoina" começou a provocar estragos à medida que se aproximava. Logo abaixo do rio Save, na parte central do país, atingiu a faixa costeira de Inahmbane e deixou milhares de dólares de prejuízo. Um documento do governo local, reproduzido pela imprensa, informava que "*no sector estatal, da área de 642,5 hectares de culturas diversas com uma produção estimada em 850,4 toneladas, mais de 50 por cento estão perdidos.*" Esta província figura como aquela onde a seca que assola o país se manifesta de forma mais inclemente. Enquanto a franja costeira e a parte sul tinham plantações arrancadas pelas raízes, o centro e o norte debatiam-se com a escassez de água.

Na província de Maputo, os resultados foram igualmente sérios. Mais de 10 mil pessoas, habitando as margens dos rios Inkomati, Umbeluzi e Maputo, ficaram ao relento, sem absolutamente nada. O sector estatal perdeu 1.500 hectares de cereais e 63 mil metros quadrados de viveiros. A área de produção familiar viu-se atingida em 250 mil hectares. A tudo isto se deve acrescentar ainda 5 mil cabeças de gado bovino, entre as quais um quarto do rebanho leiteiro de toda a região, e os danos consideráveis ocasionados em 27 represas. Num relatório apresentado pelo ministro do Comércio Interno, Aranda da Silva, a responsáveis de base, estes dados aparecem junto à indicação de que a maior parte do equipamento importado pelo governo para o sector agrícola simplesmente tinha desaparecido com as cheias.



A ofensiva lançada pelo Partido FRELIMO não se limitou a envolver os grupos de apoio e solidariedade representados em Moçambique e a população em geral. Visou também as próprias vítimas da calamidade, levando-as a reflectir sobre a situação em que se viram envolvidas. Logo nos primeiros dias, nos centros de recepção destinados aos flagelados, estabeleceram-se discussões em torno do que aprender desta trágica experiência. Como não podia deixar de acontecer, a seca e outros problemas anteriores às enchentes também foram focados. E a questão principal que se colocava é que, sozinhos e dispersos, os camponeses não podem sair do atraso em que se encontram. A organização irá também facilitar o trabalho de assistência permanente planeado pelo governo.



A enchente e a seca aumentaram o esforço pela organização popular

Os primeiros resultados das reuniões não demonstraram. Nas discussões com os flagelados concentrados no distrito de Boane, por exemplo, chegou-se à conclusão que o mais seguro é viver em grupos organizados. De início, serão lançadas as bases para a construção de três aldeias comunais. Todos têm presente as mais de 3 mil famílias recolhidas nas regiões alagadas e que mais de 2 mil hectares por elas cultivados já não existem. Em diferentes locais e situações, podia-se observar uma certa impaciência por aproveitar a terra húmida e começar logo a plantar abóbora, feijão, milho e batata-doce. Além de instrumentos agrícolas, as exigências recaíam sempre sobre sementes. O que não se queria era ficar de braços cruzados, à espera da ajuda de fora.

Inhambane, dez mortes por dia

Quem tiver a oportunidade de sobrevoar os mil e quinhentos quilómetros que separam a cidade da Beira, no centro do país, de Maputo, no sul, e seguir pelo interior, cruzará de uma ponta a outra a província de Inhambane e terá uma visão de conjunto difícil de esquecer. Antes conhecida por uma produção de frutas que lhe permitia não só auto-abastecer-se como ainda exportar para as demais regiões, hoje, castigada pela seca, apresenta um panorama desolador. Observada do alto, em grandes extensões a terra parece estorricada, coberta apenas por uma vegetação ressequida. Em certas partes, a cor predominante é o cinza escuro, em outras impõe-se uma tonalidade ferrosa. Por vezes surge uma língua arenosa marcando o curso de um rio agora extinto. Distribuídos de forma irregular, quilómetros adiante, círculos de areia clara contornam e reduzem mais e mais o olho húmido do que outrora teriam sido lagoas e pântanos.

A paisagem é especialmente dura na parte norte da província. Ao sul e numa relativamente extensa franja da costa, pode-se perceber um aspecto melhor, existindo lugares em que as chuvas esparsas, e mais as verificadas no início do ano, tinham alterado bastante o aspecto original. O verde das plantas já se faz sentir com mais força e suaviza o panorama.

Os efeitos da seca vão muito além da destruição da paisagem. O custo humano ainda é incalculável. Milhares de pessoas fugiram de suas aldeias em busca de comida, remédios e roupa. Elas passaram a aglomerar-se nos centros de socorro organizados pelo governo, na província de Inhambane, nomeadamente no distrito de Vilankulo. Ali a situação, em Março de 84, mostrava uma grande movimentação de gente e uma sensível melhora no fornecimento de comida e roupa aos que perderam tudo na seca.

"Em Agosto, não se ouviam aqui estas vozes. As pessoas chegavam, sentavam-se e ficavam caladas. Não era possível distinguir voz de homem ou de mulher porque ninguém dizia nada. Tudo fraquinho de fome" — quem chama a atenção para o quadro de uns meses atrás e o de agora é Simeão Maoze, director provincial de Educação e Cultura. Ele aponta para os camponeses reunidos numa espécie de praça defronte do escritório administrativo, uns debaixo de uma grande árvore, outros es-

palhados nas ilhas de sombra ao redor. Enquanto aguardam a distribuição de milho, todos cantam. A várias vozes, iniciadas ora por um homem ora por uma mulher, as canções vão como que escorrendo debaixo do sol escaldante. A temática é simples. Fala dos bandos armados, da libertação da mulher, do combate à fome, ao analfabetismo, do papel da FRELIMO na luta armada de libertação nacional e da importância de ter um povo unido e organizado.

Apesar da melhoria verificada no atendimento, existem ainda problemas. No final de Dezembro continuavam a chegar aos principais centros do distrito de Vilankulo uma média diária de seis famílias. Vindas a pé de aldeias distantes oitenta, noventa, cem quilómetros, muitas ficaram pelos caminhos. Primeiro, morriam os velhos e as crianças de colo, em seguida, um a um, iam caindo os restantes membros.

Não será demasiado afirmar que nenhuma família deixou de pagar o seu tributo à seca. Esta guerra envolveu todos, dizimando impiedosamente aqui e ali. Na localidade de Mapinhane, durante uma reunião com centenas de participantes, Amós Mondhane, responsável pelo Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais, apontou ao acaso algumas pessoas perguntando quantos parentes morreram em consequência da fome. A resposta foi dramática: os dez inquiridos tinham perdido entre cinco a nove familiares. O trabalho de controlo estabelecido em centros como este e outros montados em Macovane, Moapsa e Buxane permitiu recolher dados expressivos sobre a situação em toda a região. Em algumas áreas eram contadas, no início do ano, entre oito e doze mortes diárias em comparação com os quinze a vinte óbitos computados em igual período nos meses anteriores.

Catando migalhas

Muito embora o flagelo que assola algumas províncias de Moçambique não faça distinção entre as suas vítimas, ceifando todos indistintamente, os dois grupos mais atingidos são os velhos e as crianças. A idade avançada e a inexperiência na luta pela sobrevivência unem estes pontos extremos e determinam o destino comum. Dificilmente um organismo despreparado conseguirá suportar situações de emergência que exigem um consumo mínimo de água e a ingestão de raízes e ervas pouco adequadas. A iminência da morte obrigou a que milhares de pessoas de todas as idades, sozinhas ou em grupos, emprendessem o caminho da fuga.

É as crianças, um tanto desnutridas, começaram a circular pelas estradas de Inhambane. Um pormenor que de imediato chama a atenção quando se observa estes grupos maltrapilhos, é a latinha

de leite condensado, vazia, nas mãos. A sua importância é menos recreativa que de sobrevivência. Órfãs ou desgarradas das suas famílias, elas utilizam estas latas para cozinhar punhados de alimentos caídos na beira da estrada.

“É incrível – ressalta um dos moradores do distrito – a distância que algumas conseguiram percorrer colhendo aqui e ali grãos de milho, de arroz e restos de farinha de milho”.

Como aves famintas, vieram catando estas migalhas quilómetros afora até chegarem a Vilankulo.

As patrulhas das FPLM enviadas para as regiões afectadas recolheram muitas crianças agonizando nas cabanas junto a parentes mortos. Outras vagueavam pelas florestas, mas um número ainda desconhecido morreu no meio do mato. De fome, sede, doença ou devoradas por alguma fera, esta é uma morte que tiveram de enfrentar completamente sozinhas.

Quando foram localizadas, um primeiro passo para a sua sobrevivência estava dado. O problema seguinte era a capacidade de resistir aos alimentos mais simples e imediatamente disponíveis como, por exemplo, leite condensado diluído em água. Algumas não conseguiram. De uma maneira geral, o estado de saúde dos sobreviventes é sempre delicado. Além da subnutrição propriamente dita, há a sarna e as verminoses. Corroendo por dentro e por fora, de forma visível estas mazelas acentuam a complexidade da luta para recuperar corpos tão mirrados. A tudo isto deve-se acrescentar o impacto emocional causado pelas consequências da seca e dos actos de banditismo: plantações destruídas, aldeias abandonadas e famílias inteiras violentamente desfeitas.

Alegria silenciosa

Há uma solenidade grotesca nestas crianças de ventres enormes andando de um lado para o outro nos centros de recolhimento. Os membros finos em extremo e as articulações nodosas nada mais fazem do que acentuar a desproporção das barrigas inchadas pelos vermes. O caminhar é lento e alguns, quando tentam sentar-se, têm a aparência de velhos excessivamente gordos lutando por equilibrar o corpo. Mesmo absurdas, encontram motivo para brincadeiras e disposição para trazer do mato pequenas braçadas de gravetos e fazer crescer o monte que vai formando perto da cozinha comunitária. De vez em quando, na palma da mão de um destes recém-chegados, aparece um cacho de frutas silvestres de um vermelho berrante e todo o grupo ri, satisfeito. É um riso sem algazarra, quase silencioso, apenas com a brancura dos dentes à mostra. Elas, em definitivo, apesar de tudo, não são ociosas, conservam a alegria de viver.

As condições de atendimento são precárias. O



Crianças famintas tiveram que caminhar até 100 quilômetros em terras áridas em busca de comida, água e ajuda médica essencial

grande afluxo de flagelados consome toda a ajuda em alimentos e medicamentos recebidos do exterior. As refeições são colectivas e preparadas por membros da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Quando o estoque é suficiente, a dieta normal administrada aos internos duas vezes ao dia inclui farinha de milho branco, leite em pó, óleo, açúcar e bolachas especiais. Caso contrário, serve-se apenas uma refeição diária.

Em Inhambane, a capital provincial, os centros de saúde estão completamente lotados. No final do mês de Dezembro, já não havia mais condições de responder às exigências cada vez maiores de assistência. Até serem criadas algumas alternativas, todos estes menores terão que permanecer nos centros existentes nos distritos, onde, por sua vez, luta-se contra a carência de meios e recursos. Algumas famílias ofereceram-se para adoptar algumas crianças, mas no total são em número insuficiente para resolver o problema. Uma saída encontrada foi o internamento dos menores em idade escolar, assumindo o Estado a responsabilidade directa pela sua sobrevivência.

Duas velhas

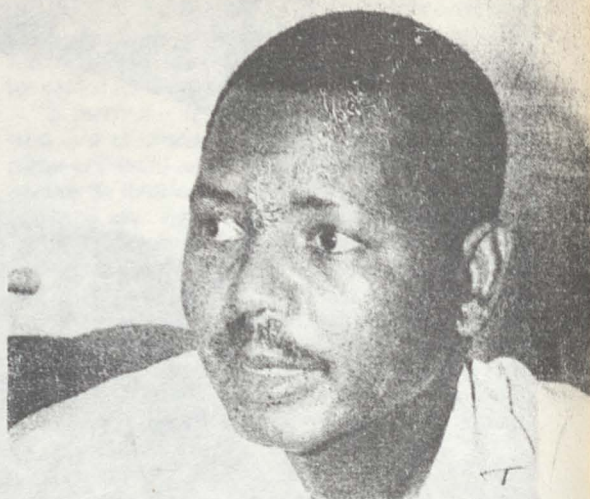
"O nosso património cultural vai-se embora" —

comenta, a meia voz, o administrador, enquanto se afasta de duas velhas deformadas pela fome. Descansando debaixo de uma árvore, elas estabelecem entre si um grande contraste. Uma encontra-se extremamente magra, com as articulações todas inchadas e a pele escura grudada nos ossos. Do mesmo modo que as veias, os seios secaram e encolheram, o que lhe dá à primeira vista aquela aparência de ser assexuado. A outra, pelo contrário, tem o ventre proeminente, como que farto. A mesma falsa gordura espalha-se pelos membros e rosto entumescidos. As pulseiras que deveriam adornar braços e pernas encontram-se afundadas nesta soturna fartura de carnes.

Ambas vieram de longe, caminharam ao todo noventa e sete quilómetros em busca de comida, assistência médica e protecção contra os bandidos armados. Com um fio de voz, a de ossos à mostra diz ser a única sobrevivente de toda uma família forçada a abandonar a aldeia distante. No lado esquerdo da testa, um calombo tão grande como um ovo testemunha a dureza da peregrinação marcada por desmaios e fome. Depois de observar o leve arfar sob a pele negro-cinzenta, a sua companheira informa simplesmente: — *"Já está com diarreia"*.

Todos sabem o que isto significa para um organismo tão debilitado.

Ela mesma, a de membros volumosos, deve ter presente que as suas chances de escapar são mínimas, pois a idade pesa e o corpo está desgastado pelos jejuns e caminhadas forçadas. Contudo, ainda que alguém não compreenda o chitswa — uma das seis línguas utilizadas no distrito — fica de imediato atraído pela sua fluência ao falar. Em resposta à menor pergunta, os olhos afundados na cara brilham e da boca fluem palavras aos borbotões mas sem atropelo. A pronúncia é clara, cada som bem distinto um do outro. Para ela, esta cadência talvez seja uma forma de agarrar-se ao mundo dos vivos. Neste momento, quem consegue se colocar como mero espectador percebe como é correcto comparar a musicalidade das línguas bantus com uma cascata. Uma coisa, porém, é certa: para entrevistada e entrevistador, estas sílabas tão sonoras parecem suficientemente fortes para suplantarem o horror da morte ali presente. ●



Adelino Julio dos Santos

A ajuda internacional

□ A Cruz Vermelha de Moçambique foi fundada a 10 de Julho de 1981. As suas actividades concentraram-se inicialmente na formação de socorristas. No momento, além de dar prosseguimento a este programa contínuo e permanente, tem aplicado parte dos seus esforços no apoio às vítimas da seca. Adelino Júlio dos Santos, o seu secretário-geral, prestou algumas declarações a “cadernos”, das quais transcrevemos um resumo:

— A nossa política é de apoiar todas as populações atingidas, de acordo com as possibilidades existentes. Contamos com a ajuda das restantes sociedades congéneres e de outras organizações internacionais. Todos os produtos recebidos são imediatamente canalizados para as áreas de crise.

— Consideramos que há uma situação muito grave atingindo as províncias de Gaza e Inhambane, uma parte da de Maputo e áreas de Manica e Tete. De todas estas, Inhambane apresenta-se como a mais grave. Dos seus sete distritos, cinco foram completamente envolvidos por esta calamidade.

— As chuvas agora verificadas não nos garantem, de forma segura, uma produção que possa aguentar até o próximo período de cultivos.

— Temos recebido alimentos e, algumas vezes, veículos. Infelizmente, o volume enviado não é suficiente.

— No tocante às necessidades mais prementes, colocamos em primeiro lugar os produtos alimentícios. Em segundo, roupas. A seguir, os medicamentos. Tudo isto em grandes quantidades. So-

mente em alimentos precisamos de aproximadamente 250 mil toneladas para que a população possa aguentar alguns meses até à colheita seguinte.

A SECA EM NÚMEROS*

	População total	População afectada
Província Inhambane		
Distrito		
Homoine	92.492	55.675
Massinga	222.970	133.782
Morrumbene	109.942	32.983
Vilankulo	128.045	115.241
Govuro	74.665	67.199
Inharrime	67.514	40.508
Panda	56.126	33.676
Sub-total:	751.754	479.064
Província Gaza		
Distrito		
Chibuto	219.538	109.769
Manjacaze	137.790	69.516
Guija	100.188	30.056
Chicualacuala	78.839	63.071
Sub-total:	536.355	272.412
Total:	1.288.109	751.476

* Fonte: Cruz Vermelha de Moçambique

Organizar para sobreviver

A pesar da magnitude dos problemas decorrentes da seca e da actuação dos bandos armados, este desafio está sendo enfrentado com tenacidade e persistência. Mas todo o esforço necessita de um comando seguro, capaz de delinear e dirigir a ofensiva adequada para os mais diferentes tipos de exigência.

As estruturas político-administrativas de Moçambique encontram-se organizadas em zonas, compostas por sua vez por um chefe, uma responsável da OMM e outro da OMJ. A seguir vem a célula, dirigida por um secretário do Grupo Dinamizador assistido por representantes da OMM e OJM. O círculo é o conjunto de três a quatro células e repete a estrutura anterior. Quatro a cinco círculos formam uma localidade. O primeiro-secretário do Partido assume, neste caso, as funções de presidente do Conselho Executivo. Finalmente, um determinado número de localidades forma um distrito.

Numa zona podem ser encontradas de vinte a quarenta famílias e o responsável local tem a obrigação de conhecer todos os problemas existentes nesta área. No caso da seca, por exemplo, deve informar não só sobre o número total de moradores na sua jurisdição como ainda sobre a composição do agregado familiar e a situação em que cada um se encontra. No dia da distribuição de produtos, a entrega é feita directamente aos chefes de família e na presença do respectivo responsável que, com uma lista na mão, vai conferindo os nomes dos membros da sua própria comunidade. Deste modo, torna-se impossível, por exemplo, que pessoas moradoras de um determinado círculo tentem receber mais quotas em outro local. Como todo o processo se desenvolve de forma pública, inibe-se também a ocorrência de desvios e açambarcamentos de produtos. Caso estas irregularidades ocorram, a identificação dos pontos de estrangulamento pode ser feita quase que de imediato. Existe, assim, a garantia de que cada género encaminhado pelo governo central chegue ao seu destinatário.

No que diz respeito à segurança, esta estrutura político-administrativa reduz os riscos de infiltração por parte de agentes inimigos. Uma pessoa não pertencente a uma determinada região e que nela apareça por qualquer motivo, logo será detetada. Em menos de vinte e quatro horas um não-residente,

por mais que queira passar despercebido, terá que se apresentar e se identificar perante os dirigentes locais. A vigilância popular assim reforçada conseguiu desmascarar bandidos disfarçados de pacatos cidadãos.

As declarações feitas por várias pessoas permitem concluir que as pressões exercidas pelos bandos armados sobre os habitantes do distrito de Vilankulo — o mesmo vale dizer quanto ao restante da província — deram oportunidade a uma experiência antes não conhecida. Conforme sublinhou o administrador de Vilankulo, Eduardo Gima, a luta armada contra o colonialismo português e a



A sucessão de tragédias naturais obrigou as autoridades moçambicanas a criar uma nova estrutura de organização popular

Ai-Sirimou: um sonho que merece sobreviver

□ Um dos maiores problemas que se coloca aos países subdesenvolvidos refere-se à falta de pessoal nacional qualificado. Esta carência adquire contornos quase dramáticos naquelas nações recém-libertadas do jugo colonial. Tendo em vista as situações originadas pela longa ocupação portuguesa e agravadas com a actual invasão indonésia, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) colocou como uma das suas preocupações principais a implantação de programas no campo da educação, cultura e formação profissional. Dentro da pequena ilha ocupada, este projecto é levado a cabo nas áreas sob o seu controlo. No exterior, encontra-se voltado para os milhares de mauberes exilados.

Em Moçambique, onde os primeiros grupos chegaram em 1976, foram já formados mais quadros qualificados que em todos os 500 anos de dominação colonial portuguesa. Graças à cooperação existente entre o Partido FRELIMO e a FRETILIN, a comunidade local conta agora com: 3 médicos, 3 economistas, 3 engenheiros, 4 técnicos agrários, 1 agrónomo, 2 biólogos, 2 engenheiros electro-técnicos, 1 engenheiro civil, 1 agente de laboratório, 1 técnico em electrónica e 2 advogados.

Augusto Morato é um destes jovens formados em Moçambique. Tem 30 anos, 10 dos quais passados no exílio. Depois de diplomar-se em economia pela Universidade Eduardo Mondlane, recebeu a tarefa de organizar a exploração de uma *machamba* abandonada pelos seus antigos proprietários portugueses. O nome escolhido para a fazenda — “Ai-Sirimou” — foi tirado do *knúak* (*) onde, em 1975, na sequência do agravamento da situação no país, a FRETILIN proclamou a ofen-

(*) *Knúak*: pequena unidade administrativa tradicional em Timor-Leste.



Augusto Morato

siva generalizada armada.

Uma vez delineadas as linhas mestras de actuação na área da produção, teve início em 1981 a primeira fase de instalação da *machamba*. Promove-se a limpeza de canais, a construção de armazéns, reparam-se as instalações para criar animais e nas partes dedicadas à agricultura. No ano seguinte, já era possível colher várias qualidades de legumes e frutas. Contava-se também com carne de porco, coelho, pato, galinha e ovos.

Todos os fins de semana e dias feriados, o grupo permanente de mauberes em “Ai-Sirimou” via-se reforçado por outros vindos de Maputo, a 40 kms de distância. O estudo e o trabalho em alguns ministérios combinavam-se então com o cultivo da terra. A estas tarefas, que já exigiam a contratação dos primeiros trabalhadores moçambicanos, acorriam ainda cooperantes de várias nacionalidades. O apoio vinha também de outros países, através de grupos de apoio e solidariedade ou de iniciativas pessoais. Em alguns casos, o resultado de uma manifestação de simpatia integrava-se de forma visível à nova paisagem. É o caso, por exemplo, de dezenas de mamoeiros que, floridos e em fileiras, sobressaem de uma pequena elevação. As suas sementes, provenientes do estado de Minas Gerais, tinham sido doadas por brasileiros residentes em Moçambique.

Em 1983, a seca tinha atingido grande parte de Moçambique. Apesar de sentir os rigores da escassez de água, em “Ai-Sirimou” conseguiu-se produzir excedentes para abastecer escolas, centros sociais e o mercado de Maputo.

Agora, as águas do temporal que acompanhou o tufão “Demoina” inundaram tudo. Uma lama espessa cobriu as duas bombas que levavam água do rio Umbeluzi para as áreas de plantações. Da parte dedicada às hortaliças e legumes não sobrou absolutamente nada. O mesmo acontecendo com os mamoeiros. Num apelo lançado em Maputo, dirigido à comunidade internacional, a representação local da FRETILIN calcula que as perdas verificadas na agricultura, pecuária e maquinaria, somadas aos gastos de recuperação, atingem um total de 58 mil dólares.

“Para muitos — diz Augusto Morato —, esta quantia é insignificante. O nosso caso, porém, é diferente. Somos um país subdesenvolvido, sob ocupação estrangeira, que há oito anos leva uma guerra sem trégua contra o invasor. Não queremos ser pesados a Moçambique pois conhecemos muito bem as dificuldades que atravessa no seu esforço de reconstrução nacional. Daí o nosso apelo à comunidade internacional para que apoie “Ai-Sirimou”, o mais rápido possível, na recuperação dos danos sofridos.



Homens e mulheres de Moçambique foram mobilizados em milícias para ajudarem no socorro às vítimas da seca e das enchentes



guerra de libertação do Zimbábue não alcançaram Inhambane, ficando assim delimitada uma situação especial para a região. No primeiro caso, a resistência popular fez-se de armas nas mãos principalmente em Cabo Delgado, Tete e Niassa. No segundo, as agressões lançadas nas zonas fronteiriças da então Rodésia pelos regimes rascistas de Ian Smith e Abel Muzorewa circunscreveram-se a estas áreas. Em consequência, quando os bandidos ini-

ciaram os seus ataques na região de Vilankulo sobreveio o pânico. Posteriormente, cada morador foi compreendendo que era possível oferecer resistência e derrotar os responsáveis por sequestros, roubos e assassinatos.

A nova atitude veio na sequência do trabalho de mobilização realizado pelo Partido FRELIMO, que promoveu discussões sobre a sua natureza e a melhor forma de combater o inimigo. Rompida a barreira de uma ilusória neutralidade de alguns que achavam não lhes dizer respeito esse combate, iniciou-se a organização da vigilância popular em toda a região. A etapa seguinte foi organizar o voluntariado para as Milícias Populares, reconstruir escolas destruídas e orientar tarefas de apoio às vítimas das agressões e da seca.

Neste sentido, pode-se dizer que os ataques dos bandidos tiveram o seu lado positivo: despertaram a população para uma realidade em relação à qual se mantinha até então alienada. Hoje, em lugar de medo, o que se observa é a disposição para a defesa individual e colectiva. A *catana*, a flecha e até mesmo o machado são parte do arsenal empregado na luta para manter de pé cada parede levantada de escola ou hospital.

NINGUÉM MAIS ACREDITA
NESSA ESTÓRIA DE QUE A
C.I.A. ESTÁ NA AMÉRICA
LATINA APENAS PARA
COMBATER O TRÁFICO
DE DROGAS,
EXCELENCIA

DROGA!



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260